

MICHELI CATIA FAVARETTO

MORAR EM OUTRA CASA? A COMPLEXA SITUAÇÃO DE CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM SINOP-MT



UCDB

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CAMPO GRANDE-MS**

2013

MICHELI CATIA FAVARETTO

MORAR EM OUTRA CASA? A COMPLEXA SITUAÇÃO DE CRIANÇAS EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM SINOP-MT

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia da Saúde.

Orientadora:
Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
CAMPO GRANDE-MS
2013**

Ficha Catalográfica

FAVARETTO, Micheli Catia

Crianças em situação de acolhimento institucional na cidade de Sinop-MT / Micheli Catia Favaretto; Orientação: Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida
139 f.

Dissertação Mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2013

Dissertação apresentada por MICHELI CATIA FAVARETTO, intitulada “CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA CIDADE DE SINOP-MT”, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em PSICOLOGIA, à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), foi

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida
(Orientadora/UCDB)

Prof. Dra. Sonia Grubits (UCDB)

Prof. Dra. Heloisa Bruna Grubits Freire (UCDB)

Prof. Dra. Sônia Margarida Gomes de Sousa (PUC-GO)

“A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos as nossas crianças o bastante para não expulsá-las do nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tão pouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum”.

(Hannah Arendt, 1961).

Dedico esse trabalho às pessoas de grande importância nessa caminhada: as crianças, de forma muito especial, as que participaram desse estudo. Essas que de alguma forma e, durante um período de tempo, tiveram a coragem de relatar suas histórias, seus sonhos, sentimentos, frustrações e esperanças.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me presentear com o bem mais precioso que possuo: a vida, pelos dons que sua bondade colocou em meu caminho.

Aos meus pais que me mostraram um mundo de amor, valores, alegrias, autenticidade, conquistas e realizações.

A minha irmã, pelo apoio e dedicação em todos os momentos. Pela amada Luiza, que chega entre nós, dando mais brilho às nossas vidas.

Aos meus colegas de mestrado que durante a caminhada partilharam conversas, angústias, receios, gargalhadas na hora do almoço e nos intervalos.

À orientadora, Prof^a. Dr^a Luciane, pela compreensão, direcionamento, incentivo e por ter compartilhado seus conhecimentos.

Aos professores do Mestrado em Psicologia da UCDB pelo empenho, ensinamentos e seriedade destinada à condução do curso. Especialmente às professoras: Dr^a Sonia Grubits e Dr^a Heloísa Grubits pelas maravilhosas colaborações quando da qualificação.

À professora Dr^a Jaqueline Pasuch pelas lições de saber, pela orientação constante, pela dedicação e incentivo para a realização desse sonho.

À Sirlei e o João, representantes da Instituição pesquisada, pela aceitação, oportunidade e por estarem sempre disponíveis. Pelo carinho e amor que dedicam às crianças.

A todas as colaboradoras da Instituição que dedicam seu tempo ao cuidado, à atenção, pela forma amorosa com que cuidam e se referem às crianças.

À Promotoria e o Juizado da Infância e Juventude, ao Conselho Tutelar da cidade de Sinop-MT, pela disponibilidade e aceitação, em participar do estudo, fornecendo informações que se tornaram essenciais para o estudo

Aos meus queridos alunos da UNIC - Sinop-MT, pela compreensão e incentivo.

Aos meus colegas e direção da UNIC Sinop-MT pela disponibilidade e atenção.

Minha eterna gratidão a todos que contribuíram para que eu chegasse ao final desta longa, mas feliz caminhada que, com toda certeza, realizei buscando e doando o melhor de mim, fazendo desta caminhada algo inesquecível.

FAVARETTO, Micheli Catia. **Crianças em situação de acolhimento institucional na cidade de Sinop-MT** / 139 Dissertação Mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2013.

RESUMO

No Brasil, somente nas décadas de oitenta e noventa do século vinte a criança passa a ser constituída, juridicamente, enquanto “sujeito de direitos”. O artigo nº 227 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, CF 1988), e a Lei nº 8.069 de 13/07/1990 que promulga o ECA insere as crianças brasileiras no cenário dos Direitos Humanos Universais e assegura proteção integral. Essa proteção ocorreu devido às mudanças sociais, políticas e econômicas vivenciadas pela sociedade, quer seja no âmbito jurídico, assistencial ou educacional, ligados à proteção à infância. Assim, esta dissertação é fruto da análise da pesquisa realizada com crianças que vivem na Instituição de Acolhimento na cidade de Sinop-MT e das pessoas que estão, direta e indiretamente, ligadas ao local. A Instituição, local onde a pesquisa foi realizada, surgiu em 1987, é de caráter filantrópico, acolhendo crianças e adolescentes abandonados e/ou em situação de risco. A pesquisa teve por objetivo, compreender como a Instituição de Acolhimento de Sinop-MT tem contribuído no acolhimento e no desenvolvimento da “criança acolhida”, resguardando seus direitos enquanto criança. Os participantes dessa pesquisa foram dez pessoas, sendo três crianças da instituição de acolhimento, três cuidadoras que mantêm contato direto com a instituição de acolhimento, esses foram escolhidos levando-se em consideração, respectivamente, o tempo de permanência e o tempo de trabalho na instituição. Participaram ainda o juiz e o promotor da Vara da Infância e Juventude, o gestor da Instituição e um representante do Conselho Tutelar. Utilizamos para a coleta de dados três modelos de entrevistas, sendo um para as crianças, outro para as cuidadoras e, por fim, outro roteiro para os demais participantes. Todas as entrevistas foram gravadas e, transcritas na íntegra. O referencial teórico-metodológico utilizado foi embasado na Teoria Sócio-Histórica. A análise do material nos permitiu perceber que a relação existente entre a legislação, a prática e a forma como a família é abordada contribui para o afastamento e a diluição dos laços afetivos. Ao final, observamos que a sociedade e, sobretudo, as instituições que lidam com a infância devem refletir sobre quais valores estão sendo pontuados e como suas práticas vêm contribuindo para manter o processo de desenvolvimento infantil nesses ambientes, independentemente do tempo que aí permanecem. Enfim, destacamos que há necessidade de políticas públicas de atenção e que estas sejam articuladas com ações que possam auxiliar as famílias, evitando o processo de acolhimento institucional e, quando necessário, que esse seja com o menor tempo possível. Políticas que possam auxiliar a família a desempenhar plenamente suas responsabilidades e funções com acesso às políticas públicas como à saúde, educação, trabalho e demais direitos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Casa de Acolhimento; Criança; Desenvolvimento Sócio-Afetivo.

FAVARETTO, Micheli Catia. **Children in institutional foster care in the city of Sinop, MT.** 128p. Master's Dissertation in Psychology - Dom Bosco Catholic University – UCDB. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2013.

ABSTRACT

In Brazil, only in the eighties and the nineties the child comes to be legally recognized as "a subject of rights". The article 227 of the Federal Constitution of 1988 (BRAZIL, CF 1988), and the Law 8069 from July 13th, 1990, which promulgates ECA (The Brazilian Child and Adolescent Rights Act) insert Brazilian children in the Universal Human Rights scenario and assure them full protection. This protection came due to social, political and economical changes experienced by society, whether in a legal, healthcare or educational scope, which were related to child protection. Thus, this dissertation is the result of the analysis of a research conducted with children living at a foster care institution in the city of Sinop, MT, and with the people who are directly and indirectly linked to that place. The institution where this research was carried, was founded in 1987, and it has a philanthropic nature, welcoming children and adolescents both abandoned and/or at risk. This research aimed to understand how that institution has contributed to the provision of shelter and the development of the "sheltered children", protecting their rights as children. There were ten people involved in this study, including three children from the foster care institution and three caregivers who have direct contact with the institution, who were chosen taking into account, respectively, the length of stay and time on the job. We also had the participation of the judge and the prosecutor of the Juvenile Court, the manager of the institution and a representative of the Conselho Tutelar (a council made up of community members, which follows the ECA and makes decisions on protective measures if necessary). We used three survey models for data collection, one for children, one for caregivers and, finally, another script for the other participants. All interviews were recorded and transcribed verbatim. The theoretical and methodological framework used was based on Social-Historical Theory. The data analysis showed us that the relation between law, practice and the approach towards the notion of family contribute to detachment and dilution of affectional bond. At the end, we observed that society and especially institutions dealing with children should reflect on what values are being highlighted and how their practices are contributing to keep up child development processes in these environments, regardless of how long they remain there. At last, we emphasize that there is a need for a caretaking public policies and for these policies to be coordinated with actions that can help families, avoiding the process of institutional foster care and, which when necessary should last for as short a period of time as possible; policies that can help the family to fully perform their duties and functions with access to other public policies such as healthcare, education, work and other social rights.

KEYWORDS: Foster Care; Child; Social-Emotional Development.

LISTA DE SIGLAS

ADESTEC – Associação de Desenvolvimento do Trabalho, Educação e Cultura.

AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros.

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social.

CONANDA – Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente.

CONEP – Comitê Nacional de Ética em Pesquisa.

CRAES - Centro de Referência Especializada em Assistência Social.

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social.

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente.

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor.

IPEA – Instituto de Pesquisa Economia Aplicada.

LBA – Legião Brasileira de Assistência.

PNBEM – Política Nacional de Bem Estar do Menor.

SAM – Serviço de Assistência ao Menor.

UCDB – Universidade Católica Dom Bosco.

LISTA DE FOTOS

Foto. 1: Portão da entrada principal.....	44
Foto. 2: Frase disposta no muro de entrada.....	44
Foto. 3: Segundo portão de acesso as casas.....	44
Foto.4: Casa das Meninas.....	45
Foto. 5:Casa dos Meninos.....;	45
Foto. 6: Casa onde as atividades pedagógicas são desenvolvidas.....	46
Foto 7: Casa localizada na primeira entrada separada das demais casas pelo segundo portão.....	46

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1.A CRIANÇA E O SEU ESPAÇO	24
1.1. Ser Criança.....	25
1.2. A visão sócio-histórica e desenvolvimento infantil	29
1.3 O abandono e as casas de acolhimento	32
1.4 Algo Inacabado: Direito no Processo de Acolhimento Institucional.....	38
2. VIVENDO EM UM ESPAÇO QUE NÃO É MEU	42
2.1. Tendo por campo a Instituição de Acolhimento	43
2.2. Morando em outra casa.....	48
2.3. Que espaço é esse?	57
3.COLOS INSTITUCIONAIS: A INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO COMO ESPAÇO PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....	68
3.1. Essa história é minha	69
3.2. Longe da minha família.....	74
3.3. Olhando a criança	80
3.4. Olhar de quem acompanha.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102
ANEXOS	109
ANEXO 1: Termo de consentimento.....	110
ANEXO 2: Autorização CEP	111
APÊNDICE	113
APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTAS	114

APÊNDICE B: Entrevista com: Gestor, representante do Juizado da Infância e da Juventude, representante da Promotoria da Infância e Adolescência, representante do Conselho Tutelar	115
APÊNDICE C: Crianças que vivem na instituição	116
APÊNDICE D: Agrupamento das respostas das crianças.....	117
ANEXO E: Agrupamento das entrevistas das cuidadoras.....	122
ANEXO F: Agrupamento das respostas com: Gestor, Representante do Juizado da Infância e da Juventude, Representante da Promotoria da Infância e Juventude, Representante do Conselho Tutelar.....	126

Neste estudo investiguei o processo de acolhimento e desenvolvimento institucional de crianças numa casa de acolhimento na cidade de Sinop-MT. O desejo foi compreender como as relações sócio-afetivas e culturais interferem no desenvolvimento das crianças acolhidas.

Para estabelecer os laços, no contexto da casa de acolhimento, se fez necessário resgatar as motivações e o caminho pessoal e profissional da pesquisadora. Num processo constante entre a prática e as teorias, no qual algumas foram abandonadas, outras incorporadas, porém retornei e reencontrei, nesse cenário, as possibilidades de entendimento dos meios que desencadeiam o processo de acolhimento institucional.

Também significou criar novos laços afetivos para a pesquisadora. Assim, finalizado o curso de graduação, chegara o momento de conquistar o “meu espaço” profissional. Naquele momento se fez necessário uma escolha, deixar novamente minha família, na cidade de Marema-SC, assim como havia feito, no ano de dois mil, quando precisei sair de casa para estudar fora. A realidade agora era um pouco mais difícil, pois a distância seria muito maior, o Estado de Mato Grosso, na cidade de Sinop, onde cheguei no ano de dois mil e cinco e resido até os dias atuais.

Chegando nessa cidade, muitos foram os desafios, seja na vida pessoal, seja na profissional. E, uma das primeiras atividades desafiadoras no campo profissional, foi para participar da realização de um processo de seleção para escolher profissionais, para o trabalho na única “casa de acolhimento” do município de Sinop e região. Sobre isso falaremos no decorrer do texto. O trabalho a que eu fui solicitada era “voluntário” e a profissional a ser selecionada era o que as pessoas chamam de “cuidadora”. Essa seria a pessoa que teria o papel de “zelar” pelas crianças que lá ficavam. Diante do desafio fui conhecer o lugar. Naquele dia, devido às condições físicas, sociais e afetivas que pude perceber, embora tivesse observado num pequeno espaço de convívio, saí mal impressionada, preocupada com as relações estabelecidas entre os adultos e as crianças. Acredito que as

primeiras impressões surgiram devido à precariedade das instalações físicas, às relações autoritárias dos adultos sobre as crianças.

Diante da realidade percebida durante o trabalho voluntário e as várias visitas pontuais realizadas na casa de acolhimento, além da experiência que vinha construindo no campo da Psicologia, seja na escola da rede privada como nas atividades clínicas, especialmente com crianças, senti a necessidade de buscar novos conhecimentos. Foi quando iniciei o Curso de Especialização em Psicopedagogia e Reeducação Clínica, ano de dois mil e seis. Ainda durante a realização do curso iniciei as atividades de docência no ensino superior, em uma instituição privada, no curso de Psicologia, com a disciplina de Psicologia do Desenvolvimento I, o que me motivou a desenvolver projetos de extensão na casa de acolhimento institucional, os quais continuo a desenvolver nos dias atuais. Todos os trabalhos são desenvolvidos com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento das crianças que vivem essa dura realidade, ou seja, morar numa casa de acolhimento.

As experiências vividas e o interesse de aprofundamentos teóricos e metodológicos me direcionaram na busca de novos conceitos e realização de leituras para elaborar um projeto de pesquisa e participar do processo de seleção para o curso de mestrado. Estas ações contribuiriam para aprofundar os estudos sobre as condições de desenvolvimento e acolhimento das crianças que vivem naquele espaço.

Assim, uma das primeiras leituras realizadas foi com o objetivo de conhecer a construção da infância na história da humanidade, com as quais pude perceber que durante séculos a existência da infância, como etapa especial da vida, foi negada às crianças. Assim, a ideia de infância pode ser considerada, a partir de uma noção histórica e cultural como uma construção, a qual sofreu diversas alterações no transcorrer dos tempos. Cada época abordou, de formas distintas, os ideais e expectativas depositadas na criança, todos com o objetivo de descrevê-la como um ser em formação.

Conforme os estudos do historiador Philippe Ariès (1981), no início dos tempos a criança era vista como um ser substituível, um “adulto em miniatura”, que devido ao alto índice de mortalidade e natalidade, ou seja, quando uma criança

morria outra logo nascia e a substituía. Tempos depois, a criança passou a ser vista como um ser com função econômica, pois a partir dos sete anos era inserida na vida adulta realizando tarefas e auxiliando na economia familiar, sendo este seu papel na sociedade. As principais transformações ocorreram entre os séculos XII e XVII devido às influências sociais, culturais, políticas e econômicas. De lá para cá, as transformações, na perspectiva, da criança e a infância continuam constantes, todas com o objetivo de proteger e dar condições de desenvolvimento para as mesmas.

Foi a partir da Declaração dos Direitos da Criança proclamada no dia 20 de novembro de 1959, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, que a criança passou a ser considerada como um ser que necessita de cuidados especiais e, na história da humanidade, inaugura-se um novo tempo de reconhecimento e valorização dos direitos humanos vinculando-a como cidadã de seu país.

No Brasil, nas décadas de 80 e 90 do século XX, a criança passa a ser constituída, juridicamente, enquanto “sujeito de direitos”. O artigo nº 227 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, CF 1988), e a Lei nº 8.069 de 13/07/1990 que promulga o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA inserem as crianças brasileiras no cenário dos Direitos Humanos Universais e asseguram proteção integral.

Esse reconhecimento coincidiu com as mudanças sociais, políticas e econômicas pelas quais a sociedade estava passando, quer seja no âmbito jurídico como assistencial e educacional, na proteção à infância. De acordo com Sander (1998) a “formação desse campo – direitos/defesa de crianças e adolescentes – é fruto de alianças, embates e disputas que se fizeram presentes na sociedade” (*apud* BAZÍLIO E KRAMER, 2008, p.31).

Nesse contexto houve o desenvolvimento de pesquisas voltadas para a criança, especialmente, “com estudos da Psicologia do Desenvolvimento que trouxeram novos olhares relativos às crianças” (PINTO, 1997 *apud* LIMA, 2008, p. 29).

A realização de pesquisas na área da infância possibilitou a abertura de novos campos de estudos e, conseqüentemente, uma nova e ampla compreensão do desenvolvimento infantil. Dentre elas, uma tem despertado o interesse das políticas articuladas de proteção à infância – a vivência de crianças e adolescentes

em situação de acolhimento institucional. A realidade da infância em situação de risco e vulnerabilidade é, ainda nos dias de hoje, um desafio a ser enfrentado pela sociedade. Sendo que, estudos realizados pela Associação dos Magistrados Brasileiros, revelam que oitenta mil crianças vivem em Instituições de Acolhimento em nosso país (2011).

Nesse sentido, torna-se evidente a necessidade de um diálogo entre teoria, prática e pesquisa sobre as condições de desenvolvimento das crianças, neste caso das crianças em situação de acolhimento institucional, temática sobre a qual discorreremos nessa dissertação sob o olhar da abordagem sócio-histórica.

O atendimento às crianças e adolescentes em serviços de acolhimento institucional remonta ao período colonial, de 1500 até 1822. Esses serviços surgiram em decorrência de um conjunto de fatores, tais como: o surgimento do sentimento e a concepção da infância como um período do desenvolvimento humano e, assim, a criança passa a ser vista como um ser que necessita de cuidados especiais e proteção dos adultos para sua formação (ARIÈS, 1981).

As casas de acolhimento, como são conhecidas hoje em nosso país, passaram por definições diferentes ao longo dos tempos: “de orfanato (visão prevalente no Código de Menores) a abrigo, de abrigo (previsto no ECA – Estatuto da Criança e Adolescente) à acolhimento institucional. Apesar dessas mudanças, observa-se velhas práticas¹, heranças históricas da filantropia e assistencialismo² que tanto marcam este campo” (ROSSETTI-FERREIRA *et al* 2011, p. 89).

Para entendermos as mudanças que o Acolhimento Institucional vem sofrendo em nosso país e, especialmente, a interferência dessas no desenvolvimento das crianças acolhidas, buscamos desenvolver o referido estudo com o objetivo geral de compreender como uma Instituição de Acolhimento de

¹ Quando falamos em velhas práticas estamos dizendo que apesar das mudanças ocorridas na legislação brasileira, a forma de atendimento às classes menos favorecidas continua a mesma, ou seja, acolhimento e suporte, ao invés de desenvolver práticas de eliminação diante da carência social.

² Prática de organizar e prestar atendimentos a membros ou camadas menos favorecidas da sociedade ao invés de desenvolver políticas públicas que auxiliem na mudança dessa realidade.

Sinop-MT³ tem contribuído no acolhimento e no desenvolvimento da “criança acolhida” resguardando seus direitos, enquanto criança.

Para tanto, os objetivos específicos foram de observar as condições estruturais (físicas, sociais, afetivas) da Instituição de Acolhimento de Sinop-MT, destacando as relações constitutivas das crianças entre si e com os adultos no espaço tempo de convívio; identificar como é a acolhida e o acompanhamento dos adultos para com as crianças no momento da chegada das mesmas na Instituição de Acolhimento de Sinop-MT; analisar os documentos, legislação vigente, regimento interno para compreender a dinâmica de funcionamento da Instituição; perceber a concepção de criança “acolhida” que os adultos responsáveis pela instituição têm em relação às crianças da Instituição de Acolhimento de Sinop-MT.

O método utilizado foi o qualitativo, ou seja, uma modalidade de pesquisa que possibilita trabalhar com os significados, motivos, valores, crenças e atitudes que correspondem, nesse estudo, aos sentimentos das relações estabelecidas com a Instituição de Acolhimento e que não podem ser tratadas por meio de operações de variáveis. Este método trabalha as experiências e vivências em um universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes que correspondem a um conjunto de fenômenos humanos entendidos como parte da realidade social, não podendo ser traduzidos em números e indicadores quantitativos. (MINAYO e SANCHES, 1993)

O método qualitativo possibilita, também, a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com seu objeto de estudo, ampliando o entendimento dos fatos e dos elementos envolvidos. Este método é capaz de produzir uma melhor compreensão da complexidade inerente aos seres humanos, salientando sua capacidade de dar forma e criar suas próprias experiências e a ideia de que a verdade é um agregado de realidades (POLIT *et al*, 2004).

³ A Instituição de Acolhimento onde foi realizado o estudo é a única destinada ao Acolhimento de crianças até doze anos de idade no município de Sinop-MT e região. Cidade localizada a aproximadamente 516 quilômetros da capital do Estado do Mato Grosso, com população de 113.082 habitantes, segundo dados do IBGE 2010.

Dessa forma, a pesquisa qualitativa possibilita explicar o significado de determinados fenômenos e, permite compreendê-los em sua totalidade, dentro do contexto dos que os vivenciam. Neves descreve que:

Nas ciências sociais, os pesquisadores ao empregarem os métodos qualitativos estão mais preocupados com o processo social do que com a estrutura social: buscam visualizar o contexto e, se possível, ter uma integração empática com o processo e o objeto de estudo que implique melhor compreensão do fenômeno (1996, p. 2).

Assim, a preocupação principal do estudo que submetemos à análise foi o de verificar, em nível subjetivo e social, a ocorrência de eventos representativos para as pessoas que têm contato, direto e indireto, com a Instituição de Acolhimento de Sinop-MT, as crianças que vivem em situação de acolhimento institucional, buscando uma visão que permita a abrangência da alteridade e que considere o caráter situado no contexto sócio-histórico.

Para o desenvolvimento da pesquisa contamos com a participação de pessoas envolvidas, direta e indiretamente, com a Instituição de Acolhimento de Sinop-MT. Desta forma, em fevereiro de 2012 solicitamos autorização para a realização da pesquisa junto ao Gestor do Centro Social, o qual concordou prontamente com a realização da pesquisa, ressaltando a importância da mesma para a equipe que desenvolve as atividades naquele local, assim em julho foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 1).

O projeto foi encaminhado e submetido ao Comitê de Ética da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB através da Plataforma Brasil, atendendo às normas da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa em Saúde e a todos os preceitos de normas de pesquisa com seres humanos conforme Resolução 196/96 e, depois de submetido à apreciação, foi aprovado. Também seguiu a ética de pesquisa em Psicologia conforme o Conselho Federal de Psicologia (Anexo 2).

Nesta pesquisa foram utilizados três roteiros de entrevistas (Apêndices A, B, C), sendo, o roteiro A para as crianças, o B para os colaboradores da Instituição e o roteiro C para os representantes: Promotoria e Juizado da Vara da Infância e da Juventude, do Conselho Tutelar e para o Gestor da Instituição. Todas as entrevistas foram gravadas, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que foi lido, assinado em duas vias, ficando uma para o participante e

outra com a pesquisadora, exceto as crianças, que ficaram sob a responsabilidade do gestor da Instituição, prevendo a utilização do material coletado para uso científico.

Desta forma, procedeu-se o desenvolvimento da pesquisa por meio das entrevistas junto às crianças em situação de acolhimento institucional. As cuidadoras⁴ que participaram do estudo foram selecionadas pelo tempo de serviço que tinham na casa de acolhimento institucional. Sendo as participantes:

- ✓ Rosa, trinta e nove anos de idade, casada, mãe de dois filhos, estudou até a terceira série do ensino fundamental, desenvolve atividades na casa de acolhimento há aproximadamente quatro anos.
- ✓ Clara, quarenta e cinco anos de idade, casada, mãe de três filhos, estudou até quinta série do ensino fundamental, trabalha no local há aproximadamente dois anos.
- ✓ Mara, trinta e seis anos de idade, casada, mãe de dois filhos, estudou até a terceira série do ensino fundamental, trabalha na casa há dois anos.

As entrevistas com as cuidadoras foram realizadas em dois dias devido à troca de turnos e na sala da coordenação da instituição.

As crianças que participaram do estudo também foram escolhidas levando-se em consideração o tempo de permanência na Instituição. As entrevistas com as crianças foram realizadas em um sábado, no período matutino, na sala onde desenvolvem as atividades pedagógicas. Sendo:

- ✓ João, com oito anos de idade, que vive na instituição há seis meses, juntamente com sua irmã, Maria de onze anos de idade, ambos foram levados para a casa na mesma data.
- ✓ Pedro, foi outra criança selecionada para participar do estudo, com idade de doze anos, estava na casa há três meses.

⁴ Cuidadoras é o termo utilizado pelas pessoas que se relacionam, direta e indiretamente, com a Instituição, quando se referem às pessoas que cuidam das crianças.

Todas as crianças que participaram do estudo estavam na casa de acolhimento pela primeira vez.

Em seguida realizamos a entrevista junto ao Gestor, Representante do Conselho Tutelar, Promotoria e Juizado da Infância e Adolescência. Todos os contatos foram realizados com antecedência, para que pudéssemos agendar a realização das entrevistas. Durante o período de realização das entrevistas houve mudanças, por duas vezes consecutivas, do juiz responsável pela Vara da Infância e Adolescência, devido à licença maternidade da juíza. Após o período de afastamento realizamos a entrevista com a mesma no fórum da cidade. As entrevistas foram realizadas entre os meses de setembro a novembro de 2012 e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo que, o termo das crianças foi assinado pelo gestor da instituição, responsável pelas mesmas.

Nas palavras de Gil (2010), a entrevista é uma técnica que possibilita ao investigador apresentar-se frente ao entrevistado formulando perguntas, com o objetivo de obter dados relacionados com o objeto de estudo, também é considerada uma forma de interação social.

A entrevista aberta não segue uma rigidez, é assimétrica, possibilitando ao entrevistador uma interação maior com o entrevistado. De acordo com Lakatos e Marconi, “é uma forma de poder explorar mais amplamente a questão” (2009, p. 279).

Após a coleta dos dados, que foi possibilitada pela interação com o ambiente, os registros das observações em forma de caráter etnográfico, análise documental - esta foi realizada para conhecer a instituição, a história de vida das crianças que vivem na mesma e, das entrevistas e dos registros feitos, iniciamos o terceiro momento, ou seja, a análise dos dados.

Destacamos que as entrevistas foram transcritas na íntegra, com agrupamento das respostas dos participantes conforme temática. Posteriormente, uma leitura minuciosa foi realizada a fim de destacar os aspectos que sintetizaram o conteúdo significativo apresentado nos relatos dos participantes, os quais foram discutidos e embasados.

Para a análise dos dados, buscamos embasamento na teoria sócio-histórica, a qual tem como base o materialismo histórico dialético. Essa mesma teoria serviu de base para os estudos de Vygotsky (1896-1934) que utiliza elementos que visam abordar o sujeito como um todo, uma vez que este “se constitui numa relação dialética com o social e a história”, pois considera que todo o conhecimento sempre é produzido na inter-relação com as pessoas (ROSSETTI-FERREIRA *et al*, 2011, p. 128)

Nesta visão, o homem se constitui numa relação dialética com o social e o histórico, Rossetti-Ferreira *et al* descrevem o ser humano como um ser de relação, que se constrói durante a relação com o outro e com mundo e:

(...) só se diferencia ou se assemelha no processo relacional (...) ele tem pensamento, tem fantasia, tem espaços pessoais que vivencia fora das relações. Ele tem capacidade geradora própria, tem capacidade de assumir posições próprias e produzir novos focos de subjetivação social através de sua ação (2004, p. 62).

Motivo pelo qual a psicologia sócio-histórica busca compreender o indivíduo no seu contexto, sendo este uma construção individual do mundo simbólico, material e social no qual está inserido. Essas relações desenvolvem as possibilidades humanas e o constituem.

Assim, as temáticas foram apresentadas em agrupamento levando-se em consideração os elementos de análise da teoria sócio-histórica, para Bock *et al* (2008) o materialismo histórico dialético é a base da perspectiva sócio-histórica na qual a Psicologia de Vygotsky (1896-1934) está baseada apresentando-se como uma forma de exceder a dicotomia existente e uma tentativa de superar os reducionismos das concepções empiristas e idealistas usadas para o desenvolvimento de estudos.

A dissertação está organizada em três capítulos, sendo o Capítulo I: Criança e o seu espaço, constituído do referencial teórico; Capítulo II: Vivendo em um espaço que não é meu, relata a criança e a instituição de acolhimento; Capítulo III: Colos Institucionais: a instituição de acolhimento como espaço para o desenvolvimento infantil, descreve sobre a criança e a instituição e, por fim, as considerações finais.

1. A CRIANÇA E O SEU ESPAÇO

“A existência é o primeiro bem; e o segundo é o modo de existir”.

Simón Bolívar, 1825.

1.1. Ser Criança

A infância exerce uma importância muito grande para a vida das pessoas. É nesse período que aprendemos sobre o mundo e os aspectos básicos da vida. É uma fase que marca profundamente a vida de cada pessoa. Assim, torna-se necessário conhecer a história sobre a construção da infância durante o desenvolvimento da humanidade, uma vez que pretendemos discorrer sobre a mesma.

A questão de nascer e ser criança até um determinado período da nossa vida é inegável, porém, durante muitos anos, a humanidade questionou até que idade uma pessoa seria considerada criança e qual o tempo e o espaço de viver a infância (AHMAD, 2009).

Desta forma, o conceito de infância conhecido atualmente difere dos conceitos que foram usados nos séculos passados. Pois hoje é obrigatório e necessário os pais darem nome e registro civil para os filhos a partir do primeiro dia de vida, sendo que há alguns séculos essas atitudes eram desnecessárias, uma vez que, nem as pessoas adultas e, muitos menos as crianças, eram vistas como pessoas portadoras de direito e, diante dessa situação, adultos e crianças não faziam parte das estatísticas governamentais ou de qualquer outro segmento.

Soma-se ainda o fato das pessoas não terem conhecimentos sobre o significado da infância e acreditarem que as crianças eram, de fato, adultos em miniatura.

Ainda conforme Ariès:

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo (1981, p. 50).

Em evidência, a visão de infância como um período da vida é uma construção social que passou por inúmeras transformações e, que reflete os valores presentes na sociedade em diferentes períodos. Na Idade Média não existia um sentimento específico de infância. No início do século XIII, as crianças continuaram a serem vistas como “homens de tamanho reduzido”, porém, no final daquele século começaram a surgir posicionamentos e visões sobre a concepção de infância, de forma parecida com as que conhecemos hoje (ARIÈS, 1981, p 51).

Diante dessa realidade, a aceitação da infância como uma fase da vida teve de esperar pelos séculos XV, XVI e XVII quando então se reconheceria que as crianças necessitavam de tratamento especial antes que pudessem integrar o mundo dos adultos (HEYWOOD, 2004). Fazendo com que as crianças deixassem de serem vistas como adultos em miniatura elas não eram mais integradas com os adultos, já que assumiam funções diferentes na sociedade e, a partir dessa concepção de criança, a visão da infância começa a ser modificada:

Trata-se um sentimento inteiramente novo: os pais se interessavam pelos estudos dos seus filhos e os acompanhavam com solicitude habitual nos séculos XIX e XX, mas outrora desconhecida. (...) A família começou a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela (ÁRIES, 1981, p.12).

A noção de infância passa a ser vista de forma técnica e científica e essa análise é respaldada e analisada pela Psicologia, Sociologia, Medicina dentre outros campos do saber, passando a emitir um parecer científico a respeito dessa fase da vida humana. Essa visão científica fez com que a sociedade olhasse para a infância como uma fase do desenvolvimento humano com maior respeito e consideração.

Entre os séculos XVIII e XIX a infância começa a tomar seu lugar, no entanto, apenas as crianças filhas de famílias abastadas, ou seja, as mais pobres continuam a utilizar seus filhos para o trabalho familiar em busca de uma complementação de renda (AHMAD, 2009).

Somente no início do século XX, a infância ocupa um lugar de fundamental importância para a família e para a sociedade, começa a se pensar neste ser de pouca idade como alguém que necessita de um lugar, um tempo, com espaço e

cuidados diferenciados para seu desenvolvimento, ou seja, a visão sobre a infância começa a ser modificada, aprende-se a controlar a fecundidade, a mortalidade. Diante dessa nova construção social de infância, a criança começa a ser vista como fruto do amor dos pais, um ser que necessita de cuidados especiais, merecedora de carinho e proteção, com espaços próprios para sua idade. Esse ideal de infância adentra o século XX (AHMAD, 2009).

No Brasil, as concepções acerca da infância foram influenciadas por sua colonização, a qual introduzia, nesse processo, juntamente com a população enviada, seus diferentes hábitos, costumes, cultura agora adaptados à realidade encontrada.

Com a colonização no início do século XVI, o Brasil passava por um processo de povoamento no qual os imigrantes adultos imigravam com seus respectivos filhos e outras crianças, muitas vezes órfãos. As crianças imigrantes vivenciavam uma difícil e cruel realidade, segundo Lopes:

...as dificuldades iniciavam-se nas embarcações que traziam estes imigrantes, onde as crianças, uma vez embarcadas, estavam expostas às penosas condições da viagem. As crianças, segundo sua condição social ou proteção, eram submetidas a trabalhos pesados e muitas vezes destinadas a sobreviver em péssimas condições, não resistiam às punições e abusos recebidos". (2005, p.15).

As diferenças econômicas impunham, desde cedo, diferentes formas de tratamento às crianças. E, no Brasil, não foi diferente, sendo que, desde sua colonização, essa diferenciação fica evidente nas relações das crianças com o trabalho. Estendia-se somente às crianças 'bem-nascidas', ou seja, de classe social favorecida, o privilégio do distanciamento do trabalho. Entre as crianças menos favorecidas o trabalho era uma prática comum.

Segundo Florentino e Góes (2000), o trabalho acompanhava os filhos de escravos desde seus primeiros anos de vida como forma de adestramento. Logo que fosse possível lhe atribuíam funções e esses aprendizados refletiam no preço que as crianças escravas atingiam.

Pardal (2005) destaca a diferença existente entre os filhos de escravos e as crianças brancas. A criança escrava crescia exercendo funções e atividades que a destinavam e, aos doze anos era vista como adulto, no que se refere ao trabalho e à

sexualidade. Por outro lado, as crianças brancas, principalmente as ricas, eram entregues às amas de leite logo após o nascimento e, após os seis anos, no caso dos meninos, iniciavam o aprendizado do latim e de boas maneiras nos colégios religiosos em uma preparação para o ingresso no mundo adulto.

A história da criança como indivíduo sempre percorreu a história da humanidade recebendo diferentes tratamentos em função das diferentes relações que foram estabelecidas. O fato é que as crianças existiram em todos os períodos da humanidade, no entanto, o tratamento e a relação dessas com a sociedade e seus membros é que projeta o conceito de infância em diferentes períodos (ARAÚJO, 2007).

Na modernidade, os grandes movimentos sociais fizeram surgir políticas públicas direcionadas para a infância e o reconhecimento da criança enquanto ser de direitos. Desenvolvendo programas que visam à promoção e o aumento de condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças que, por sua vez, passaram a ocupar lugar de destaque na sociedade; logo, na contemporaneidade, nos deparamos com uma série de mudanças delineando novas conjecturas sobre a infância.

Nota-se uma maior mobilização da sociedade nas lutas pelos direitos das crianças e adolescentes, resultando no ECA (1990), que no Artigo 2º define a infância como uma fase da vida que se estende até os doze anos de idade incompletos. E o Artigo 3º garante a elas todos os direitos de proteção integral ao “desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e de dignidade”, passando a ter um papel central na sociedade (BRASIL, 1990).

Desta forma, consideramos que as crianças, durante todo processo de desenvolvimento físico, mental, social, moral e espiritual deverão ter a oportunidade de desenvolverem-se de forma saudável, com condições de liberdade e dignidade, rodeada pelos pais, familiares e/ou pessoas que apresentem condições de contribuir com esse processo.

1.2. A visão sócio-histórica e desenvolvimento infantil

Durante muitos anos a psicologia esteve preocupada com o estudo do desenvolvimento infantil que incluía a primeira infância, a idade escolar e a adolescência. Após essas fases entendia-se que a maturidade era atingida seguindo um período de declínio e decadência.

Com o crescimento demográfico aumentou o número de pessoas idosas e esses conceitos precisaram ser revistos, incluindo a idade adulta e a velhice como parte do desenvolvimento humano e diferentes concepções sobre o desenvolvimento do ser humano têm sido ampliadas (ROSSETTI-FERREIRA *et al*, 2011).

Enquanto seres humanos, nascemos em um ambiente organizado, ou seja, cada pessoa recebe a influência da cultura, da língua que será a principal influência que receberemos em nosso desenvolvimento. Apesar da constituição genética, anatômica e fisiológica constituir o ser humano, o aspecto orgânico por si só, não é capaz de estabelecer as sequências e o desenvolvimento, muito menos humanizar um bebê. É preciso:

Estar atento ao lugar do “outro social”, não como podendo modificar o curso e o percurso do desenvolvimento geneticamente programado, mas como inerentemente constituindo aquele desenvolvimento, a partir de uma interação intrínseca pessoa-meio (Maturana (1994) e Maturana & Varela (1984), *apud* ROSSETTI-FERREIRA *et al*, 2011, p. 69).

Assim, dentre as diversas concepções desenvolvidas, vamos nos ocupar da vertente sócio-histórica; segundo a qual o desenvolvimento humano ocorre por meio das trocas recíprocas que se estabelecem entre o indivíduo e o meio durante toda a vida, ou seja, uma adaptação constante, pois ao mesmo tempo em que o indivíduo influencia o meio é também influenciado por este (OLIVEIRA, 2011).

Para compreender o desenvolvimento humano dentro da perspectiva sócio-histórica é primordial compreender os conceitos de apropriação, mediação e objetivação.

É por meio do contato com a realidade para a realização de uma atividade que o homem consegue se apropriar do conhecimento produzido pela humanidade. À medida que o homem consegue pensar sobre a realidade que o cerca se dá a apropriação (LURIA, 1991a); logo, ao agir sobre o mundo exterior, o homem o modifica como também modifica a si mesmo. No entanto, a apreensão desses conceitos acontece sempre de uma maneira mediada, ou seja, intermediada pelas pessoas e pelos objetos do mundo que o cercam. Para Duarte (1993):

[...] o processo de formação do indivíduo é o reconhecimento da indispensável mediação, realizada por outros indivíduos, entre a pessoa que realiza o processo de apropriação e a significação social da objetivação a ser apropriada (p. 46).

Desta forma, o processo de mediação é necessário para o desenvolvimento humano, nas palavras de Duarte (2001) o processo de mediação é, por excelência, um processo educativo, por isso, segundo o autor em referência, todas as interações estabelecidas, entre as pessoas e os objetos, são importantes e devem ser consideradas em todos os estágios de desenvolvimento humano.

Pois, é através desse processo ativo, que combina a objetivação, a apropriação e a mediação, que o psiquismo vai sendo construído. Segundo Leontiev (1978b) por meio dele o conhecimento genérico, que fora construído social e historicamente, é apreendido pelos seres humanos.

Isso nos permite compreender que a construção do pensamento e da subjetividade é um processo cultural, que segundo Vygotsky ocorre devido ao uso de signos e instrumentos, que foram elaborados em um contexto social determinado, por meio da história da humanidade e transmitidos pela linguagem. À medida que o sujeito incorpora os signos, como uma forma de registrar e transmitir informações, as ações humanas vão tornando-se mais complexas (MOLON, 2010).

Os sujeitos, desta forma, se apropriam dos signos desde o nascimento na relação que estabelecem com sujeitos mais experientes que “emprestam significações a suas ações em tarefas realizadas em conjunto” (MOLON, 2010, p. 132).

Para compreender esses processos, Vygotsky criou o conceito de “zona de desenvolvimento proximal ou potencial”, referindo-se à distância que existe entre

aquilo que o indivíduo já sabe e o que é capaz de fazer com ajuda de outro indivíduo. Ou nas palavras de Oliveira: “refere-se à distância entre o nível de desenvolvimento atual do indivíduo (...) e à capacidade de responder orientado por indicações externas a ele” (2011, p. 133).

Dentre os inúmeros signos, a apropriação da linguagem, pelo sujeito do grupo social no qual pertence, constitui o processo mais importante do desenvolvimento, segundo Vygotsky, pois a linguagem dá forma ao pensamento e reorganiza as funções psicológicas da criança, sua memória, atenção e imaginação (MOLON, 2010).

Sendo assim, o desenvolvimento humano é constituído por processos constantes e contínuos, nos quais as relações estabelecidas são fundamentais “não só nos primeiros anos de vida como também ao longo de toda a vida, mantendo-se continuamente como arena e motor do processo de desenvolvimento” (ROSSETTI-FERREIRA *et al*, 2004, p. 24).

Para compreender as transformações que ocorrem no desenvolvimento infantil é necessário considerar todas as condições temporais, uma vez que os acontecimentos estão sempre situados em um contexto de espaço e tempo, formando uma relação indissociável, durante todo o ciclo de vida e em todas as relações estabelecidas pelas pessoas, no contexto no qual estão inseridas.

Em contexto, os processos de desenvolvimento são contínuos e ininterruptos, marcados pelas interações com as pessoas, ou seja, “(...) as relações sociais são constitutivas do sujeito” (MOLON, 2010, p. 117). Essas englobam a linguagem, cultura e as interpretações que uma pessoa faz da outra e da situação na qual se encontra naquele momento. Como essas interpretações são múltiplas, elas possibilitam a construção de sentidos e significados diversos e contraditórios, sobre uma mesma situação.

Assim, também, acontece com as crianças, que:

(...) nascem em um mundo repleto, prenhe de significações. E começam a viver e a fazer sentido das práticas de cada dia. Vivem os cuidados, os carinhos, os afetos, as distâncias, as ausências, as contingências, as contradições que vão se impondo. Vão sentindo e sofrendo, de diversas formas, as múltiplas relações com os outros e com o mundo. E vão sendo afetadas por essas relações (ROSSETTI-FERREIRA *et al*, 2004, p 35).

De tal modo que estamos inseridos em um espaço e tempo onde as relações sociais, em menor ou maior grau, influenciam e, ao mesmo tempo, possibilitam a compreensão do significado das relações estabelecidas entre as pessoas, pois os sentidos atribuídos pelas crianças diante das situações vivenciadas produzem emoções, ações, sentimentos, concepções que promovem práticas sociais e constituem o indivíduo em um ser social histórico.

Reportaremos assim, ao conceito de matriz sócio-histórica para compreendermos alguns aspectos do contexto no qual a criança está inserida, uma vez que a matriz sócio-histórica pode se entendida como possuindo:

(...) concretude no aqui e agora das situações, nos componentes pessoais, contextuais e interativos, e a sua materialidade se revela na organização dos espaços, das rotinas, das práticas e dos discursos circunscritos a um determinado grupo de pessoas e contexto. (ROSSETTI-FERREIRA *et al*, 2011, p. 65).

Desta forma, quando falamos em desenvolvimento humano, não podemos conceber o mesmo de forma isolada ou linear, uma vez que no processo de desenvolvimento que permeia a nossa existência estão envolvidas inúmeras pessoas, cada qual com um papel, com características e necessidades que lhe são próprias, pois o desenvolvimento humano só é possível quando as relações estabelecidas, articuladas e submetidas são levadas em consideração.

1.3 O abandono e as casas de acolhimento

Os registros históricos sobre o abandono de crianças, no Brasil e no mundo, parecem estar densamente ligados com a história e o tratamento dado ao abandonado e aquele que abandona. Tal tratamento, por sua vez, está ligado à própria concepção de infância, que se altera com o passar dos anos. Assim, o abandono de crianças à própria sorte, o infanticídio e o aborto como meio de contracepção são práticas presentes em diversas sociedades, práticas nem sempre aceitas legalmente, mas que, segundo Ariés (1989), sempre foram "toleradas".

No Brasil, com o crescimento das grandes cidades, aceleração da industrialização, o desemprego e a aglomeração de pessoas nas periferias de forma inadequada impunha difíceis condições de vida para a população brasileira.

De acordo com Passeti (2000) sobreviver era tarefa difícil para a maioria da população e essa realidade refletia, também, nas crianças, que eram marcadas pelo abandono e crueldade, vivendo “carências culturais, psíquicas, sociais e econômicas que se avolumavam e que as impeliam para a criminalidade” (p. 348)

A difícil realidade da maioria das crianças brasileiras e as consequências sociais dessa situação, associada às pressões de mecanismos internacionais, impulsionaram ações de atendimentos às crianças e adolescentes por parte do poder público. Dessa forma, as medidas de atendimento às crianças vão tornando-se emergenciais e passam a ser concretizadas no início do século XX. (KRAMER, 1991)

No Brasil, as origens do atendimento a crianças e adolescentes em serviços de acolhimento remontam ao período colonial, de 1500 até 1822 do século passado.

Esses serviços surgiram em decorrência de um conjunto de fatores: o surgimento do sentimento e a concepção da infância, como um período do desenvolvimento humano, o que modificou, ainda no século, a visão de infância, passando a criança a ser vista como um ser que necessita de cuidados especiais e proteção dos adultos para sua formação (Ariès, 1981). No entanto, antes desse período, crianças perambulavam sozinhas pela cidade, andavam pelas ruas, sujeitas às intempéries da natureza e, por vezes, aos ataques dos animais, sujeitas à marginalização, criminalidade e prostituição, essas situações geravam desconforto social e religioso para a população (MARCÍLIO, 1996).

Se por um lado, no século passado, as crianças de classe média e alta estavam começando a serem reconhecidas como crianças que necessitam de cuidado e educação, por outro lado, ainda havia crianças sujeitas a toda sorte de condições.

Essas crianças eram rejeitadas pelas suas famílias e pelos próprios pais, eram filhos de famílias sem condições econômicas, que conviviam e, muitas vezes ainda convivem, cotidianamente com a negação dos seus direitos, tendo sua condição humana desrespeitada, dentro de uma realidade de extrema desigualdade,

onde “as condições de vida de boa parte da ‘população livre branca’ eram precárias, o que dificultava a criação de vários filhos” (MARCÍLIO, 1996, p.05).

A existência de crianças filhas de relacionamentos extraconjugais era outro aspecto que contribuía para o abandono das crianças, as quais envergonhadas, pressionadas pelos padrões sociais cristãos, lançavam essas crianças à fatalidade da rua e, de acordo com Marcílio “Abandonar os filhos é tão antigo como a história da colonização brasileira” (1996, p.15). Apesar destes serem os fatores que contribuíram para o surgimento dos “abrigos” em nossa sociedade, por muito tempo as crianças ficaram a mercê da própria sorte, pois, como não havia entidades de proteção e acolhimento, estas viviam abandonadas pelas ruas.

Como visto, o ato de abandonar era prática presente desde a Antiguidade e, no final dessa época e início da Idade Média, surge, entre os cristãos, a concepção de caridade para com os desvalidos, o que motivou para a criação dos primeiros locais de acolhida para pobres, doentes e crianças expostas ou rejeitadas. Vale destacar que o sofrimento e a privação estavam associados à ideia de santificação, adquirindo um novo valor social (ARIÈS, 1981).

Sendo assim, os abrigos surgiram cumprindo uma dupla função amplamente apoiada no exercício do Cristianismo, tendo em vista que: possibilitavam aos cristãos ricos o exercício do amor ao próximo ao mesmo tempo que evitavam o infanticídio, prática abominada nas sociedades cristãs. (VENÂNCIO, 1999).

No Brasil, quando surgem as instituições de acolhimento, estas têm sua história marcada pela negligência do poder público, sendo que o acolhimento realizado, naquela época, ocorreria por caridade ou por investimentos futuros, no qual a criança seria utilizada como um empregado, não gerando grandes custos aos coronéis, que viveram no período republicano, no final do século XIX e início do século XX.

Com isso, as primeiras formas de assistência às crianças, no Brasil, foram determinadas pela Coroa Portuguesa, sendo que entre os anos de “1550 e 1553, foram criadas as Casas de Muchachos para meninos indígenas, filhos de mestiços e órfãos de Portugal” (BAPTISTA, 2006 *apud* ROSSETTI-FERREIRA 2011, p. 33).

No ano de 1726, os portugueses trouxeram para o Brasil uma forma de acolhimento assistencialista de ordem religiosa, baseada no modelo italiano,

conhecido como “Roda dos expostos ou rejeitados⁵”, instituições que mesclavam caridade e filantropia (MARCILIO, 1997 *apud* VECTORE e CARVALHO, 2008).

Com a proclamação da República, em 1889, não houve muitas mudanças no tratamento ofertado às crianças abandonadas. Com o rompimento da igreja e estado, as casas de acolhimento se expandiram, porém por iniciativa privada e com o subsídio do poder público (BERGER, 2005).

Em 1903, no Brasil, foi criada a "Escola Correccional 15 de Novembro⁶" e, em 1923, foi autorizada a criação do Juizado de Menores. Em 1924, foram criados o Conselho de Assistência e Proteção aos Menores e o Abrigo de Menores (BERGER, 2005).

A legislação que constitui o primeiro Código de Menores foi consolidada em 1927, voltando a atenção para os problemas existentes naquela época, ou seja, dar ênfase às questões de higiene e delinquência, uma vez que as crianças e adolescentes eram descritos como “abandonados ou delinquentes”. No governo de Getúlio Vargas foi criado o Serviço de Assistência ao Menor ligado ao Ministério da Justiça, que era o equivalente ao Sistema Penitenciário para a população infanto-juvenil, com enfoque tipicamente “correcional-repressivo”⁷.

Nessa mesma época foi criada a Legião Brasileira de Assistência - LBA - para dar apoio aos combatentes da II Guerra Mundial e as suas famílias; tendo, depois, se estabelecido como instituição de assistência suplementar para a sociedade civil de modo geral (BERGER, 2005).

Rizzini (2008) ressalta que o referencial jurídico em relação à criança, nessa época, foi diretamente associado ao problema da criança que, por algum motivo, estava na criminalidade. Assim, a constituição de infância foi dividida em duas, uma

⁵ A roda dos expostos ou rejeitados era termo usado para referir-se às crianças recém-nascidas que ficavam sob os cuidados de instituições de caridade. Um mecanismo em forma de tambor ou portinhola giratória embutido numa parede, era construído de tal forma que aquele que expunha a criança não era visto por aquele que a recebia.

⁶ Escolas criadas para o menor abandonado, pervertido, ou estiver em perigo de o ser, a autoridade o internará em uma escola de reforma, por todo o tempo necessário a sua educação, que poderá ser de três anos, no mínimo, e de sete anos no máximo. (BERGER, 2005).

⁷ O enfoque que via o menor com uma ameaça para a sociedade, exercendo sobre esse um controle social e político. Sendo, mais tarde, substituído pelo sistema assistencialista que passa a ver o menor como uma pessoa carente.

na qual as crianças que têm família com condições financeiras e que, portanto, resultariam em adultos de bem e a outra com crianças pobres e potencialmente perigosas, abandonadas e pervertidas.

A partir dessa visão ambivalente da infância, constituiu-se um complexo aparato médico-jurídico-assistencial, cujas metas foram definidas pelas funções de prevenção, educação, recuperação e repressão.

No ano de 1964, estabeleceu-se pela Lei 4.513 a Política Nacional de Bem Estar do Menor - PNBEM - com proposta claramente assistencialista, a ser executada pela Fundação Nacional de Bem Estar do Menor – FUNABEM. Esta tinha o objetivo de dar um caráter nacional à política de bem estar de crianças e adolescentes.

Segundo Silva (2004), no fim dos anos 1970, surge um movimento social com uma nova visão sobre crianças e adolescentes, considerando-os sujeitos de sua história, que apontava a perversidade e a ineficácia da prática de confinamento de crianças e adolescentes em instituições.

Já a década de 1980, de acordo com Bazílio e Kramer (2208) em plena transição do regime militar para a abertura da democracia, o debate sobre cidadania e Estado no Brasil ganha um novo formato e uma nova preocupação por parte dos cientistas sociais em geral. Sendo que em 1986 é criada a Comissão Nacional da Criança e Constituinte e a FUNABEM, que até então estavam sob o comando da Previdência Social, passam para o Ministério do Interior, responsável pelas áreas social e de desenvolvimento.

Em 1988, a nova Constituição Federal chamada "cidadã", em seus artigos 227 e 228, contempla a proteção integral à crianças e adolescentes, além de introduzir no aparato legal brasileiro o conceito de seguridade social, agrupando as políticas de assistência, previdência social e saúde (Berger, 2005).

Os princípios constitucionais provocaram a edição do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA pela Lei 8.069 de 13/07/90 publicada em 16/07/90, com vigência a partir de 12/10/90. Segundo Câmara (2011, p.5) o mérito do ECA foi criar um sistema de justiça para a infância e a juventude, tendo por suporte a "absoluta prioridade" das ações, mediante a criação dos Conselhos Municipal e Tutelar, das Curadorias da Infância e da Juventude, da redefinição da atuação dos Juízes de

Direito, Juízes da Infância e da Juventude, cabendo ao Conselho Municipal definir as políticas de atendimentos ao Conselho Tutelar e a sua execução.

Em 2009, a Lei n. 12.010 institui a expressão acolhimento institucional em substituição do termo abrigo, modificando práticas de atuação das pessoas envolvidas com esse ambiente, assim muitas transformações ocorreram e, outras estão ocorrendo, exigindo uma reflexão sobre as práticas e posicionamento adotados até então.

De acordo com as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (Brasil, 2009) a implantação desses serviços deve basear-se em um diagnóstico local que busque identificar a existência ou não das demandas por tais serviços no município e quais deles são mais adequados para o atendimento.

Ainda assim, as instituições de acolhimento sempre tiveram os mesmos objetivos, ou seja, o acolhimento de crianças e adolescentes com vistas à própria proteção, temporariamente privados da convivência familiar, sendo mantidos, na grande maioria, por instituições filantrópicas e religiosas do que por serviços governamentais (BERGER, 2005).

E, com isso, os centros de acolhimento devem estar de acordo com os artigos do ECA, portanto:

Todas as instituições que oferecem acolhimento continuado a crianças e adolescentes desacompanhados de seus familiares, o que pressupõe regularidade nos serviços oferecidos e determina ao dirigente da instituição a equiparação legal ao guardião dos meninos e das meninas acolhidos (*apud* BERGER 2005, p. 174).

A história das crianças acolhidas, em sua grande maioria, é constituída por “rejeição, abandono, negligência, privação, abusos e maus-tratos” (SILVA 2009, p. 206). Nestes casos, cabe ao Juizado da Vara da Infância e Juventude a decisão de retirá-las do meio familiar para garantir os direitos de proteção. Passando as crianças a viverem, temporariamente ou não, nos centros de acolhimento, e seu retorno para a família de origem deve ser o mais breve possível. No entanto, algumas famílias não apresentam condições para que seus filhos retornem à sua tutela, outros não desejam esse retorno e entregam seus filhos para adoção.

O desafio e os esforços atuais são para que as instituições de acolhimento se constituam como espaços coletivos de cuidados e educação conquistando legitimidade de um serviço que propicie o desenvolvimento, mesmo que em caráter excepcional e provisório (ROSETTI-FERREIRA *et al*, 2004). Possibilitando à criança o atendimento das necessidades básicas e necessárias que contribuem para o desenvolvimento físico e afetivo. Essas necessidades são compreendidas como o pertencer, sentir-se amado, cuidado e integrado ao grupo familiar e social no qual pertence.

1.4 Algo Inacabado: Direito no Processo de Acolhimento Institucional

Acolher crianças e adolescentes não é tarefa simples. Por vezes, parece algo quase que impossível devido à complexidade do tema. Motivo pelo qual o assunto vem ganhando espaços de discussão no campo das políticas públicas, no meio acadêmico, jurídico, psicológico e científico. Os movimentos sociais, as ações dos profissionais envolvidos, as pesquisas realizadas no meio acadêmico e científico, as mudanças na legislação tem contribuído para a produção de novas práticas dentro das instituições possibilitando o acolhimento das crianças fora do contexto familiar.

Com a promulgação do ECA houve mudanças significativas no contexto institucional, sendo que a própria definição alterada de “orfanato a abrigo, de abrigo a acolhimento institucional” (1990, p.30) possibilita uma nova visão.

Essas modificações decorrem, fortemente, da alteração na percepção e no reconhecimento, pela sociedade, da criança como pessoa em condições peculiares de desenvolvimento, ou seja, pessoa que tem necessidades e características específicas (Rossetti-Ferreira 2011).

Essa postura implica, também, o reconhecimento de que as crianças são cidadãs do agora e não apenas de um futuro, que embora não possuam os mesmos conhecimentos de um adulto sobre a dinâmica e o funcionamento da sociedade elas devem e precisam ter seus direitos e deveres garantidos em lei. No entanto, embora novas leis e normativas surjam, as discussões em relação às instituições de

acolhimento continuam com as práticas antigas, ou seja, continuam atuando como instituições filantrópicas e de assistencialismo (ROSSETTI-FERREIRA 2011).

Apesar das instituições de acolhimento terem sido criadas para proteger crianças e adolescentes de forma provisória, estas devem fornecer aos mesmos garantia de bem-estar, a possibilidade de novos vínculos independente do tempo de acolhimento.

O Artigo 98 do ECA prevê que o acolhimento institucional tem por objetivo “a proteção de crianças e adolescentes quando estes sofrem violações de seus direitos” (1990).

Grande parte das crianças que vivem em casas de acolhimento foram afastadas dos seus familiares e/ou parentes próximos por dificuldades financeiras, dependência de drogas lícitas ou ilícitas, maus tratos, abuso sexual, violência, etc. (OLIVEIRA, 2006). De acordo, com o Artigo 101 do ECA, a institucionalização constitui uma medida de proteção provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para o retorno da criança à família de origem ou, quando isso não é possível, para a colocação em família substituta (1990).

Em muitos casos, a criança ficava aguardando a melhora de seu responsável para retornar a sua família. Contudo, houve casos em que o responsável, apesar de não apresentar melhora que propiciasse o retorno para casa, mantinha visitas à criança. Esse processo podia durar anos, até que fosse destituído do responsável o pátrio poder, conforme Artigo 24 do ECA.

Para evitar esse tipo de situação em três de agosto de 2009, foi aprovada a Lei nº 12.010, prevendo que todas as crianças acolhidas devem ter sua situação reavaliada a cada seis meses, sendo que o tempo máximo estabelecido para o acolhimento deve ser de dois anos e, quando isso não for possível, prevê a obrigatoriedade de justificativas por parte do poder judiciário.

A Constituição de 1988, no Artigo 227:

(...) estabelece prioritariamente os direitos da criança e do adolescente. Define como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a

salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Em consequência, a Lei nº 12.010, também conhecida como a Lei da Nova Adoção, determina no Artigo 101, inciso 02 que quando necessário e, em casos de violência ou abuso sexual, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judicial (2009).

Esse artigo tem gerado discussões devido à forma como acontece na prática, pois quando é definido o afastamento da criança e adolescente do meio familiar para o convívio em instituições de acolhimento, a retirada tem sido realizada pelo Conselho Tutelar.

Muitas vezes, nos casos de emergência e urgência, de forma excepcional o Conselho Tutelar efetua a retirada e tem um prazo de vinte e quatro horas para comunicar o Poder Judiciário. Este, depois de ouvido o Ministério Público, decidirá sobre seu acolhimento ou não (BRASIL, Artigo 93 da Lei n. 12.010, 2009). Toda a criança e adolescente em acolhimento deve ter um ato processual no “Poder Judiciário – Fórum, sendo que o Ministério Público deve entrar com uma ação de acolhimento institucional ou de destituição do poder familiar posteriormente quando for necessário”.

Assim, a criança ou adolescente tem o direito de ter sua situação reavaliada constantemente, sendo que a reintegração familiar deve ser priorizada. Porém, essa decisão deve ser planejada, acompanhada por “equipe interprofissional do serviço de acolhimento (institucional ou familiar) com o objetivo de fortalecer as relações familiares e as redes sociais de apoio à família” (ROSSETTI-FERREIRA, *et al* 2011, p 46).

Após a tentativa de reintegração familiar e, esgotada todas as possibilidades na família de origem, o retorno da criança ou adolescente deve ser para outros familiares que poderão assumir a guarda ou tutela, desde que reúnam condições e tenham motivação para tal processo. Rossetti-Ferreira (2011) relata que, caso não seja possível o retorno para a família de origem, e, em último caso, a criança ou adolescente pode ser encaminhado para a colocação em família substituta mediante

adoção⁸ após determinação do Poder Judiciário Público ou para quem tenha interesse em adotar uma criança. Mediante o interesse na adoção, a família “deverá ingressar com ação de Destituição do Poder Familiar, o prazo máximo para a conclusão do procedimento será de 120 (cento e vinte) dias” (p. 47).

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, tem como objetivo mudar a forma de olhar para as crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, implicando na capacidade de ver essas crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e, inseridos em um contexto social, familiar e comunitário, que resgate a importância, a necessidade e o direito que as crianças e adolescentes têm de viver em uma família (BRASIL, 2006).

O artigo 92 do ECA descreve uma série de princípios que o serviço de acolhimento institucional deve seguir a fim de garantir um ambiente adequado para o desenvolvimento das crianças e adolescentes durante o período de acolhimento, dentre os quais se destacam a preservação dos vínculos familiares, o atendimento personalizado e em pequenos grupos, a não separação de grupos de irmãos e a participação na comunidade local.

Rossetti-Ferreira (2011) descreve que o ambiente deve oferecer possibilidades para que as crianças e adolescentes possam expressar seus sentimentos, desejos, medos, angústias, respeitando as particularidades e o desenvolvimento de cada um dos inseridos neste ambiente.

Desta forma, o Estatuto da Criança e do Adolescente parece ser um grande avanço, em relação à garantia dos direitos da criança, especialmente a criança acolhida, sendo que a proposta para a criança acolhida está pautada basicamente na reprodução de um cotidiano similar ao de um ambiente residencial, sem substituir ou imitar a família. Oliveira (2006) descreve que, considerando a capacidade de acolhimento das casas, o imóvel onde ela funciona, a possibilidade de um relacionamento contínuo entre acolhidos e funcionários e o plano de trabalho dirigido a cada criança ou adolescente, que, com base no resgate de sua história, procuraria encontrar alternativas para a reintegração familiar.

⁸ Neste trabalho não estaremos focando a questão da adoção.

2. VIVENDO EM UM ESPAÇO QUE NÃO É MEU

*...Esse estranho essencial que é o outro.
(Wallon, 1986).*

2.1. Tendo por campo a Instituição de Acolhimento

Conforme descrito em documentos, a Instituição de Acolhimento de Sinop - MT é uma Instituição Filantrópica, fundada em 1987, mantida em regime de convênio com a Prefeitura Municipal, além de recursos provindos de projetos com a Igreja Católica e organizações empresariais, termos circunstanciados via judicial e, principalmente, doações da comunidade em dinheiro ou bens de serviço (HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO, 2011, mimeo).

Em seu Artigo 2º, o Centro Social, como a instituição é conhecida na cidade de Sinop-MT, foi instituído para acolher crianças abandonadas e/ou em situação de risco, com idade de 0 a 12⁹ anos, que tiveram seus direitos violados. As crianças que vivem na Instituição são encaminhadas pelo Conselho Tutelar mediante autorização do Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Sinop – MT (ESTATUTO SOCIAL, 2008).

A Instituição de Acolhimento está localizada há aproximadamente quinze quilômetros do centro da cidade de Sinop – MT, quando da sua criação, em seu entorno não havia casas e nem comércio. Aproximadamente 25 anos após sua criação, com o crescimento da cidade, a Instituição encontra-se circundada por uma escola municipal, uma Igreja Católica e indústrias. Porém, é um local que continua “isolado”, pois existe uma única rua que liga a instituição a uma rua perimetral na proximidade da BR 163, na qual também está localizada a escola e a igreja, as casas do pequeno vilarejo são separadas do Centro Social pelas indústrias.

Um muro alto com cerca elétrica esconde toda a fachada da instituição. Do lado de fora do muro, próximo ao portão tem uma placa indicando o nome da

⁹ As crianças, ao completarem a idade de doze anos, acabam ficando na casa de acolhimento, pois não existe outra instituição na cidade. E, a mais próxima, é na cidade de Cuiabá-MT que dista aproximadamente quinhentos quilômetros de Sinop. No entanto, existe a possibilidade dos representantes da instituição estarem realizando esse pedido junto à promotoria e juizado, embora não constem registros dessa prática, na casa estudada.

instituição e uma campainha. Quando o portão de ferro é aberto, se vê uma construção na qual funciona a sala da coordenadora pedagógica, que também é usada para encontro dos pais com as crianças institucionalizadas, audiências, reuniões com acadêmicos e profissionais que desenvolvem atividades naquele local.



Foto. 1: Portão da entrada principal

Fonte: própria, 2012



Foto. 2: Frase disposta no muro de entrada

Fonte: própria, 2012



Foto. 3: Segundo portão de acesso as casas

Fonte: própria, 2012

Quando outro portão se abre, temos acesso a quatro outras construções, dispostas em forma de círculo, sendo construções aconchegantes, com padrões arquitetônicos semelhantes aos de residências. Neste espaço, está uma casa para as meninas e outra para os meninos, o refeitório e sala de vídeo, nos quais são desenvolvidas atividades pedagógicas. Ainda tem-se um pátio com árvores, calçada,

e algumas plantas. Completam esse espaço bicicletas, brinquedos e o parquinho infantil.



Foto.4: Casa das Meninas

Fonte: própria, 2012



Foto. 5: Casa dos Meninos

Fonte: própria, 2012

Dentro da casa das meninas tem uma sala com sofá, televisão, uma cozinha, um banheiro e três quartos. Nela ficam todas as meninas que estão na instituição, independente da faixa etária. A casa dos meninos possui a mesma constituição, ou seja, sala, cozinha, banheiro e três quartos, sendo que todos os meninos ficam na mesma casa.

Nos quartos, cada criança tem sua cama, toalha de banho, roupas que são marcadas com números. Quando as crianças saem da Instituição, seja para sua família de origem ou não, as roupas utilizadas são levadas por elas, bem como todo o material escolar e demais objetos de uso pessoal.

Em cada casa fica uma pessoa encarregada do atendimento, que é chamada, pelas crianças, de “tia”. Essa pessoa permanece na casa durante toda a noite atendendo e acompanhando todas as crianças.

A casa, na qual as atividades pedagógicas são desenvolvidas é dividida em três espaços sendo: uma sala para vídeo, uma para informática, um local amplo onde as atividades pedagógicas são desenvolvidas.



Foto. 6: Casa onde as atividades pedagógicas são desenvolvidas

Fonte: própria, 2012



Foto.7: Casa localizada na primeira entrada separada das demais casas pelo segundo portão

Fonte: própria, 2012

Na outra construção tem a cozinha, local amplo, arejado, limpo, bem equipado. Há uma porta que dá acesso ao refeitório, composto de bancos e mesas, com uma oração na parede. Em outra porta, temos acesso à dispensa na qual os alimentos são armazenados. Na lavanderia há três máquinas de lavar de grande porte, varais, uma quantidade considerável de roupas sujas e outras para serem passadas. A porta dos fundos dá acesso a um espaço extenso, com um pomar, uma horta e árvores frutíferas, algumas recém-plantadas e outras já produzindo.

Nessa instituição trabalham seis mulheres, sendo que o trabalho é realizado por divisão de turnos de vinte quatro horas, de modo que, quando estão de plantão dormem e fazem as refeições na casa de acolhimento. Esse grupo é responsável pelos cuidados com as crianças, acompanhamento das mesmas no caminho ida e volta da escola, organização e arrumação das casas, atenção com as roupas. A instituição conta ainda com um servente geral, uma cozinheira, um motorista, uma coordenadora pedagógica. A Administração, hoje, acontece a partir da ¹⁰ADESTEC OBRA PADRE PIO, que fica no centro da cidade e tem sua atuação norteadada pela doutrina da Igreja Católica Apostólica Romana.

¹⁰ ADESTEC – A Associação de Desenvolvimento do Trabalho, Educação e Cultura – OBRA PADRE PIO é uma instituição civil sem fins lucrativos, fundada em 22/11/1986 no município de Sinop-MT.

As Instituições de Acolhimento, conforme descrito no referencial teórico, desde seu surgimento, buscam acolher crianças abandonadas, rejeitadas, negligenciadas ou agredidas fisicamente, emocionalmente ou sexualmente. Essas instituições tornam-se um local para assegurar, de forma temporária, os direitos da criança. Destarte, buscamos saber juntos aos participantes, qual a representação que a casa de acolhimento na cidade de Sinop-MT tem para os mesmos:

“É fundamental nos cuidados com as pessoas, aqueles desamparados, vulneráveis (...). (Lucas – gestor da casa de acolhimento).

“(...) fundamental, para assegurar os direitos das crianças que estão em situação de risco”. (Antônio - representante da promotoria).

“(...) auxilia para até a gente buscar uma solução para casos das crianças”. (Vera - representante conselho tutelar).

Enfim, na visão dos participantes, a Instituição de Acolhimento é um local que busca auxiliar a Justiça no cuidado e atenção à criança diante da necessidade de retirar as mesmas de seus lares, quando essas estão em situações de vulnerabilidade que demanda proteção especial.

A retirada das crianças do lar, segundo a legislação vigente, deve ocorrer mediante a determinação do juizado. Cabendo ao Conselho Tutelar utilizar a medida em situações emergenciais para proteção a vítimas de violência ou abuso sexual. Em geral, quem acompanha a criança ou o adolescente ao abrigo é o conselheiro tutelar ou algum profissional da Vara da Infância e Juventude (oficial de justiça, assistente social), com ofício de encaminhamento, cópia oficial da decisão judicial e relatório psicossocial. No entanto, há casos nos quais as crianças se encontram em situação de risco e que não há condições de esperar essa determinação, assim o Conselho Tutelar vai até a residência e realiza a retirada das mesmas entregando-as à Instituição de Acolhimento.

Desta forma, a Instituição torna-se o local de permanência, aqueles que, em casos extremos, necessitam permanecer afastados de suas famílias até que as condições adequadas de convivência se restabeleçam, devendo encontrar nas instituições de acolhimento um espaço de cuidado e proteção. Assim, quando falamos em Instituições, falamos em abrigar, acolher, logo, somos remetidos ao princípio ético do respeito ao outro nas relações sociais. No entanto, para respeitar, é necessário reconhecer a presença do outro como igual em sua humanidade.

Esse é o grande desafio que historicamente tem sido apresentado para as sociedades (Oliveira, 2006), uma vez que recebem uma população considerada em situação de risco pessoal ou social. Entretanto, a ausência de dados organizados de forma sistematizada sobre a quantidade de instituições de acolhimento existentes em nosso país, esconde uma realidade que muitas vezes passa despercebida perante a sociedade, ou seja, a vivência de crianças e adolescentes nas instituições de acolhimento.

Como essa vivência faz parte da realidade da nossa sociedade é importante “Conhecer os sentidos atribuídos (...) saber o que pensam e sentem a respeito de suas experiências e avaliar os efeitos que a vivência na instituição terá em suas vidas” (BERNARDI, p. 42, 2010). Uma vez que a realidade da infância em situação de risco e vulnerabilidade é ainda, nos dias de hoje, um desafio a ser enfrentado pela sociedade.

2.2. Morando em outra casa

Ao iniciarmos este subitem se faz necessário abrir espaço para descrever sobre a ligação existente entre a palavra instituição e casa, uma vez que ambas possuem fronteiras muito próximas que se confundem. A instituição se refere a algo abrangente destinado ao acolhimento de crianças que, com o tempo, acaba recebendo a denominação ou significado de casa, pois torna-se um local específico para o desenvolvimento e identificação das crianças, durante o período de acolhimento.

Por outro lado, a palavra casa, em toda a sua simbologia, nos remete à família, cuidado, atenção, proteção, aspectos necessários para o desenvolvimento

físico, emocional e social de uma criança. Nas palavras de Bachelard "(...) a casa é uma das maiores (forças) de integração para os pensamentos, lembranças e os sonhos dos homens" (2008, p. 26-27). É um tema carregado de significado afetivo, pois é o local onde vivemos, aprendemos, rimos, choramos, temos alegrias e/ou tristezas, é base da primeira organização social na qual somos inseridos após o nascimento, a família.

Ao abordamos o tema da representação da casa de acolhimento, os representantes do Juizado e Promotoria da Infância e Juventude, Conselho Tutelar e Gestor da Instituição, descrevem:

"É fundamental no cuidado com pessoas, aqueles desamparados, vulneráveis e quando você pensa, o que eu posso fazer pelas pessoas, acho que a Instituição é isso, é o que ela faz. (...) acolher crianças, seguir um pouquinho o projeto de cuidar, igualdade, que os direitos que eu tenho, que cada criança que está lá tenha também. É fundamental, mas que não deveria existir ao mesmo tempo, então ele representa uma sociedade que ainda tem problemas que precisam ser resolvidos, isso que ele representa, mas nesse momento representa um local onde a gente pode acolher e cuidar dessas crianças" (Lucas – gestor da casa de acolhimento).

"A instituição é fundamental para assegurar os direitos das crianças que estão em situação de risco e que necessitam ser retirados da família originária, biológica, ou que a própria família biológica abandonou, ela (a instituição) é essencial para acolher essas crianças nessa situação de risco" (Antônio - representante da promotoria)

"(...) é mais uma ajuda, que a gente passa a ter para as crianças que são abandonadas, que sofrem maus tratos e sofrem abandono de incapaz, pelos pais" (Vera - representante conselho tutelar).

"Eu considero ela de fundamental importância no auxílio da justiça da infância e juventude, com relação às crianças em situação de risco (...) entidade para o poder judiciário para que a gente possa trabalhar em parceria. O trabalho da instituição, com toda a equipe que a instituição tem, juntamente com o judiciário, auxilia para a

gente buscar uma solução para os casos das crianças” (Luiza – representante do juizado).

A casa de acolhimento é vista como um auxílio para os profissionais que necessitam lidar com situações de administração e manutenção e com os problemas advindos do contexto trazido por cada criança. Para outra participante, a casa passa a ser a importância de auxílio para o Judiciário. Essa pessoa não fala de acolhimento, fala de local para serem encaminhados os casos enquanto se busca uma solução para essas crianças. As duas últimas falas também tem uma conotação de auxílio à justiça para dar encaminhamento aos casos dessas crianças e não de local de acolhimento.

Os relatos não deixam de ressaltar a significância da palavra casa, na qual, mesmo longe dos pais, a instituição enquanto casa de acolhimento busca garantir às crianças acolhidas situações parecidas com o que a casa dos pais deveria ofertar aos filhos, ou seja, um local de cuidado, acolhimento, proteção, respeito às crianças.

Para Grubits (2003), a casa é um tema ligado à afetividade, capaz de desencadear muitas lembranças que nos acompanham por toda a vida. Por vezes nos reportamos a mesma como um local que busca acolher e garantir a preservação dos direitos das crianças quando essas são retiradas das situações de risco e vulnerabilidade.

As cuidadoras relatam que a Instituição também assume a representação de uma casa, um local significativo, que além de cuidar e proteger oferece carinho, atenção, cuidados para o desenvolvimento das crianças.

“É que nem a minha casa, eu me sinto muito bem aqui” (Mara - cuidadora).

“É a mesma coisa de eu estar em casa. É muito importante, eu acho muito legal trabalhar aqui”. (Rosa – cuidadora).

Porém, o tempo de permanência nas casas de acolhimento, comumente extenso em nosso país, representa um tempo de rupturas, angústias e incertezas na vida das crianças que terão que lidar com a ausência dos pais e/ou responsáveis. Ao mesmo tempo em que precisam lidar com as ausências, deparam-se com a necessidade de adaptar-se às novas rotinas, desenvolver novas relações com as pessoas que encontram no contexto da institucionalização, sem muitas vezes saber o motivo das mudanças ocorridas na sua vida (ROSSETTI-FERREIRA *et al* 2011).

Como consequência da separação, que por inúmeras razões afastam as crianças de suas famílias de origem, o que se observa é a necessidade de colocar as crianças em instituições de acolhimento, responsáveis pela proteção e cuidado. Essa também parece ser a percepção que as cuidadoras apresentam em relação às crianças institucionalizadas, conforme relatos:

“(...) a gente tem que ser uma mãe aqui para eles. A gente cuida deles com carinho, com amor, com tudo, é a mesma coisa de casa. (...) porque eles também se apegam com a gente (...) abraça, são carentes, tadinhos. Mas eles é assim amoroso também pela gente (...) a gente senta ali, eles vai ali com a gente, fica penteando o cabelo da gente. A gente passa creme deles”. (Mara - cuidadora).

“(...) eu amo o que eu faço (...) a gente tem que tratar com muito carinho, (...) se tá ali é porque precisa, você tem que gostar, amar o que você faz”. (Rosa - cuidadora).

“É... falta só o carinho da mãe. (...) Ah, eles abraçam muito a gente (...) Eu retribuo de uma forma possível. É assim muito importante para as crianças ficar aqui, a gente cuida muito bem delas”. (Clara - cuidadora).

De acordo com Oliveira (2010) existe uma necessidade intrínseca no ser humano de se apegar a algo ou a alguém como necessidade de sobrevivência. O

bebê, quando nasce, assim como qualquer outro mamífero, não tem a capacidade de cuidar de si mesmo, de alimentar-se, de mover-se, etc, necessitando do outro.

Dessa forma, pode-se considerar Bowlby (1982) citado por Oliveira (2010) quando trata da relevância da formação de vínculos. Segundo ele, essa é uma capacidade tão típica do homem quanto qualquer outra capacidade fisiológica vital, ou seja, inerente a ele como valor de sobrevivência e, para isso, o indivíduo manifesta um tipo de comportamento definido por Bowlby (2006) como comportamento de apego, que constitui a busca e a manutenção da proximidade de outro indivíduo, geralmente a mãe ou o pai, se ele estiver envolvido nesse processo.

É sabido que a ligação afetiva das cuidadoras para com as crianças contribui para o desenvolvimento das últimas durante o tempo de permanência na instituição. No entanto, chama a atenção o fato das cuidadoras apresentarem consciência quanto à necessidade de dar e trabalhar com o afeto, com o carinho, procurando desempenhar um papel aproximado de mãe, porém não o papel para o qual foram contratadas, ou seja, de cuidadoras. Assim, acabam trazendo para si um acúmulo de funções que ultrapassam a função para qual foram contratadas.

As cuidadoras são profissionais responsáveis pelo cuidado e pela garantia da saúde psíquica de crianças “extremamente fragilizadas em função de suas histórias de vida e que necessitam do máximo de estabilidade e de qualidade no cuidado que recebem” (Nogueira e Costa, p. 38, 2005). Corroborando, Oliveira (2006) descreve que as cuidadoras possuem a função de zelar pela proteção da criança, pela integridade física, orientá-la quanto à higiene pessoal e cuidados com o corpo, contribuir para adesão ao ensino escolar auxiliando-os nas tarefas da escola, promover atividades lúdicas e sócio-educativas, acompanhá-la quando necessário, aos eventos externos.

Destarte, a dificuldade em definir o papel que devem desempenhar na instituição que seria o de cuidar e ao mesmo tempo educar pode estar ligada à falta de treinamento, à pouca escolaridade apresentada pelas cuidadoras e à própria história de vida dessas que, por muitas vezes, se mistura com a história de vida das crianças, ou seja, parte das cuidadoras que participaram do estudo apresentam histórias de agressão, abandono e uso de álcool no meio familiar, quer seja enquanto crianças, quer seja na realidade vivida pelas mesmas hoje. Há aí uma

reprodução de ciclo de vulnerabilidade, violência e situações de risco. Não é o caso, mas seria interessante a realização de estudo sobre o trabalho das cuidadoras.

Os sentimentos de acolhimento, de cuidado, de segurança, por parte das crianças, configuram como elementos fundamentais para o desenvolvimento afetivo das mesmas. No entanto, as crianças acolhidas que participaram deste estudo, quando questionadas sobre de quem mais gostam e de quem menos gostam, respondem:

“Da tia Rosa (...) de todas, as tias dá brinquedo pra nós, dá calçado pra nós, dá carinho, dá roupa, essas coisa (...) Ah de ninguém, de todo mundo eu gosto”. (Pedro – criança).

“Da tia Joana e de todas. Não tem ninguém que eu não gosto”. (Maria - criança).

“Gosto de todas, mas da tia Joana, que deixa a gente mexer no computador, ela também cuida da gente” (João - criança).

As crianças acolhidas, quando se referem às cuidadoras, chamam as mesmas de “tia”. Mas o quem vem a ser, essencialmente, tia? No dicionário da língua portuguesa significa “irmã dos pais em relação aos filhos destes”. Em algumas sociedades, tia é termo usado para referir-se às pessoas mais velhas, por questão de respeito. Para as crianças acolhidas, a significância da palavra “tia” tem muito a nos revelar sobre as relações constituintes do campo institucional. Uma vez que são elas que estarão envolvidas diretamente com as crianças, desprendendo cuidados e tornando-se referência para o desenvolvimento das mesmas. (BUENO, 2007).

Também se faz necessário destacar que as crianças, em alguns momentos, confundem afeto com questões materiais e o poder realizar atividades com liberdade, assim o ganho de objetos materiais é misturado com o carinho e cuidado no ambiente de acolhimento. Entretanto, os cuidados despendidos pelas cuidadoras

podem ser percebidos nos relatos das crianças, sendo que essas se tornam um referencial para as crianças, uma vez que convivem, grande parte do tempo, com elas na Instituição. E, uma vez acolhidas, as crianças vivem mudanças inesperadas e desafios de adaptação em um novo ambiente.

Deste modo, a chegada à casa de acolhimento pode ser vivida “como um mergulho no escuro ou como a entrada em um mundo mágico, capaz de suprimir a dor e a revolta” (BERNARDI, p. 51, 2010). Logo, a chegada ou a partida de novas crianças na casa, desperta sentimentos e desejos diversos nas crianças que continuam acolhidas, conforme relatos:

“Quando chega é bom”. (...) Fico triste, quando alguém sai. Queira ir no lugar deles, voltar a morar com meus pais”. (João - criança).

“Ah normal. (...) Eu fico triste, porque eu queria também ir embora, só que eu não posso, daí tem que esperar. Esperar o juiz lá fazer não sei o que. To grande, daqui uns dias ninguém vai querer me adotar”. (Pedro - criança).

“Ah bem quando chega. (...) Fico triste. É porque faz amizade e vai embora. Fico mal”. (Maria - criança).

As mudanças ocasionadas pela entrada e/ou saída de novas crianças na Instituição é um momento de intenso conflito para as crianças. Desta forma, a entrada e, especialmente a saída, precisam ser abordadas de forma cuidadosa, pois são alterações na estrutura e nas relações que as colocam diante de intensos desafios. Diante dessa constatação, se faz necessário um acompanhamento para acolher as manifestações de medo e ansiedade, tanto das crianças que estão saindo, como das crianças que continuam na Instituição.

Dois fatores chamam a atenção: um é o vislumbre e o desejo de retorno para a família de origem, ressaltando a necessidade e a ligação afetiva existente entre ambos, reforçando a importância das visitas de familiares às crianças durante

o período que estiverem na Instituição. As crianças institucionalizadas têm o direito de manter os vínculos com suas famílias e estas necessitam de apoio para receber seus filhos de volta. Enquanto, para as crianças que permanecem nas casas de acolhimento, o artigo 92 do ECA lhes assegura o direito à convivência familiar e comunitária que pode lhes ser garantido também pela colocação em família substituta ou pela vivência em instituições acolhedoras e semelhantes a residências que proporcionem um atendimento individualizado e personalizado.

Dados do estudo do IPEA (2005) citado por Paulo (2012) apontam que 58,2% das crianças institucionalizadas mantêm vínculos com a família de origem, as demais 41,8% não tem nenhuma forma de contato. O contato com a família pode ser uma forma de amenizar o sofrimento e a falta da família enquanto as crianças estiverem na Instituição. Os participantes do estudo também descrevem o contato com a família como forma de tornar a permanência na Instituição menos dolorosa: “(...) visita familiar”, “(...) uma psicóloga e assistente social, designadas só para eles”, “(...) tudo pela educação, um envolvimento maior com a família”.

O segundo fator de destaque nas falas dos participantes desse estudo é a insegurança em relação à situação e ao tempo de espera com o desenrolar do processo judicial que foi descrito por Pedro.

Ainda de acordo com os dados do IPEA 2005, citado por Paulo (2012, p. 86) não sabemos ao certo quantas crianças vivem em instituições de acolhimento em nosso país, mostrando que esses sujeitos não estão tendo seus direitos assegurados, “visto que passam anos institucionalizados sem saber como a sua situação seria definida (se voltariam para a família de origem ou disponibilizados para a adoção)”. No entanto, o Artigo 19 e § 1º do ECA (1990) busca garantir que: toda criança que estiver inserida em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta.

Ainda, em relação aos sentimentos experienciados quando da saída das crianças da casa de acolhimento, seja para o retorno para a família de origem ou para a adoção.

As falas das cuidadoras:

“Aí eu choro. Não gosto nem de lembrar, dá saudade deles”. (Rosa - cuidadora).

“A gente fica triste, já tá acostumado. (Clara - cuidadora).

“Fico sentida, mas é o melhor pra eles. Eles sentem falta de uma família”. (Mara - cuidadora).

As cuidadoras relataram sentimentos de tristeza, saudade, falta mesmo tendo consciência que a saída da Instituição é um momento muito importante para o desenvolvimento das crianças. Prestes (2011) descreve que a saída da instituição envolve emocionalmente todos os acolhidos e os colaboradores da Instituição diante da ruptura frequente do vínculo entre as cuidadoras e crianças, tanto pela adoção quanto pela volta da criança à sua família de origem.

Uma questão nos chama atenção, até que ponto a instituição de acolhimento contribui no trabalho relativo aos desligamentos? É interessante constatar que, no que tange à importância da constituição dos vínculos no contexto da instituição, observada pela ênfase dada pelas cuidadoras sobre a importância e a necessidade dos afetos que devem ser dirigidos às crianças, na sua valorização e respeito, há um “sofrimento” diante do rompimento, o que pode comprometer outros procedimentos inerentes ao acolhimento (adoção, retorno à família de origem, entre outros), como também o apego à entrada de novas crianças (VECTORE e CARVALHO, 2008).

Mas, quanto o “apegar-se” pode interferir no relacionamento das cuidadoras para com as crianças? Se por um lado, há o sofrimento pelo rompimento dos laços afetivos, por outro, podemos pontuar o “receio” em apegar-se, por saber que logo essa ligação poderá ser rompida? É difícil descrever se há ou não este receio uma vez que a literatura sobre esse assunto encontra-se escassa, sendo merecedora de novos estudos e, na pesquisa realizada, não abordamos essa temática.

Todavia, podemos descrever que, se uma pessoa tem apego por outra, significa que ela está fortemente disposta a buscar proximidade e contato com uma figura específica, principalmente quando está cansada, assustada ou doente. Para isso, considera-se o apego uma ligação contínua e íntima entre as pessoas. No caso de cuidadoras e crianças acolhidas, o apego torna-se necessário para o desenvolvimento das últimas. (KLAUS, KENNEL & KLAUS, 2000).

2.3. Que espaço é esse?

Ao adentrarem à instituição, as crianças se deparam com um lugar totalmente estranho e são recebidas por pessoas, até então desconhecidas. Nas palavras de Bernardi (2010) “repcionar é o ato de receber e encaminhar uma pessoa nova em um ambiente” (p. 97). Assim, só colaboradores da Instituição, nesse caso de forma mais específica, as cuidadoras “(...) podem e devem ser fonte de acolhimento e afeto às crianças (...) sugerindo ampliação das possibilidades de construção de relacionamento” (ROSSETTI-FERREIRA *et al* 2011, p. 162). Pois, o momento do acolhimento torna-se fator relevante para as crianças que chegam a um ambiente não familiar. As crianças relatam a chegada à instituição, como:

“Não conhecia ninguém. A tia Joana, me recebeu. Primeiro eu conheci o (...) só, depois eles foram embora” (João – criança).

“Não sei, eu tava muito empolgado pra brincar nas coisas, eu nem consegui dormir quando eu cheguei aqui no primeiro dia”. (Pedro– criança).

“Fiz amizade. A Janaina me recebeu, mostrou a casa. Eu me senti bem”. (Maria– criança).

Chegar a um local desconhecido pode causar sentimentos de pavor, ansiedade ou bloquear totalmente a realidade vivida. Pois, mesmo que a família fosse um local de conflitos, abandono, pobreza, etc., era um local que as crianças

conheciam, estavam familiarizadas e habituadas com a rotina, com as pessoas, com os comportamentos apresentados por estas. Possuíam sentimentos de afeto, de solidariedade, de dependência ou de raiva e de medo.

Conforme Silva (2002, p. 31),

Independente das circunstâncias muito variadas que determinam a institucionalização, a entrada de uma criança em um abrigo será sempre vivida como a concretização de uma ruptura, seja do ambiente familiar ou comunitário. A criança viverá essa experiência com a insegurança de quem entra em um universo que lhe é totalmente estranho.

Na Instituição de Acolhimento, as crianças se deparam com situações e realidades totalmente diferentes das suas, seja pelo tamanho, estrutura e organização do espaço, seja pela presença de pessoas estranhas, seja pelos novos hábitos, seja pela nova rotina.

As crianças, ao falarem sobre a chegada à casa, descrevem o contato que inicialmente têm com as cuidadoras e/ou coordenadora pedagógica e responsável direta pelas crianças, durante o tempo que estão na Instituição. Relatam as amizades iniciais como forma de não estarem sozinhas, num local estranho, uma vez que de imediato se deparam com outras crianças que estão na mesma situação. O local é estruturado, assim oportuniza atividades e brinquedos diversos.

As cuidadoras descrevem a chegada das crianças, como:

“A gente recebe elas muito bem recebida. Conversa com elas, elas fica assim, meio assustada, daí a gente fala, assim não fica assustada, porque aqui a gente não vai maltratar. Aqui a gente vai cuidar de vocês com muito carinho. E, sempre a gente tenta receber as crianças com carinho” (Rosa - cuidadora).

“Recebem muito carinho. A gente acolhe assim como se fosse o filho da gente. A gente pega eles e leva na casa, mostra tudo, fala como é que funciona, mostra os amiguinhos deles (...) Elas chega aqui meio agitada, até conhecer todo mundo...” (Clara- cuidadora).

“A gente conversa bastante com elas, fala assim: Oh! Aqui tem horário pra dormir, tem horário pra almoçar, pra jantar, horário pra assistir. Só que assim, a gente conversa e fala não pode fazer isso, na hora que a tia falar que é a hora de dormir: vocês vai. Sai assim, logo eles pega o ritmo, basta três ou quatro dias, porque vê os outros fazendo” (Mara - cuidadora).

Nota-se que na chegada à Instituição algumas crianças apresentam-se agitadas e outras assustadas, pois estão adentrando em um ambiente totalmente estranho e, logo após terem sido retiradas das suas casas e do contato com os pais. Bernardi destaca que: “A chegada a um ambiente estranho é sempre assustadora para a criança e o adolescente, mesmo que aparentemente não demonstrem essa percepção” (2010, p. 40).

Embora as cuidadoras ressaltem a importância das crianças serem recebidas com carinho, afeto e respeito, nos relatos das crianças fica claro que estas levam alguns dias para adaptarem-se a nova rotina.

Neste primeiro contato, Clara e Mara descrevem sobre o funcionamento da casa e das regras existentes no local, da existência de uma rotina que precisa ser seguida. Demonstrando, também, a necessidade e importância das crianças terem limites e saber das regras sociais. No entanto, “este momento especial precisa ser cuidadoso e afetivo para que a criança ou o adolescente conheça e sinta-se seguro no espaço físico do abrigo e com as novas relações que terão neste ambiente” (Bernardi, 2010, p. 40), uma vez que a permanência na instituição é temporária.

Partindo da premissa que a instituição é uma medida provisória de proteção, essa constitui um contexto de desenvolvimento, educação e afetividade. Dessa forma, é essencial que exista uma organização para manutenção e direcionamento das atividades, uma vez que a instituição tem a representação de uma casa, ou seja, a instituição tem o desafio de organizar “(...) a rotina de forma a respeitar as diferenças, estimular as trocas e interações entre as crianças, garantindo que todas tenham suas particularidades e necessidades percebidas e contempladas” (GULASSA, 2010 *apud* ROSSETTI-FERREIRA, 2011, p. 267). Assim, o dia-a-dia na casa de Acolhimento, na visão das crianças, ocorre:

“Vamos na escola. Depois, a gente volta, lancha, fica aqui (...) joga um pouquinho, brinca de pega-pega, dorme, limpa o pátio (...) aí a gente vai tomar banho. Aí no domingo e, às vezes, no sábado a gente tem visita e fica aqui”. (João - criança).

“Brinco, vem visita para nós, vem brincar com nós, pular no pula-pula, essas coisas. Das oito às cinco, fico na escola, a gente almoça lá também. Quando nós voltamos a gente varre o pátio, entra e toma banho (...) espera dar seis horas para jantar, depois a gente come sobremesa e sobe para escovar os dentes, assistir novela e depois dormir” (Pedro João - criança).

“Nós brinca de bola, de pula-pula e de esconde-esconde, estuda e varre o quintal. Depois nós vamos pra dentro, toma banho, janta, assiste e dorme”. (Maria João - criança).

As crianças que participaram desta pesquisa descrevem a rotina existente na Instituição como sendo dividida entre o brincar, estudar, realizar cuidados de higiene pessoal e auxiliar nas atividades da casa, além de receberem visitas de pessoas da comunidade nos finais de semana.

O dia-a-dia na instituição de acolhimento, descrito pelas cuidadoras:

“Quando não tá na escola, a gente deixa eles no pátio brincando. Às 10h40 a gente leva eles pra dentro, dá banho neles, depois desce pro almoço, a gente volta pra casa, escova o dente deles e coloca eles para dormir. Às 2h45, a gente acorda eles, lava o rostinho deles, escova o cabelo deles pra descer pro refeitório pro lanchinho. Eles brinca aqui até 5h30, a gente recolhe, dá o banho neles de novo e vai todo mundo na sala assistindo televisão. (...) Todo domingo eles vão na igreja”.(Rosa - cuidadora)

“Tem horário pra brincar, pra levantar, pra ir pra escola”. (Clara- cuidadora)

“De manhã, eles podem tomar banho, eles vão para a escola. A hora que chega já vai direto pro almoço, que é 11 horas. Meio dia, a gente sobe, dá banho neles tudo, os que vai para escola, vão para a escola e os que fica vão dormir. O lanche só é 3 horas. A gente fala vai dormir para descansar, tem um ou outro meio teimoso, não quer dormir, mas falo: se você não dormir, vai ficar sem descer para as visitas e pro lanche (...) quando olha já tá é dormindo (...) mas não dá trabalho, é assim porque eles acostuma com a rotina.” (Mara - cuidadora)

Na fala das cuidadoras, a instituição aparenta apresentar uma rotina rígida, com normas e regras que parecem ser intransponíveis. Entretanto, as observações realizadas e o tempo que passamos na instituição, nos permitiram perceber que essas existem sim, estão fixadas na casa, no refeitório e na sala onde as atividades pedagógicas são realizadas, todas são conduzidas pela coordenadora pedagógica, mas são regras e normas flexíveis e, na grande maioria das vezes, o tempo de cada criança é respeitado.

Estas são apresentadas para as cuidadoras e as crianças como uma forma de conduzir as atividades que devem ser desenvolvidas de maneira sistemática, sem que as crianças fiquem “soltas” ou não desenvolvam a responsabilidade e o respeito com as atividades e pessoas.

Entre as atividades diárias as crianças institucionalizadas possuem responsabilidades diárias com as tarefas domésticas:

“Forra a cama deles, uma fala assim: ah eu quero arrumar a minha roupa, vai lá e arruma a roupa deles, mas a gente sempre tá acompanhando. (...) Cada criança tem sua toalha de banho, sua cama, sua roupa, tudo separadinho. É tudo numerado”. (Rosa - cuidadora).

“Se a gente chamar eles pra ajudar, eles ajuda a gente, tipo limpar o pátio, secar uma louça. Arruma a cama, eles arruma. (...) vamos ajudar as tias arrumar as roupas dos guarda-roupa, eles vai. (...) dia de quarta-feira é dia de lavar a casa, sempre tem

aqueles que não vai pra escola, nós lava a casa tudo, esfrega e eles rapa a casa e seca”. (Clara – cuidadora)

Pelos relatos, fica evidente a presença de normas e regras como parte da rotina existente na Instituição. Assim, independente de serem meninos ou meninas, são ensinados a realizar atividades nas casas e auxiliar na organização e cuidado da Instituição.

Goffman (1999 [1961]) descreve que a rotina institucional com horários e programações quase inflexíveis tende a apagar os desejos e individualidades das crianças que vivem nesse espaço, uma vez que a atividade diária é realizada na companhia de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma, sendo “obrigadas” a fazer as atividades, mesmo sem identificação com as mesmas. Baptista (2006) ressalta que a rotina de uma instituição de acolhimento, pode e deve ser um espaço que propicie a criação de novas rotinas, possibilitando às cuidadoras e crianças a criação de um ambiente de crescimento e desenvolvimento pessoal. Um local no qual possa ocorrer a reelaboração de sonhos e projetos de futuro, um espaço de aceitação e que propicie o desenvolvimento das individualidades, uma que vez, as normas, quando rígidas demais podem interferir no desenvolvimento da criança. Cuneo descreve que:

(...) a submissão à rotinas rígidas, o convívio restrito às mesmas pessoas e atividade diárias comprometem o sadio desenvolvimento da criança. A dinâmica institucional aprisiona a criança e não a protege da angústia de, mais tarde, enfrentar o mundo externo, que se lhe afigura misterioso e desconhecido (2007, p. 68).

Destarte, as instituições de acolhimento devem ser cuidadosamente organizadas devendo promover e auxiliar no desenvolvimento das necessidades: físicas, sociais, culturais e, por vezes, emocionais, das crianças e adolescentes acolhidas, oportunizando um espaço de interação e atividades que possibilitem um desenvolvimento saudável.

Segundo Oliveira (2006) as cuidadoras possuem a função de zelar pela proteção da criança, pela sua integridade física, assim como orientá-las quanto à higiene pessoal e cuidados com o corpo, contribuir para adesão ao ensino escolar

auxiliando-os nas tarefas da escola, promover atividades lúdicas e sócio-educativas e acompanhá-los, quando necessário, às atividades externas.

Para que as atividades possam ser desenvolvidas, a Instituição de Acolhimento possui uma “rotina” diária intensa. Os acolhidos possuem horários determinados para realizarem suas atividades, ou seja, hora para acordar, para as refeições, para tomar banho, brincar, realizar as atividades pedagógicas. As crianças que estudam no turno da manhã, ao acordarem fazem sua higiene pessoal, tomam o café da manhã e se preparam para irem à escola, as que estudam à tarde seguem a mesma orientação e após o almoço saem para a instituição de ensino. A escola fica próxima à Instituição e as crianças são acompanhadas por uma cuidadora durante o percurso de ida e volta.

Na Instituição, tem uma adolescente com Síndrome de Down que frequenta APAE três vezes na semana, o restante dos dias ela permanece na casa, auxiliando nas atividades domésticas e realizando atividades pedagógicas. A adolescente está na Instituição desde os seis anos de idade. Foi levada ao local juntamente com um irmão que foi adotado. Ambos possuem contato, uma vez que a família adotiva leva o mesmo frequentemente à Instituição para visitar a irmã. Embora o Estatuto da Instituição de Acolhimento determine que a idade limite para permanência seja de 12 anos de idade, a adolescente permanece no local, pois não existe outra Instituição para que a mesma seja encaminhada.

Apesar de não ser uma instituição de cunho religioso, o fato de a manutenção ser auxiliada pela Igreja Católica, faz com que os costumes da casa atentem para os ditames dessa dominação. Deste modo, todos os domingos as crianças frequentam a igreja que fica próxima à Instituição, independente da orientação religiosa familiar.

Quando as normas existentes na Instituição de Acolhimento, não são seguidas pelas crianças ou quando estas apresentam comportamentos que diferem do esperado, ou ainda, quando realizam atividades sem o consentimento das cuidadoras, algumas vezes ficam de castigo, conforme relato:

“(...) aqueles que se comporta, tanto na escola como aqui, a gente deixa lá na sala assistindo televisão, agora quem não se comporta a gente fala assim: você não se

comportou, então você vai ficar sentadinho lá na cama, não vai ficar na sala assistindo televisão. (Rosa - cuidadora).

“Quando eles desobedecem a gente tira as coisas que eles gosta, televisão (...) de brincar, daí a gente fala: vocês vão ficar sentadinho aqui por hoje, você fez isso, isso e isso, você vai pensar no que você fez”. (Mara- cuidadora).

As crianças atendidas na Instituição, em sua maioria, possuem forte ligação com a rua, são vítimas de violência e maus-tratos sofridos tanto na rua, quanto na própria família. De acordo com Oliveira (2006) são crianças cujas experiências de afeto são discutíveis, assim como o respeito, o convívio familiar e, por isso, têm dificuldade de compreender os limites, as regras da casa e da escola, assim tendem a “resolver” suas insatisfações, frustrações com violência, desobediência, expressão de palavrões.

Essas tendem a apresentar um comportamento que difere de parte das crianças que vivem num ambiente mais estável. Assim, quando os comportamentos apresentados diferem das normas estabelecidas na Instituição, estes são vistos pelas cuidadoras como comportamentos que precisam ser “punidos”. No entanto, durante a realização das entrevistas e o tempo passado na instituição para a realização das mesmas, não houve relatos, tampouco a apresentação de comportamentos que evidenciassem castigos físicos. Deve ser ressaltado aqui que as Instituições são sempre formas normatizadas de atuação que esperam certos tipos de comportamentos advindos das pessoas institucionalizadas. Assim, esquece-se na Instituição a individualidade de cada um em prol de um coletivo, por melhor que seja esta.

Houve relatos e a percepção da retirada de objetos ou a privação da realização de atividades coletivas, como forma de minimizar os comportamentos apresentados que não fosse de agrado e consentimento das cuidadoras, pois fogem às “regras” da Instituição de Acolhimento. Diante dessa situação é importante e necessário que seja explicado para as crianças o(s) motivo(s) da retirada dos objetos ou o motivo pelo qual estão sendo privadas das atividades, uma vez que

estas precisam compreender as consequências dos comportamentos apresentados. No entanto, não houve relatos de agressão física. Sobre o assunto em questão, o representante da Promotoria da Infância e Juventude que participou do estudo, relata que:

“Em termos físicos não me parece que tenha, pelo menos até hoje não chegou pra mim nenhum relato de complicações” (Antônio- representante da promotoria).

Durante a permanência na instituição, a criança continua se desenvolvendo e construindo sua história e é por meio das interações que constrói com os outros e com o mundo, em um determinado contexto sócio-histórico, que a criança constrói seus próprios significados, suas relações e, conseqüentemente, a si como sujeito. Destarte, é importante que a criança tenha sua identificação, seus objetos, seu espaço, da forma como a instituição está organizada, ela propicia esse processo, bem como a internalização de regras e normas.

E as crianças, estejam elas institucionalizadas por abandono, violência, desrespeito ou agressão, só podem se estruturar novamente se o ambiente onde se encontram garantir que isso seja possível, portanto, “pensamos que as instituições responsáveis devam se organizar e se estruturar de forma a atender às necessidades das crianças” (Nogueira e Costa, 2005, p. 50) uma vez que as necessidades estão relacionadas ao bem estar físico, social e mental, contribuindo para a formação dessas enquanto pessoas.

Respeitar a história de vida e, ao mesmo tempo, oportunizar situações que permitam minimizar e/ou a superar o sofrimento e as dificuldades, é função de todos os envolvidos com a Instituição. Desta forma, quando questionados sobre a forma de tornar a vivência na instituição, menos “dolorosa” para as crianças, os representantes do Juizado da Infância e Juventude, Conselho Tutelar e Gestor, relatam:

“Algumas coisas podem ser melhoradas, por exemplo: a visita familiar, o que a gente faz é acompanhar as visitas (...) e que tenha lá uma psicóloga, uma assistente social num período integral, pois um olhar de profissionais da área, talvez ajudaria até no

próprio subsídio de informações ao ministério público, ao judiciário”.(Lucas – gestor da casa de acolhimento).

“O que nós precisamos de maneira urgente, urgentíssima é de uma psicóloga e uma assistente social designada só pra eles”. (Antônio – representante da promotoria).

“Eu acredito assim que, acho que tudo vai pela educação, um envolvimento maior com a família”. (Vera – representante conselho tutelar).

“Bom, nessa questão de criança em situação de risco, o problema que nós temos hoje, que eu acho que é o maior, é que a instituição que nós temos aqui, pelo regimento interno dela, recebe apenas crianças até 12 anos. Então, eu acho que o problema mais urgente a ser resolvido, seria a gente buscar criar uma instituição que acolhesse adolescentes, até mesmo pra não ficar junto com as crianças”. (Luiza – representante do juizado).

As formas descritas por parte dos entrevistados ressaltam a necessidade de uma aproximação maior das crianças acolhidas com a família, bem como o papel desempenhado pelas cuidadoras, nas relações estabelecidas com as crianças e nas relações estabelecidas entre as crianças. No decorrer do estudo percebemos que as visitas dos familiares à Instituição só ocorrem mediante a autorização e determinação do juizado.

Essa decisão é justificada pelas autoridades e responsáveis pela Instituição como uma forma de evitar as constantes brigas, o que por diversas ocasiões gerou a necessidade da polícia ser chamada para acalmar a situação, gerando um clima de insegurança e, por vezes, de ameaça às crianças.

Motivo pelo qual as visitas dos familiares às crianças só são realizadas nos dias que a justiça determina e quando a Coordenadora se encontra na Instituição. Fato que poderia e deveria ser modificado perante acompanhamento de psicólogos e assistentes sociais, tornando o tempo de institucionalização menos doloroso. “Parece ser inconcebível, numa área tão sensível para a afetividade humana e essencial à formação de crianças, a existência de um processo sem a participação de psicólogos e assistentes sociais” (PAULO, 2012, p. 83)

É sabido que os aspectos descritos acima afetam, de forma direta ou indireta, o desenvolvimento das crianças. Entretanto, não podemos precisar a intensidade ou consequências dessas na vida das crianças que passaram pela Instituição em estudo, pois não existe no local uma equipe multidisciplinar que possa realizar o acompanhamento.

Diante de todo o exposto, podemos pensar na complexidade do contexto do acolhimento institucional, não somente pela sua organização, mas por envolver a criança, a família, os profissionais da instituição, o conselho tutelar, o fórum e os demais serviços públicos de atendimento. Todos imersos numa situação que envolve as conjunturas do momento e seu contexto, abrangendo os conteúdos pessoais, que são revelados e desenvolvidos, por meio da organização do espaço.

3.COLOS INSTITUCIONAIS: A INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO COMO ESPAÇO PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

“As histórias ajudam as pessoas em busca do entendimento, separando o relevante do irrelevante, as ações de seus ambientes, a trama de seus antecedentes e os heróis ou vilões (...) é de sua natureza incluir excluindo e iluminar lançando sombras” (Bauman, 2005, p.26).

3.1. Essa história é minha

Cada um de nós, desde a concepção vai construindo sua história, juntamente com o meio social no qual está inserido. Muitos têm um lar, com pai, mãe, irmãos, construindo uma família. Entretanto, ao longo dos anos, a noção de família vai além da família nuclear¹¹ ou outras formas de constituição familiar. Outras crianças, por situações adversas da vida, sejam por abandono, negligência, maus tratos, exploração sexual e/ou física, passam a viver em Instituições de Acolhimento. Nestes locais, constroem suas histórias conjuntamente com outras crianças na mesma situação, sendo cuidadas por outras pessoas, até então estranhas, que com o passar do tempo tornam-se suas referências.

Essas crianças apresentam histórias fragmentadas, o que pôde ser visto em análise aos prontuários da instituição, no qual consta motivo e data de entrada na instituição, idade, características, entre outros. Vicente (2006) afirma que, a criança submetida à proteção da instituição, tem por algum tempo a história pessoal “suspensa”. Corroborando Vectore e Carvalho (2008) citam Dorian (2003, p.73) que descreve que “não se pode eliminar uma história familiar sem que se viva muita dor, angústia e medo do presente e do futuro”.

A criança que se encontra acolhida, além de enfrentar dificuldades oriundas de relações familiares difíceis, muitas vezes, ao adentrar na instituição na qual sua estadia geralmente não é transitória¹², se depara com longos processos judiciais, perpetuando a situação de institucionalização. É importante lembrar que cada dia

¹¹ “É composta apenas pelo núcleo principal, representado pelo chefe da família (pai), sua esposa e os seus descendentes legítimos” (Carvalho, 1995).

¹² Essa estadia deveria ser provisória/transitória, de acordo com a Lei n. 12.010, no entanto, nem sempre é cumprida a lei, devido aos longos processos judiciais.

passado na instituição pode dificultar o processo de adoção por ultrapassarem o estágio de vida geralmente preferido pelas famílias brasileiras, que é de até os dois anos de idade.

No que tange à história de vida, vamos relatar um pouco do histórico de vida de cada criança que participou desse estudo, as quais estavam vivendo na casa de acolhimento quando da realização do mesmo.

Estas foram escolhidas para participar do estudo por estarem convivendo na casa por um tempo maior, quando comparadas com as demais crianças. Para a coleta de dados utilizou-se de entrevista e análise dos documentos presentes na Instituição. Desta forma, seguem as histórias de vida das crianças que participaram do estudo:

“**João**¹³ tem 8 anos de idade. Está há aproximadamente seis meses na instituição. Estuda no 2º ano do Ensino Fundamental. Morava com a mãe, pai e irmão. O pai era a única pessoa da casa que trabalhava. Ele bebia e batia na mãe. Quando questionado sobre o motivo da institucionalização, responde:

“(...) Não sei por que vim morar aqui”. (SIC).

“**Maria**, 11 anos de idade”. Está na instituição de acolhimento, há aproximadamente seis meses. Estuda no 3º ano do Ensino Fundamental. (...) Morava com a mãe, pai e avó. Só meu pai trabalhava. Durante a entrevista relatou, que:

“Quando o conselho foi me buscar não sabia onde tava indo (...). Meu irmão me ajudou a arrumar as coisas, não tinha ninguém em casa, nem a avó”. (SIC).

¹³ Todos os nomes utilizados no texto, para referir-se aos participantes foram alterados para preservar a identidade dos mesmos.

João e Maria são irmãos, segundo os relatos e históricos de vida descritos na ficha das crianças, são filhos biológicos do mesmo pai e mãe. Viviam com os pais e a avó, sendo o pai o único mantenedor do lar. Ambos os pais são usuários de drogas, sendo que, por duas vezes o pai foi preso por agredir a mãe e, em uma das vezes, por esfaqueá-la.

Devido a esta briga, as crianças foram retiradas de casa. A avó, que residia na casa, juntamente com a família, é alcoólatra. As crianças relatam que o Conselho Tutelar as retirou de casa sem explicar para onde estavam sendo levadas.

“**Pedro** tem 12 anos de idade, está na instituição há aproximadamente três meses”. Estuda no 5º do Ensino Fundamental. Vivia com os avôs no sítio, porém, após a morte da avó passou a viver na instituição. Uma vez que a mãe não quer a guarda do menino. Ele tem um irmão de quatro anos que vive com a mãe.

Sua guarda estava com os avôs maternos, desde o nascimento. Não constando registro do pai. Com a morte da avó, ele foi entregue à mãe, que após alguns dias o deixou no Conselho Tutelar, alegando que não tinha condições para cuidar do mesmo.

Consta, nos documentos, que o juiz determinou que a mãe visitasse o menino na Instituição, mas até o momento da finalização do presente estudo, ela não apareceu. Seu irmão, de quatro anos, vive com a mãe. Durante a entrevista relatou que conta os dias e o desejo de sair para viver com outra família:

“To grande, daqui uns dias ninguém vai querer me adotar” (SIC).

Na fala de Pedro, fica clara a rejeição, o medo do abandono, de não ter uma família para viver, ressaltando a necessidade afetiva de todo ser humano, especialmente das crianças acolhidas. Bowlby (2006) descreve que “a vida afetiva de um adulto é determinada por suas relações afetivas durante a infância” (*apud* PAULO 2012, p. 91). Uma vez rompidos os laços afetivos familiares e sociais, a trajetória de vida da criança vai ficando comprometida. Podendo esse período gerar

sensações de desamparo e insegurança, além de prejuízos quanto à capacidade de estabelecer ou manter, novas e antigas relações afetivas (BRASIL, 2006).

Na história da humanidade encontramos que, nas mais diversas idades e em diferentes situações, que muitas crianças passam a viver em Instituições de Acolhimento (Rossetti-Ferreira, *et al* 2011). Os motivos que contribuem para essa situação, por vezes, estão relacionados com as dificuldades de ordem financeira, desestrutura familiar, falta de acesso aos serviços públicos e diversas outras situações que, por vezes, se concretizam em agressão contra o(a) parceiro(a) e/ou crianças.

Nos casos das crianças que participaram do estudo, as histórias se repetem com histórias da maioria das crianças que vivem ou viveram - representante conselho tutelar. De acordo com os relatos das crianças:

“Meu pai brigou com a minha mãe porque ele bebeu, bateu na minha mãe e também ele estava muito bêbado, depois que a minha mãe fugiu (...) ele voltou, logo a polícia parou lá perto da padaria, depois ele levou a gente (...) primeiro a gente ficou lá na casa da Carol, depois aí ela trouxe a gente aqui”.(João – criança).

“(...) Aconteceu uma briga lá em casa e a gente veio para cá. Briga com a minha mãe e com os homens lá”. (Maria– criança).

“É que a minha mãe não queria mais eu. Aí o conselho me levou para meus avós. Que era meus avós que estavam com minha guarda. Porque eu estava morando com a minha mãe sem ela tá com a guarda, se eu ficasse mais um mês lá minha mãe ia presa, daí o conselho me trouxe pro sítio. Minha avó morreu e vim pra cá”.(Pedro– criança).

Vimos nos relatos, no decorrer da apresentação dos dados, que os participantes do estudo são originários de famílias com históricos de violência

intrafamiliar, uso de bebidas, agressões, pobreza, além do abandono e a negligência por parte dos pais.

A violência e os conflitos que permeiam as relações entre os membros da família, de João e Maria, não são somente evidentes, mas concretos.

Assim, como o abandono de Pedro, num primeiro momento pela própria mãe e, num segundo momento, a vivência na instituição em detrimento da morte da avó.

A história das crianças que participaram do estudo e das crianças que vivem em instituições demonstra que essa medida representa, para as famílias e para o Estado, a possibilidade de minimizar a violência sofrida no meio familiar e cujas consequências podem afetar o desenvolvimento físico, mental e social destas (SILVA, 2004). Percebemos que tanto nos casos do estudo como nos dados descritos a institucionalização ocorre como uma forma de proteger a criança da própria família.

Os dados descritos pelo IPEA (2005) *apud* Paulo (2012) descrevem que entre as causas de Institucionalização de crianças estão: carência de recursos materiais em 24,15% das famílias que participaram do estudo, o abandono ou a negligência dos pais está em segundo lugar com 18,8%, segue com a violência doméstica totalizando 11,6%, a vivência na rua com 7%, a dependência química dos pais ou responsáveis com 3,5%, o abuso sexual praticado por pais ou responsáveis com 3,3%, pais ou responsáveis com deficiência com 2,1%, criança submetida à exploração no trabalho, tráfico ou mendicância 1,8%, dentre outros. A orfandade é responsável por apenas 5,2% das crianças que vivem em Instituições de Acolhimento.

Dentre os tipos de violência que atingem a infância, desrespeitando seus direitos adquiridos, podemos identificar a violência advinda das conjunturas sociais, políticas e econômicas as quais impõem às crianças e suas famílias precárias condições materiais de existência.

Como afirma Assis (1994) a questão da preservação dos direitos das crianças é o grande desafio colocado nos anos noventa para todos os seguimentos da sociedade. A atuação frente à violência deixa de estar nas mãos apenas dos serviços de segurança pública e justiça para se distribuir entre os diversos

segmentos da sociedade civil e demais setores governamentais ou não (GUARA, 2006).

Podemos pontuar que o fenômeno do acolhimento institucional e da violência contra as crianças constitui-se como uma difícil tarefa, bem como o planejamento e execução de ações visando ao seu enfrentamento. No entanto, é nítido o fato de que é necessário, justamente em função da sua complexidade e das implicações que o fenômeno inflige às vítimas, promovermos reflexões e planejarmos ações visando o rompimento do ciclo de violência que vem se propagando ao longo do desenvolvimento da humanidade.

3.2. Longe da minha família

Falar da família implica em entender os vários aspectos sociais pelos quais ela vem atravessando ao longo dos anos. Houve mudanças nos padrões familiares. Atualmente, podemos notar que há uma grande diversidade de famílias, há vários arranjos familiares e não somente o modelo tradicional de família nuclear, como citado anteriormente.

Segundo Ariès (2006), se referindo à Europa, o sentimento de família que conhecemos atualmente emergiu nos séculos XVI e XVII. A partir do século XIV se presenciou o desenvolvimento da família moderna. O autor esclarece que o sentimento de família que partilhamos é recente – o que não quer dizer que a instituição família também o seja. O que a modernidade nos traz é exatamente este sentimento formado em torno da família conjugal composta por pais e seus filhos.

De acordo com o Artigo 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) “Toda criança ou adolescente tem o direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária (...)”. A família é a principal referência para o desenvolvimento e a criação de crianças e adolescentes. Ainda de acordo com o ECA em seu Artigo 5: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (...)”.

A Constituição da República Federativa do Brasil (1998) em seus artigos 226 e 227 afirma que "a família é a base da sociedade" e que a criança ou adolescente tem direito à "convivência familiar e comunitária", reforça o papel da família na vida da criança e do adolescente como elemento fundamental dentro do processo de proteção integral e como parceira do Estado nessa proteção. Entretanto, quando a família impede ou dificulta o desenvolvimento natural desse processo, há a necessidade da intervenção da justiça.

Desse modo, quando esgotados os recursos ou possibilidades da permanência da criança na família de origem, dispõe a lei que o conselho tutelar, promotoria e juizado da infância e juventude, devem buscar a colocação da criança em família substituta na forma de guarda, tutela ou adoção ou, ainda, a colocação em acolhimento institucional.

Assim, de forma emergencial, a ação de retirar a criança de casa visa garantir proteção e preservação da integridade física e psicológica dos vulneráveis, ou seja, uma ação preventiva nos casos em que a(s) criança(s) e o(s) adolescente(s) está (ao) correndo riscos. Nestes casos, a criança e o adolescente são integrados numa estrutura coletiva, partilhando bens e afetividade.

Porém, esse é último recurso a ser utilizado e deve ser usado de forma transitória, buscando sempre que possível a realocação desses para com a "família de origem ou, quando isso não é possível, para a colocação em família substituta (Artigo 101, parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990).

A retirada da(s) criança(s) da casa na qual convivem com os pais, de acordo com os representantes do Juizado da Infância e Juventude e Conselho Tutelar, ocorre:

“É feita através de denúncia (...) nós vamos até o local para ver a veracidade dos fatos, se for verdadeiro, se não há nenhum parente que a gente possa estar tirando daquela casa e abrigo, daí nosso caminho é levar para a Instituição” (Vera - representante conselho tutelar).

“A regra geral é só por ordem judicial. Entretanto, alguns casos, onde a criança está sendo tão violentada, de uma maneira tão forte, tão grave, que não dá tempo de

fazer o pedido, de passar pro promotor analisar, pra decidir e ir pro juiz, então, o Conselho Tutelar mesmo já vai lá e retira essa criança dessa situação de risco. Já remete pra Instituição e aí encaminha o caso pra gente fazer a atividade do processo, entrando com a ação contra os pais ou estar devolvendo pros pais, no caso da retirada ter sido de maneira precipitada” (Antônio – representante promotoria).

“Via de regra é através do conselho tutelar, porque é o primeiro a ser acionado em caso de maus tratos, de omissão, de negligência (...) e o conselho tutelar uma vez constatando isto e vendo que é uma coisa urgente, que não tem é como pedir a autorização judicial, então de imediato, já faz a retirada da criança e, logo em seguida, comunica então a vara da infância para que a gente possa acompanhar e regularizar juridicamente essa situação da retirada da criança, eventualmente (...) pode ser feito de outra forma, primeiro buscar a autorização do poder judiciário pra depois retirar a criança”. (Luiza- representante do juizado).

Quanto às crianças que participaram do estudo, a retirada de casa, antes da determinação judicial ocorreu com o João e a Maria. Ficando claro no relato das mesmas que quando o Conselho chegou encontravam-se sozinhas e não sabiam para onde estavam sendo levadas.

Relatos:

“(...) não sei porque vim morar aqui”. (João– criança).

“Quando o conselho foi buscar, não sabia para onde estava indo”. (Maria– criança).

Com Pedro a situação foi diferente, pois o mesmo morou com os avôs e, com a morte da avó, foi reencaminhado aos cuidados da mãe, conforme relatado anteriormente.

Na grande maioria dos casos a retirada das crianças ocorre de forma brusca e sem as crianças conhecerem os motivos pelos quais estão sendo retiradas de

casa e, principalmente, para onde estão sendo levadas. Intensificando, por vezes, o sentimento de abandono, rejeição, que conforme Silva (2002):

Para a criança, a ruptura com o seu meio familiar leva a sentimentos de auto-depreciação e de profunda incompreensão. O sentimento de abandono é predominante. Por que seus pais a rejeitaram? Por que ela foi deixada lá? (levada para lá) Ela é problemática? Não é merecedora de carinho e da proteção de seus pais? (p. 31, grifo nosso).

Azôr (2005) acrescenta que, nas instituições de acolhimento, há barreiras no sentido de possibilitar aberturas de espaços para que dores, tristezas e violências sejam mais bem elaboradas, acabando por desconsiderar a subjetividade dos acolhidos (*apud* VECTORE E CARVALHO, 2008).

As barreiras existentes para a expressão dos sentimentos, muitas vezes de forma não intencional, outras por falta de pessoas preparadas para trabalhar com essas crianças, é percebida nas falas das mesmas, quando, em meio aos relatos ou histórias comentadas, fazem inserções sobre a família de origem, de hábitos e coisas que possuíam e faziam antes do acolhimento.

Esse passado no meio familiar, por mais desestruturado que fosse, é recordado constantemente, enxergando o lar de origem ou pessoas próximas como um lugar muito “melhor” do que a Instituição. Exemplo é o relato das crianças, quando questionadas sobre desejos:

“Hum... escolher. Escolher. Serviço (...) pra poder voltar pra casa”. (João– criança)

“É... de ir embora daqui (...). Não sei, ir morar com outra pessoa. (Pedro– criança)

“Não sei (risos) (...). Trabalhar (...). Pra casa da minha madrinha”. (Maria– criança)

É perceptível o desejo em estar com a família, independente de ser família de origem, parentes ou até mesmo pessoas que o aceitem, deixando transparecer o desejo de sair da instituição e viver com uma “família”. Nesse espaço, descrevem

aspectos relacionados à afetividade ou à falta que sentem das figuras parentais e enfatizam a importância da família para o desenvolvimento da criança.

É consenso que a família, indiferentemente do modo como é conceituada e caracterizada, é a base da sociedade, a primeira forma de socialização do indivíduo, a principal instituição para a criação dos vínculos afetivos da criança.

Além da necessidade dos vínculos afetivos, devido a sua imaturidade e vulnerabilidade, apresentada pela criança nos primeiros anos de vida, esta necessita de cuidados dos pais ou de outras pessoas para a sua sobrevivência. Logo, a presença de pessoas para cuidar da criança, é “fundamental para sua constituição como sujeito, desenvolvimento afetivo e aquisições próprias a esta faixa etária” (BRASIL, 2006, p. 28). Essas relações apresentam consequências importantes sobre sua condição de saúde e desenvolvimento, tanto físico como psicológico.

De acordo com Oriente e Souza (2005) embora muitas crianças sejam levadas à casa de acolhimento muito precocemente, entre zero e quatro anos, as condições apresentadas na instituição, associadas à baixa qualidade das relações afetivas parentais, as constantes e repetidas rupturas com pessoas significativas pode afetar o desenvolvimento afetivo e emocional dessas crianças.

Além da dificuldade de reinserção familiar, entre outras situações, é possível observar que os vínculos afetivos criados antes da institucionalização não se “apagam” com a ausência de um contato próximo, ao contrário, podem até adquirir caráter ainda mais estreito.

Diante dessa descrição, a perspectiva do materialismo histórico-dialético de Marx e Engels (2002) descreve que o homem constitui-se dentro de um processo que envolve o indivíduo e a sociedade na qual ele está inserido. Em outras palavras, todo homem se faz homem na relação com outros homens (*apud* ORIONTE e SOUZA 2005).

Assim, as crianças constroem “Redes de Significações- *RedSig*” no espaço/tempo em que estão inseridas. A concepção de *RedSig*, construída pelo grupo de Pesquisas da CINDED/USP/RP, coordenado por professora Maria Clotilde Rossetti Ferreira, ao longo de mais de trinta anos de estudos acerca do desenvolvimento humano, conceitua:

As relações sociais são consideradas como fundamentais não só dos primeiros anos de vida como também ao longo de toda a vida, mantendo-se continuamente como arena e motor do processo de desenvolvimento. Dessa forma, entende-se que, desde o início da vida, as relações são coconstruídas a partir das “inter-relações”, isto é, de ações partilhadas e interdependentes (ROSSETTI-FERREIRA *et al*, 2004, p. 25 *apud* OLIVEIRA, 2011, p. 131).

Desta forma, as relações estabelecidas entre a criança e a família, seja ela biológica ou não, são fundamentais para seu desenvolvimento. Assim, é possível perceber que as instituições de acolhimento podem, e devem, possibilitar a inserção social com o intuito de promover a continuidade dos laços afetivos entre as crianças atendidas nas Instituições e sua família de origem, o meio social e, quando necessário, a interação com famílias substitutas.

Destarte, a atribuição de promover o direito à convivência familiar e comunitária não é exclusiva das instituições de acolhimento, mas deveria ser compartilhada por toda a rede de atendimento à criança, envolvendo o Poder Judiciário, o Ministério Público, os Conselhos Tutelares e de direitos e o próprio Poder Executivo nos níveis federal, estadual e municipal (BRASIL, 2006).

As dificuldades ocasionadas pelo acolhimento, de acordo com Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2009), podem ser minimizadas, se as condições de atendimento na instituição propiciarem experiências reparadoras às crianças e aos adolescentes e possibilitarem o contato com o convívio familiar.

O Plano Nacional de Promoção Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, lançado pelo CONANDA e CNAS, assegura que a família tem fundamental importância na vida das pessoas. De tal forma que permanece viva como realidade psicológica, sendo que durante o ciclo da vida o indivíduo retorna a ela ou às experiências vividas, seja na infância, adolescência, vida adulta ou até mesmo na velhice. Essa descrição possibilita o entendimento quanto ao desejo e à necessidade que as crianças acolhidas apresentam de estarem junto à família, de origem ou não, independente da situação que a mesma se apresenta.

Com o propósito de superar o modelo das instituições que acolhem crianças e adolescentes sem perspectivas de reintegração familiar e, com o objetivo de dimensionar os direitos já estabelecidos pela Constituição, o ECA (1990) surge

como uma forma de modificar o modelo existente até então. A partir dessas considerações, propõe uma série de medidas para que sejam mantidos os vínculos afetivos das crianças e adolescentes institucionalizados com seus familiares.

Para intensificar a necessidade de manutenção dos vínculos, BRASIL (2006) apresenta propostas a serem desenvolvidas no período de 2007 a 2015, tendo como principal objetivo a garantia de registros sobre a história de vida e o desenvolvimento de cada criança e adolescente durante o tempo que estiverem na instituição.

Essas propostas reforçam a necessidade das Instituições, no sentido de possibilitarem o direito à convivência familiar e comunitária na rotina do atendimento, “tendo em vista especialmente aqueles casos em que o retorno à família se mostra inviável e as crianças e os adolescentes têm que permanecer nos abrigos por um tempo considerável até se integrarem à outra família” (SILVA e AQUINO, 2005, p. 186). Uma vez que o afastamento familiar, principalmente por períodos prolongados, pode provocar ruptura de laços afetivos, entaves no desenvolvimento global, impessoalidade nos cuidados, disciplina, controle e punição como premissas educativas (David, 1972; Guirado, 2004; Rizzini e Rizzini, 2004 *apud* Cintra e Souza, 2010) e, de acordo com os autores, em referência a estes aspectos acrescenta-se outro, crianças abrigadas vivem uma experiência subjetiva de violência, visto que se veem pressionadas a se desfazer de seu passado para assumirem novas características e atenderem a valores naturalizados como adequados.

3.3. Olhando a criança

No decorrer da história, a infância foi tratada de diversas formas, sendo que “a designação de infância era diferente: *criança* era o termo para o filho de famílias de poder e dinheiro e *menor* era o termo usado para a infância dita *desfavorecida, delinquente, carente e abandonada*” (ÁRIES, 1981, p. 36).

As relações estabelecidas entre família, igreja e Estado buscavam intensificar a presença de valores morais, religiosos e culturais que reproduziam “dominadores e subjugados em seus respectivos papéis”, ou seja, mantendo uma infância privilegiada e outra marginalizada (Rossetti-Ferreira *et al* p. 32, 2011). Entretanto, os constantes movimentos, histórico e político, trouxeram contribuições

que permitiram modificar essa visão, todavia somente com a criação do ECA em 1990, algumas mudanças ocorreram possibilitando que a criança fosse vista como sujeito de direitos, não mais como um “menor” ou em “situação irregular”, mas como um sujeito de direitos, os quais devem ser respeitados e assegurados (ECA, 1990).

Apesar dos avanços que se referem à criança como cidadã, estudos evidenciam que muitas não têm seus direitos assegurados no meio familiar e, por vezes se faz necessária a intervenção da justiça. Dentre as causas de intervenção podemos falar da negligência, os maus-tratos, a exploração do trabalho infantil, a prostituição de crianças, o abandono. Nestes casos, a criança passa a viver com parentes próximos ou em instituição de acolhimento, antigamente descritos como abrigos.

A vivência de crianças nas instituições de acolhimento faz parte da realidade de aproximadamente oitenta mil meninos e meninas à espera de uma “família” no Brasil, segundo a Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB (2011).

Diante dessa realidade, as instituições se constituem com função de zelar, de proteger a criança por tempo determinado ou indeterminado, reivindicando mediante iniciativas judiciais o retorno às famílias de origem ou a destituição de poder familiar, que culminará em processos de adoção. No entanto, até que não haja uma solução para a criança, essa permanecerá na instituição de acolhimento, fato este descrito como criança em situação de acolhimento ou criança acolhida.

Assim, buscamos conhecer a visão dos participantes do estudo sobre criança acolhida. Para as cuidadoras, a criança acolhida representa:

“Uma pessoa bem importante pra mim, são crianças bem importantes, como meus filhos. A mesma recepção que eu tenho pelos meus filhos eu tenho por elas, não tem diferença nenhuma”. (Rosa - cuidadora).

“Como nosso filho”. (Clara- cuidadora).

“Eu acho assim que eles ficam assim mais à vontade. Não é tão à vontade, porque você sabe, longe da mãe e do pai não é bom. Mas só que aqui eles têm de tudo (...)

me chamam até de mãe, só que falo pra elas assim, não fia! A tia não é mãe, tem que chamar de tia". (Mara - cuidadora).

Parte dos relatos e das situações vivenciadas na casa de acolhimento, evidencia que a criança acolhida adquire a representação e a importância de filho, ressaltando o cuidado que estes recebem das cuidadoras. "São elas que observam e estão em contato direto com as reações, comportamentos, demonstrações de angústia, ansiedade, alegria e dificuldades das crianças" (PEREIRA, 2003 *apud* NOGUEIRA e COSTA, 2005, p. 39-40).

De fato, as tentativas de reparação e reestruturação estão diretamente ligadas ao trabalho desenvolvido pelas "tias" ou "mães", denominação atribuída pelas crianças às cuidadoras. São elas que passam a maior parte do tempo com as crianças, sendo responsáveis pelo dia-a-dia, pela organização da rotina estabelecida, pelo acompanhamento direto no desenvolvimento, nas brincadeiras e nas interações existentes no espaço institucional.

Em algumas instituições as cuidadoras, de fato são chamadas de mãe social, sendo essa função regulamentada pela Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, que em seu Artigo. 1º descreve que as instituições sem finalidade lucrativa, ou de utilidade pública de assistência social e que funcionem pelo sistema de casais, utilizarão "mães sociais" visando a propiciar à criança acolhida as condições familiares ideais ao seu desenvolvimento.

Bowlby (2006) ressalta que a principal variável a influenciar a capacidade de estabelecer vínculos afetivos saudáveis, é o grau em que os pais ou seus substitutos fornecem à criança uma base segura para que desenvolvam o sentimento de respeito, amor e o estabelecimento de relações (extrafamiliares) sadias.

Para os representantes do Juizado e Promotoria da Infância e Juventude, Conselho Tutelar, Gestor, criança acolhida, é:

"Criança cuidada. Cuidado mesmo, acolher é cuidar. (...) Então criança acolhida, no meu ponto de vista, é você querer bem por aquelas pessoas enquanto estão lá, cuidar, proteger, dar o melhor, uma boa alimentação e cuidado". (Lucas – gestor da casa de acolhimento).

“Sem dúvida, uma criança que passa por um órgão como a Instituição, ou seja, que é retirada da família, lógico que ela terá em grau maior ou menor, sequelas psicológicas. De repente, são sequelas muito grandes e de repente não muito grandes, o fato é que ela saí de um meio de um convívio familiar pra viver numa instituição (...) eles lá fazem um grande trabalho, mas por melhor que seja o trabalho deles, eles estão numa instituição, não numa família, então lógico que gera consequências para essas crianças”. (Antonio).

“Eu particularmente, eu morro de dó, eu não gosto de retirar, de levar pra lá, porque assim, por pior que a criança esteja na sua casa, mas é o convívio dela, é ali o lugar dela, entendeu? Então, você vai tirar do lugar e levar pra outro diferente, a criança sofre, vai sofrer problemas psicológicos” (Vera - representante conselho tutelar).

“Para mim criança acolhida é aquela criança que, por via de regra, por um ato negligente ou omissão dos pais, necessita ser acolhida, ser recebida pelo poder público e ser encaminhada para uma instituição onde ela vai receber aquilo que ela deveria receber dos pais (...) obrigação do Poder Público, além de acolher a criança, é buscar saber os motivos, buscar tratar os pais, quando necessário, pra que esse acolhimento seja provisório (...) por mais que o abrigo seja um local onde ela tenha estrutura material, onde ela receba tudo aquilo que ela precisa pra ter um desenvolvimento saudável, o carinho, o afeto e a presença dos pais não é supérfluo”. (Luiza- representante da promotoria).

Nesse contexto, é possível o reconhecimento da criança como um ser de direito, que necessita de cuidados e proteção. No entanto, o que chama a atenção num primeiro momento, é o fato de que a criança que se encontra acolhida, além de enfrentar as dificuldades oriundas das relações familiares difíceis, ao adentrar na instituição de acolhimento, na qual muitas vezes sua estadia não é transitória, se depara com longos processos judiciais, perpetuando a situação de acolhimento, haja vista que cada dia passado na instituição pode dificultar o processo de adoção.

Outro fator a ser destacado é o modo como alguns representantes da instituição parecem entender o desenvolvimento da criança institucionalizada, ou seja, somente os fatores biológicos são determinantes nos processos de desenvolvimento e aprendizagem. De fato, nas instituições de acolhimento, no que concerne às necessidades básicas como alimentação, higiene, cuidados com a saúde, entre outras, as crianças são, na maioria das vezes, atendidas. Todavia, raramente o são quanto ao amparo afetivo (ORIONTE E SOUSA, 2005).

Diante dessas colocações, se faz interessante destacar a contribuição de Vygotsky (1987) ao enfatizar a importância da *zona de desenvolvimento proximal*, a qual deve ser ativada pelo mediador nas interações que estabelece com o mediado, propiciando o desenvolvimento.

Conforme as condições sócio-históricas constrói-se a subjetividade, marcada por diferenciadas vinculações afetivas circunscritas pelas mediações que pertencem àquele contexto. Portanto, as mediações produzidas no contexto no qual a criança está inserida são fatores altamente significativos na construção da vinculação afetiva, podendo interferir no desenvolvimento afetivo da criança, sejam com as cuidadoras e demais crianças que vivem na instituição, seja com a família de origem ou adotiva na qual será inserida.

Tal constatação é ressaltada quando se pensa nas possibilidades e consequências do acolhimento que deveria ser, em princípio, temporário, mas acaba se tornando moradia “duradoura” para muitas crianças e adolescentes, à espera do retorno para família de origem ou para a adoção.

Diante dessa realidade, a instituição de acolhimento deve ser compreendida como um contexto para o desenvolvimento das crianças, contribuindo para a formação de relações e para as novas aprendizagens (ROSSETTI-FERREIRA *et al*, 2011). E assim, nas respostas emitidas para a questão sobre as condições de desenvolvimento para as crianças acolhidas na Instituição evidenciamos que:

“Tem todo um programa. Desde manhã cedo, onde a criança participa das atividades na escola, então são crianças que tem uma rotina dentro da instituição e essa rotina é baseada na educação, saúde, cuidados através de todos os aspectos (...) tem toda uma atenção em cima disso e o cuidado pra que elas estejam felizes lá.

Não é o local de criança, não é o local pra ter nenhuma criança”. (Lucas – gestor da casa de acolhimento).

“Cada um é cada um. Em termos físicos não me parece que tenha complicações. Em termos emocionais, nós temos de todas as espécies possíveis. Como eu te disse, como nós não temos um acompanhamento pós-saída de lá, eu não tenho um dado seguro pra te passar (...) temos outros casos, principalmente de crianças recém nascidas onde ela só passou por lá por pouco tempo, onde a sequela é praticamente zero”. (Antônio – representante da promotoria).

“Para falar bem a verdade: eu acredito que algumas crianças elas até desenvolvem com algo melhor, mas tem criança que ela regride. Por isso que eu falei, é uma pena você tirar de um lugar e colocar num lugar novo, pra ela aquilo lá é novo”. (Vera – representante do conselho tutelar).

“A gente procure suprir tudo aquilo que a criança precisa, mas o desenvolvimento dela na situação de acolhimento eu acho que ele sempre vai deixar a desejar, porque sempre vai faltar a companhia dos pais. É uma coisa muito interessante, a gente tem relatos de crianças que são abrigadas, porque vivem numa situação assim, de total falta de higiene e falta de cuidado junto com os pais (...) mas quando você vai ao abrigo, que você conversa com a criança, a primeira coisa que ela pergunta: quando você vai devolver ela pra mãe? Então, aí que a gente vê que esse vínculo de filho e mãe é muito forte, e por mais que haja negligência por parte dessa mãe, a criança ela quer voltar, sim.” (Luiza – representante do juizado).

Nas falas dos representantes do Juizado e Promotoria Conselho Tutelar e do Gestor da Instituição é possível perceber a preocupação com as condições oferecidas pela instituição, bem como com a percepção de que, em alguns casos, a criança terá as condições físicas, de higiene e proteção garantidas na instituição, uma vez que no meio familiar isso não foi possível.

Expressam o desejo e o cuidado desprendido para garantir que as crianças tenham condições de desenvolvimento, criando programas de educação e

propiciando condições para o desenvolvimento da aprendizagem. Por outro lado, a necessidade de afeto e segurança encontradas na família de origem fica deficitária pela falta de profissionais capacitados (psicólogos e assistentes sociais) para lidar com as questões emocionais das crianças, orientar as cuidadoras quanto à conduta perante as mesmas, acompanhá-las no retorno para família de origem ou não, as questões afetivas e emocionais não recebem a atenção necessária para contribuir com o desenvolvimento das mesmas. Uma vez que, falar de desenvolvimento é falar, também, da visão que temos de criança e/ou adolescente, pois, a criança, como todo ser humano, é um sujeito social e histórico que vem de uma família que constitui seu referencial básico, ou seja, a criança tem na família, seja ela biológica ou não, um ponto de referência fundamental (BERNARDI, 2010).

Desta forma, reconhecer isto significa que a instituição deve trabalhar de forma a respeitar a história de vida que a criança tem e traz consigo, pois as crianças constroem os significados sobre si e o mundo que as rodeia por meio das experiências que estabelecem com o outro na família, na escola, ou neste caso, na instituição de acolhimento. Essa construção ocorre pelas palavras, pelos gestos, pelos sorrisos, pela tonalidade de voz, pelas brincadeiras, pelo comportamento apresentado e muitas vezes manifestado por meio do silêncio.

Neste espaço, mesmo longe da família, a criança vai estabelecer interações com outras pessoas, seja com as crianças que vivem lá, as cuidadoras, as pessoas do juizado, assistente social, psicólogos, visitantes e com os próprios familiares.

A concepção de desenvolvimento não resulta somente num processo de maturação, mas um processo contínuo de interação social que se dá nas e por meio das ações e interações estabelecidas entre as pessoas que constituem o ambiente social e, culturalmente, organizado. (ROSSETTI-FERREIRA *et al*, 2004).

As interações são modificadas de forma constante, visto que o grupo social apresenta concepções diferentes sobre desenvolvimento, ou seja, conforme a cultura na qual está inserida. Pois, cada pessoa que faz parte do ambiente, neste caso a instituição de acolhimento, interage com a criança e organiza o ambiente de acordo com a concepção que tem da criança, seu processo de desenvolvimento e sobre seu próprio papel em relação a ela. Rossetti-Ferreira (*et al* 2011) descreve que essas representações são construídas pela experiência de vida em um meio

particular e ocorrem pelo processo de socialização, portanto “o processo de construção da identidade, da linguagem tem as marcas do contexto sócio-histórico em que ocorre” (p. 62).

Corroborando Grubits (2000, p. 83) a identidade do eu se forma pelas interações sociais e é resultado das interações:

[...] a identidade do Eu indica a competência de um sujeito capaz de linguagem e de ação para enfrentar determinadas exigências. Essa competência se forma pelas interações sociais. A Identidade é também gerada pela socialização, na medida em que o sujeito, apropriando-se dos universos simbólicos, integra-se em um certo sistema social. Mais tarde, ela é garantida e desenvolvida pela individualização, quando esse sujeito cai adquirindo uma crescente independência em relação ao sistema social.

Assim, quando falamos em crianças, especialmente, crianças acolhidas se faz necessário levar em consideração a constituição social desse ser, pois esta possibilita que a criança continue sendo ela mesma, com todo o seu modo de ser. A compreensão da identidade é ampliada quando se leva em consideração as questões históricas e culturais, sendo que esses dão significado à identidade.

Enfim, não se pode compreender, de forma ampla, a identidade sem levarmos em consideração os fatores históricos e culturais nos quais a criança está inserida, visto que ambos – criança e cultura – se influenciam mutuamente no processo de construção da identidade.

3.4. Olhar de quem acompanha

Estar em contato e conhecer a rotina das instituições de acolhimento no Brasil, é conhecer histórias difíceis e, ao mesmo tempo, semelhantes entre si em todos os aspectos, especialmente no que diz respeito à violência e ao abandono.

O ECA (1990) entende que as instituições de acolhimento brasileiras são casas de passagem, no entanto, são, na verdade, lugares nos quais as crianças, na maioria das vezes, passam vários anos de sua vida. Elas têm, portanto, influência cada vez mais ativa na construção de subjetividades e no desenvolvimento das crianças acolhidas.

A noção de subjetividade, de acordo com Oriente e Souza (2005) é compreendida como a constituição existencial de cada ser, envolvendo as relações com as quais a criança se depara ao longo da vida e que estão em constante movimento e transformação. Desta forma, a cada nova relação estabelecida, a já existente é alterada, dando lugar a uma nova configuração. Na Instituição de Acolhimento as crianças continuam a construir suas histórias, sua subjetividade, sua personalidade, seus laços afetivos e elaboram, dentro de suas possibilidades, sofrimentos e traumas.

Heller (2004) embasa sua argumentação no fato de que cada pessoa é um ser simultaneamente particular e genérico. Particular porque limita e exerce suas prioridades frente às necessidades que são, ao mesmo tempo, dele próprio e dele como ser. Ele é um ser genérico porque é produto e expressão das relações sociais, próprias do ser humano (*apud* KAPPEL 2005).

Mesmo diante da complexidade que envolve a vida cotidiana, para muitos ela é vista apenas como um espaço de repetição e alienação, sem vida. É como se as ações realizadas no dia-a-dia, não tivessem nenhuma importância, como se tudo passasse despercebido e não tivesse nenhum valor ou influência sobre a vida das pessoas, nesse caso em particular, das crianças acolhidas.

Assim, para que o espaço não seja apenas de repetição e alienação, é necessário que a permanência das crianças na Instituição de Acolhimento seja acompanhada por uma equipe multidisciplinar, com objetivo de avaliar o comportamento e o desenvolvimento delas no ambiente e garantir o direito à convivência familiar e comunitária na rotina do atendimento. Não podemos falar em desenvolvimento de forma isolada e linear, pois nesse processo estão envolvidas inúmeras pessoas, cada qual com um papel, com características e necessidades que lhe são próprias.

Enquanto pessoas, constituímos-nos por meio das relações sociais, do interagir com o outro, “por isso, a instituição de acolhimento pode ser importante mesmo quando a criança passe apenas um dia nela, que dirá um ano ou mais” (ROSSETTI-FERREIRA *et al*, 2011, p. 78). No entanto, quando questionados sobre a forma de acompanhamento que realizam junto às crianças acolhidas, os entrevistados descrevem que:

“A sustentabilidade. O que cabe a mim como é cuidar pra que a instituição se mantenha do ponto de vista burocrático. Que é a relação com a rede de apoio, Conselho Tutelar, CRAS, CREAS e, principalmente, de modo especial com o judiciário (...) fazer toda essa papelada, essa parte burocrática. E, ao mesmo tempo organizando com a equipe a sobrevivência da instituição, através da angariação de recursos, projetos, campanhas, doações, fazer com que a instituição ela se mantenha”. (Lucas – gestor da casa de acolhimento).

“Esse acompanhamento, ele tem que ser feito, não pela promotoria e sim por profissionais da assistência social e da psicologia. No momento essa, nós temos duas grandes falhas no acompanhamento de crianças lá, e essa é sem dúvida uma delas. Há um buraco negro nesse meio, porque a gente não tem aqui conhecimento de que esse acompanhamento seja feito. Se não me falhe a memória, o CREAS, diz que esse acompanhamento é feito, mas, eu não tenho conhecimento, se ele é feito, ele não chega pra mim, ele nunca chegou pra mim. Ele só é feito, na verdade, através do Ministério Público mesmo, ou através do judiciário, pra que eles façam o acompanhamento. Só que daí, olha, a gente tem que suar pra que ainda assim saia. Agora esse acompanhamento de maneira natural, não, esse eu não tenho conhecimento que é feito”. (Antônio – representante da promotoria).

“O acompanhamento do Conselho Tutelar é só até o momento que a gente entrega uma criança lá na Instituição (...) Nós vamos estar encaminhando a família pra uma assistente social, porque só uma assistente social e psicóloga que vai analisar, que nós não temos perfil”. (Vera - representante conselho tutelar).

“Nós temos um acompanhamento direto, então, 24 horas depois do acolhimento, tem que ser comunicado à Vara da Infância. Uma vez recebida essa comunicação, nós já providenciamos o registro no sistema que nós temos e que é vinculado ao Conselho Nacional de Justiça (...) constatando pelo relato do caso (...) o nosso trabalho já tem início ali, acionando a equipe do CREAS do município pra, juntamente com a equipe lá do abrigo, estar fazendo um plano de atendimento individual para a criança. Começando a trabalhar a criança, verificando a questão dos pais, qual foi o motivo da institucionalização, se tem que ser feito um trabalho com os pais pra num futuro

devolver a criança ou se de repente é um caso tão grave que não vai ser possível devolver. Enfim, daí que tem início então nosso trabalho” (Luiza- representante do juizado).

Na Instituição estudada, o acompanhamento realizado às crianças acolhidas ocorre de forma fragmentada, sendo que cabe ao Gestor a sustentabilidade da instituição, uma vez que a mesma é mantida por doações da comunidade, órgãos não governamentais e Igreja Católica. Paulo (2012) corrobora descrevendo “que a grande parte dessas instituições não recebe verbas federais, sendo mantidas por obras religiosas, filantrópicas ou por outros entes da federação, como município” (p. 74).

Embora na Instituição estudada exista um convênio com o poder público municipal, o repasse realizado não é suficiente para manter a Instituição, que depende de doações da comunidade e da Igreja Católica. A questão financeira afeta diretamente a instituição diante da dificuldade em conseguir manter uma equipe multidisciplinar, propiciar oportunidades de treinamentos e acompanhamento para as crianças e suas famílias.

Outra situação apontada pela representante do Conselho Tutelar, já citada anteriormente, está relacionada com a falta de condições e apoio por parte dos órgãos governamentais, o que dificulta a realização das atividades que competem a esse órgão.

Falando sobre a função do Conselho Tutelar, em nossa cidade, este tem sua contribuição “finalizada” no momento que entrega a criança na instituição ou faz o encaminhamento da família ao CREAS. Após a entrega dessas crianças junto à Instituição, não existe, segundo relatos da conselheira, nenhum outro tipo de acompanhamento por parte do Conselho Tutelar:

“(...) O acompanhamento do Conselho Tutelar é só até o momento que a gente entrega a criança lá na Instituição”.

Desta forma “Cabe ao profissional de recepção averiguar como a criança chegou ao abrigo e perguntar aos acompanhantes a razão de a criança ter sido encaminhada à entidade. Essas informações devem ser registradas em fichas-padrão, livro de entrada ou em sistema informatizado” (BERNARDI, 2010, pp. 98-99).

Antes das crianças serem levadas para a Instituição de Acolhimento estudada, as mesmas passam por avaliação médica, a qual fica anexada na ficha da criança. Logo, se a chegada da criança, na instituição estudada, ocorrer nos finais de semana ou feriados, a averiguação somente irá ocorrer nos dias subsequentes, quando a coordenadora do local estiver trabalhando.

Ao juizado e promotoria cabe o acompanhamento dos processos, acionando, por ordem judicial, o acompanhamento do psicólogo e da assistente social, uma vez que não existe uma equipe multidisciplinar na própria Instituição de Acolhimento, disponível para atender as crianças acolhidas.

Na realidade, até o momento da realização desse estudo, o acompanhamento da criança institucionalizada ocorre, somente, por parte da coordenadora pedagógica e dos relatórios elaborados pela mesma, uma vez que a instituição não conta com psicólogo e assistente social.

Sendo que o relatório encaminhado pela coordenadora da instituição é um importante instrumento para embasamento da decisão judicial, sendo que este deveria ser constituído de conteúdos que possam expressar, nas palavras de Bernardi “(...) várias vozes, que falam de diferentes lugares, possibilitando uma maior segurança no momento de difíceis soluções” (2010, p. 145). Seguindo “(...) essa ideia é necessário saber ouvir as crianças para poder entender como elas veem e sentem o mundo que as cerca” (ROSSETTI-FERREIRA *et al*, 2011, p. 201).

Esse entendimento, além de auxiliar na realização das decisões, contribui para promover espaços de qualidade ao atendimento à criança institucionalizada, uma vez que, além de vivenciarem as dificuldades pelo rompimento dos vínculos familiares, se deparam, muitas vezes, com longos processos judiciais, vinculando-as ainda mais a situação de institucionalização.

Diante disso, os participantes foram questionados sobre as condições de melhoria para o atendimento das crianças acolhidas.

Os trechos abaixo descrevem, na visão das pessoas envolvidas indiretamente com a Instituição, as necessidades de melhorias:

“Primeiro, já melhorou muito (...). Talvez o que precisa ser melhorado é o atendimento antes de chegar numa situação em que a criança tem que ser tirada de casa. Acho que é fundamental que a família seja assistida na própria casa, ou a criança na própria escola. Tentar fazer com que essa sequencial, que acaba culminando com a retirada da criança do lar, não aconteça. Talvez melhorar um pouquinho quando, surge uma denúncia no Conselho Tutelar, (...) no sentido de tentar resolver o problema lá junto à família, alguém pra intermediar. Só que, como não tem ninguém para fazer essa mediação, acaba culminando com a agressão, com a violência em si e aí tem que realmente pela justiça retirar e levar para a Instituição”. (Lucas – gestor da casa de acolhimento).

“O que nós precisamos de maneira urgente, urgentíssima é de uma psicóloga e uma assistente social designada só pra eles. Pra fazer que trabalho? Primeiro: enquanto essas crianças estão lá institucionalizadas, no primeiro momento, nossa primeira tentativa é sempre devolver essas crianças aos pais. A gente nunca visa a punição aos pais no sentido de separar os pais dos filhos. Se tiver que ter punição vai ser uma advertência. Mas, a gente não vai buscar a separação dos pais e dos filhos, salvo claro, em situações catastróficas, aí não tem jeito (...) a nossa primeira ideia é fazer com que essa família reúna condições para receber de volta essas crianças (...). Então, o que eu acho que tem que melhorar, e urgente, na área de criança institucionalizada, assistente social e um psicólogo para ficar só à disposição da Instituição”. (Antônio – representante da promotoria).

“Tem que fazer os políticos tomar vergonha na cara (...) a gente fica lutando sempre, fica pedindo apoio para desenvolver nossas atividades, mas pede pra ver se tem”. (Vera - representante conselho tutelar).

“Bom, um trabalho que a gente pretende desenvolver, que inclusive foi orientação do Tribunal de Justiça, pra que seja desenvolvido em todas as comarcas do estado é um projeto de padrinhos. (...) porque hoje a gente tem pessoas inscritas pra adotar, mas muitas crianças lá do abrigo não estão em condições de ser adotadas porque

ainda se deslumbra a possibilidade de, talvez, elas voltar à convivência com os pais. Então esse projeto padrinhos, voluntárias que... tentem suprir um pouquinho desse carinho, desse amor de pai de mãe é que as crianças têm”. (Luiza – representante do juizado).

Devemos destacar o papel do Conselho Tutelar em nossa sociedade, estes são regidos pela Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, são órgãos permanentes e autônomos, independentes do Poder Judiciário, encarregados pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Suas principais atribuições são receber denúncias de violação dos direitos e orientar e/ou promover medidas de proteção. Diante das denúncias e, sem a existência de políticas públicas que possibilitem a orientação e o acompanhamento das famílias, na maioria das vezes, os conselheiros precisam agir de modo a retirar as crianças de suas famílias e, diante dessa situação, a “única” situação encontrada em nossa cidade é encaminhar os mesmos para a Instituição de Acolhimento.

Mesmo após a retirada da família, a dificuldade de acompanhamento para as crianças e suas famílias de origem continua. Uma vez que a Instituição de Acolhimento estudada não conta com profissionais disponíveis e especializados nas áreas de psicologia e serviço social para essa orientação e acompanhamento.

Assim, as crianças ficam acolhidas até que a “situação seja resolvida” retornando para a família de origem, onde, por muitas vezes e por relatos existentes nos prontuários das crianças, as situações de abandono, exploração, negligência, maus tratos voltam a acontecer, tendo as crianças que retornarem para a instituição de acolhimento.

Diante dessa realidade, vivenciada não somente pela instituição de acolhimento estudada, mas pela maioria das instituições em nosso país, a justiça cria o projeto de apadrinhamento que visa acompanhar as crianças que são acolhidas na instituição, podendo estes auxiliar e acompanhar o desenvolvimento da criança acolhida. Entretanto, até o momento da realização desse estudo, essa prática não estava ocorrendo em nossa cidade.

É destacada ainda, a importância e a necessidade de reestruturação junto ao Conselho Tutelar para que os mesmos possam realizar atividades de mediação entre as famílias e seus filhos. A necessidade da presença de psicólogo e assistente social, na instituição, para dar atenção exclusiva aos interesses das crianças institucionalizadas e suas famílias.

Há necessidade do poder público – federal, estadual municipal - desenvolver ações que auxiliem as famílias, ou seja, há necessidade da criação de estratégias que possibilitem a estruturação da família, seja antes ou após a retirada das crianças da casa onde convivem com os pais. Isso nos remete a uma questão social uma vez que essas Instituições só existem por não haver em nosso país políticas públicas voltadas a essas situações.

De acordo com Paulo (2012), as políticas de atenção a crianças precisam estar articuladas com ações de ajuda às famílias para evitar a institucionalização ou abreviá-la quando se mostrar excepcionalmente necessária e a capacidade da família de desempenhar plenamente suas responsabilidades e funções está ligada ao seu acesso à saúde, educação, trabalho e demais direitos sociais.

Quando questionadas sobre as condições que poderiam ocorrer para melhoria do atendimento às crianças, as cuidadoras responderam:

“Já tá bom, mas dá pra ficar melhor ainda, o que eles gosta muito, pede muito, seria uma piscina”. (Clara - cuidadora).

“Nada. Tá tranquilo”. (Rosa - cuidadora).

“Eu acho que eles já têm o que é preciso!” (Mara - cuidadora).

Nas falas das cuidadoras não há um conceito claro do papel que desempenham e nem a percepção da necessidade de melhorias junto à instituição ou da criação de ambiente mais “acolhedor” nem quanto às questões físicas, emocionais e/ou afetivas. Exceto Rosa que fala sobre questão física, ou seja, o desejo “das crianças” de uma piscina. Isso nos reporta à percepções e comentários

anteriores em relação à falta de conhecimento, apresentada pelas mesmas sobre desenvolvimento das crianças, especialmente das crianças acolhidas.

Nesse contexto, ao falarmos da dinâmica da criança dentro da instituição de acolhimento, é inegável o papel das cuidadoras, pelo fato de que, além de cuidar elas os acompanham. São elas que passam a maior parte do tempo com as crianças, podendo criar um ambiente que possibilite a expressão de sentimentos, que estas falem sobre si por meio das brincadeiras, ações e diálogos.

Sendo assim, essas profissionais têm papel e função fundamentais dentro da instituição, pois lidam diretamente com as crianças, estão mais próximos, acompanham o desenvolvimento e aquisições de cada criança de forma mais direta e permanente. (Vectore e Carvalho, 2008) tornando evidente, a necessidade de desenvolver ações para intensificar a importância e a necessidade de conhecimentos sobre desenvolvimento humano, as “carências” apresentadas pelas crianças acolhidas e o papel das cuidadoras no ambiente de acolhimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] Criança, que é rima da esperança [...]. De um dia que há de chegar [...]. E o mundo acordar e te olhar!

José Marinho Paulo (1967).

Podemos afirmar que a busca pela compreensão de como ocorre o desenvolvimento da criança institucionalizada, resguardando seus direitos enquanto criança, exigiu um olhar para a diversidade e para a complexidade que envolve a temática. Tal olhar permitiu a constatação da existência de condições no que tange ao atendimento do desenvolvimento físico. As condições sociais e afetivas devem receber uma atenção especial por parte dos gestores, do poder judiciário e demais envolvidos com a Instituição, uma vez que estas encontram-se falhas diante da realidade apresentada e da legislação vigente em nosso país.

Em nossa análise, podemos compreender a conjuntura da qual as crianças são retiradas antes da chegada à Instituição de Acolhimento, sendo o contexto marcado pelas agressões, tanto para com as crianças como para as demais pessoas que vivem na casa, abandono, negligência e, em alguns casos, exploração sexual.

Ressaltamos que a abordagem da família pelos órgãos competentes e a falta de políticas públicas contribuem para o afastamento da família, na medida em que, muitas vezes, tal ação parte do pressuposto de que esta é incapaz, naquele momento, para cuidar dos filhos. Sendo que a reestruturação familiar envolve aspectos complexos, relacionados à superação de fatores difíceis de resolver a curto prazo, como o desemprego e a dependência de drogas e álcool, por exemplo, e que demandam muito mais da coordenação de outras políticas públicas do que do esforço isolado das próprias instituições de acolhimento.

Convém destacar que estas entidades podem e devem realizar ações de valorização da família, enfatizando a necessidade de uma equipe multiprofissional que possa apoiar e acompanhar os processos e o retorno ou realocação das crianças em famílias, bem como, criar um espaço onde as crianças possam ter a oportunidade de falar, questionar e exprimir seus desejos, dificuldades e ansiedades.

A análise do material nos permitiu afirmar que a relação existente entre a legislação e a prática contribui para o afastamento e a diluição dos laços afetivos da criança para com a família. Isto ainda pode influenciar na dinâmica da instituição, já que a criança pode apresentar problemas afetivos e comportamentais, resultantes do ambiente familiar e da forma como vivem na instituição.

O ambiente oferecido nas casas de acolhimento deve ser acolhedor e ter aspecto semelhante ao de uma residência, mantendo um corpo de profissionais capacitados para o exercício das atividades de acompanhamento das crianças e das suas famílias. Na casa de acolhimento estudada, embora seja notória a melhoria nas atividades desenvolvidas, sejam elas físicas ou de cuidado, ainda se percebe que a prática difere daquilo que se busca como ideal. Uma vez que, conforme descrito, existe a falta de profissionais preparados para cuidar e acompanhar as crianças.

Acreditamos que na nossa sociedade, assim como na instituição alvo da pesquisa, existe adoção de sentidos e práticas que ora direcionam para a proteção da criança e ora para a ação de sentidos e práticas que direcionam para a vitimização da infância. Tal embate seria resultado de velhas e novas concepções relacionadas à infância. Dentre as práticas de proteção podemos citar o cuidado com a segurança física das crianças quando descrevemos o ambiente totalmente cercado. Por outro lado, isso pode ser analisado como espaço fechado que dificulta ainda mais o contato da criança com a sociedade.

Possibilitou evidenciar a forma como são cuidadas e a rotina existente na Instituição de Acolhimento, ou seja, o local é organizado com regras e normas que devem ser seguidas por todas as crianças e possibilitou identificar que as necessidades físicas e biológicas são atendidas, proporcionando conforto, saúde física e bem-estar para as crianças.

Ao mesmo tempo, apontamos como as relações estabelecidas pelas cuidadoras, famílias e órgãos de proteção podem contribuir para o afastamento das crianças de suas famílias e a demora no retorno ou a realocação em outra família, pois serão estes que irão possibilitar uma infância feliz e a formação de indivíduos equilibrados.

Observamos, ainda, que os sentidos comuns estariam canalizados e influenciados, justificando a forma como as cuidadoras lidam na chegada das crianças na instituição, bem como a forma de lidar com elas naquele ambiente.

Pontuamos que o presente estudo pareceu nos indicar a prevalência de sentidos que servem para manter a relação de poder do adulto em relação à criança, especialmente no meio familiar. Muitas dessas crianças foram vítimas de abusos, negligências, abandono e, nesse contexto, enfatizamos a necessidade de planejarmos ações eficazes de enfrentamento dessa realidade, para que criança seja “liberta” dessa forma de vitimização nos ambientes por ela vivenciados, incluindo a Instituição de Acolhimento e, especialmente, sua família. Sendo que a criança sempre é retirada do ambiente familiar, ou seja, ela é vítima das relações criadas pelos adultos e ainda precisa ser retirada do meio familiar, ao invés de ocorrer a retirada da pessoa que lhe oferece ameaças.

Assim, ressaltamos que a sociedade e, sobretudo, as instituições que lidam com a infância, devem refletir sobre quais valores estão sendo pontuados e como suas práticas vêm contribuindo para manter o processo de desenvolvimento infantil nesses ambientes que são espaços de desenvolvimentos para crianças, independente do tempo que aí permanecem.

Na instituição participante do estudo, destaca-se a necessidade de atenção quanto ao treinamento e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas cuidadoras, apoio e acompanhamento dos casos por profissionais de psicologia, serviço social e pedagogia, nas ações que visem tanto o desenvolvimento dentro da instituição, como em atividades que possam estar inserindo as crianças na sociedade, na tentativa de desconstruir preconceitos existentes e de evitar atitudes de exclusão em relação a criança acolhida.

Faz-se necessário, ainda, um acompanhamento quanto à inserção das crianças nas famílias de origem ou substitutas, uma vez que a Instituição está aberta para as visitas da comunidade, sem restrições, nos finais de semana. No entanto, devemos destacar a necessidade de políticas públicas que possibilitem a qualificação dos profissionais que estarão desempenhando as funções, tanto na casa de acolhimento com os cuidados, como de todo o corpo de profissionais que desempenhará o acompanhamento das crianças.

Também se faz necessário um acompanhamento junto às crianças que não apresentam perspectivas e possibilidades para a adoção e nem de retorno para a família de origem. Trazendo elas para a realidade que, infelizmente, as cerca e trabalhar com as mesmas as possibilidades existentes, além da adoção ou retorno para a família de origem, demonstrando as alternativas para que construam suas próprias histórias, suas famílias e vida profissional.

Pois, se por um lado, a criança está em situação de risco, por outro lado, a sua retirada pode significar o afastamento da família, intensificando o sentimento de rejeição, o sentimento de abandono, o sentimento de ser excluído e estar numa situação diferente de todas as outras crianças que possuem uma família.

O processo de exclusão social, vivenciado por milhares de famílias brasileiras acaba por refletir e determinar situações de risco social e pessoal no cotidiano de muitas crianças brasileiras e que interferem no desenvolvimento e crescimento das mesmas, especialmente quando da retirada de casa. Essas crianças, vítimas de uma realidade social desfavorecida e desassistida, além de sofrer com a retirada de casa e o afastamento dos familiares, precisa lidar com o estigma de não ter uma família, não ter pai e mãe, que foi abandonada e, ainda, que sua casa, o lugar no qual reside, é chamado “popularmente” de “orfanato”.

Assim, propõe-se um papel de inclusão, que para ser exercido necessita, por vezes, da aplicação das políticas públicas, da desconstrução de preconceitos, a aceitação da realidade apresentada por essas crianças, a contemplação das individualidades, o que poderia facilitar a negociação de papéis e a construção de novos significados para a criança acolhida.

Por fim, as entrevistas com as cuidadoras permitiram identificar as relações constitutivas entre estas e as crianças, clima afetivo e o respeito existente entre eles.

A construção dos dados junto ao gestor, representante do Juizado e Promotoria da Infância e da Juventude nos oportunizou perceber que a Instituição é vista como um espaço necessário para o acolhimento, temporário ou não, das crianças e adolescentes em situação de risco. E que a criança é concebida como um ser que necessita de cuidados especiais sendo que, os cuidados físicos e biológicos são garantidos pela Instituição verificar que as necessidades de afeto e atenção não podem ser satisfeitas pelas cuidadoras, as quais são funções exclusivas dos pais.

As observações realizadas no local nos possibilitaram perceber as instalações físicas e a organização do ambiente de uma forma geral, o que contribui para o desenvolvimento físico das mesmas.

Diante de todo o exposto, se faz necessário salientar que a análise dos documentos sobre o histórico e a legislação que rege a Instituição nos permitiu conhecer e identificar de forma clara a organização da instituição, a forma como é mantida e a sua evolução ao longo dos anos. Esta análise, também, nos aproximou da história de vida das crianças que participaram do estudo. Destarte, acreditamos que estudos cuidadosos devam ser continuamente empreendidos de modo a possibilitar uma melhor compreensão do fenômeno em toda a sua extensão e sutilezas e, assim, contribuir para um atendimento de qualidade no âmbito institucional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMAD. L. A. S., **Um breve Histórico da Infância e da Instituição de Educação Infantil**. P@rtes (São Paulo). V.00 p.eletrônica. Junho de 2009. Disponível em <www.partes.com.br/educacao/historicoinfanzia.asp>. Alteração em Assembleia Geral Ordinária no dia 10/12/2008.

ARAUJO. J.C.S., (Org.). *A infância na modernidade: entre a educação e o trabalho*. 2007.

ARIÉS. P., **História social da infância e da família**. Tradução Dora Flaksman. Rio de Janeiro, Guanabara, 1981.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS (AMB). **Adoção passo a passo. Mude um destino**. Disponível o seguinte site em evidência: http://issuu.com/alerj/docs/cartilha_1_. 2011.

BACHELARD. G., **A Poética do Espaço**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BAPTISTA. Myrian Vera - representante conselho tutelars (coord). **Abrigo: comunidade de acolhida e socio educação**. São Paulo : Instituto Camargo Corria, 2006. (Coletânea abrigar, 1).

BASIL, **Lei n. 8.069, de 13 de junho de 1990**. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília-DF, 1990.

BAUMAN. Z., **Vidas desperdicadas**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAZÍLIO. L C.; KRAMER, S., **Infância, educação e Direitos Humanos**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BERGER. M. V. B., **Aspectos históricos e educacionais dos abrigos de crianças e adolescentes: a formação do educador e o acompanhamento dos abrigados**. *Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.18, pp. 170 - 185 jun. 2005 - ISSN: 1676-2584*.

BERNARDI. D. C. F., **Cada caso é um caso: estudos de caso, projetos de atendimento**. 1 ed. São Paulo : Associação Fazendo História : NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. (Coleção Abrigos em Movimento).

BOCK. A. M., (*el at*). **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BOWLBY. J., **Cuidados maternos e saúde mental**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional de 05 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de nº 1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas Emendas Constitucionais de Revisão de nº 1 a 6, de 1994, - 17. Brasília: 405 p. (Série Textos Básicos, n. 25). 1988.

BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, **Lei n 7.644, de 18 de dezembro de 1987**. Dispõe sobre a Regulamentação da Atividade de Mãe Social e dá outras Providências. Disponível no seguinte site supra: http://www.dji.com.br/leis_ordinarias/1987-007644/1987-007644-.htm. Acessado em janeiro de 2013.

BRASIL, **LEI n. 12.010 de 3 de agosto de 2009**.

BRASIL, **LEI n. 4.513, DE 1º DE DEZEMBRO DE 1964**.

BRASIL, *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências. Diário Oficial da União, 13 jul. 1990. Disponível no seguinte site em evidência citado: < <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L8069.htm>>. Acessado em agosto de 2011.

BRASIL, **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília: junho 2009. Disponível no seguinte site em destaque: www.mds.gov.br/cnas/capacitacao-e-boas-praticas.

BRASIL, Presidência da República. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Brasília-DF: Conanda, 2006.

BUENO, S. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FDT. 2007.

CÂMARA. L.T., **Estatuto da Criança e do Adolescente: 10 anos - Avanços e Dificuldades**. www.trt13.gov.br/revista/leoncio.htm. Acesso em agosto de 2011.

CARVALHO. M. do C. B. de., *et al* (org.). **A Família Contemporânea em Debate**. 2. ed. São Paulo: Educ/Cortez, 1995.

CAVALCANTE. L.I.C., MAGALHAES, C.M.C. & PONTES, F.A.R. **Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento**. Atetheia. 2005. pp. 20-34.

CINTRA. A. L., SOUZA. M. de., *Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento*. Revista Mal-estar e Subjetividade. Fortaleza. Vol. X. n. 03. pp. 809-833, set/2010.

CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social). **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Texto Resolução n. 109, Brasília-DF. 2009.

CRAIDY. C. M., (org.) **Educação Infantil pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

CRAIDY. C. M., **Educação Infantil e as Novas Definições da Legislação**. In: CRAIDY. Carmem; KAERCHER, Gládis E. (orgs.). *Educação DP&A*, 2005.

CUNEO. M., **Abrigamento prolongado: os filhos do esquecimento**. Rio de Janeiro: IBRAPE, 2007.

DEL PRIORE. M., **História das Crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo : Contexto, 2000.

DUARTE. N., **A Individualidade Para-Si**: Contribuição a uma formação histórico-social da formação do indivíduo. Campinas: Autores Associados, 1993.

DUARTE. N., **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski**. Campinas: Autores Associados, 2001.

ESTATUTO SOCIAL. **CENTRO SOCIAL MENINO JESUS DE SINOP-MT**. 2008.

FARIAS. M. de O., MAIA, A. C. B., **Adoção por homossexuais**. A família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica. Curitiba: Juruá. pp. 95-106. 2012.

FLORENTINO. M.; GÓES, J., *Crianças escravas, crianças dos escravos*. In: DEL

GIL. A. C., **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Perspectiva: São Paulo. 1999.

GRUBITS, S. A. Casa: Cultura e sociedade na expressão do desenho infantil. **Revista: Psicologia em Estudo**, vol. 8, 2003, pp. 97-105.

GRUBITS, S. Identidade e identificação: construção do ser social e da cidadania. **Psic- revista de psicologia da Editora Vetor**. n. 1, v. 3, p. 80-93, 2000.

GUARA, I.M.F.R., **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**. In: M.V. Baptista., (coord.) **Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa. (Coletânea Abrigar, 1) 2006.

HEYWOOD. C., **Uma história da infância: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO. **Centro Social Menino Jesus de Sinop-MT. Documentação do acervo institucional**. 2011. (Texto mimeo).

KAPPEL, D. B.; AQUINO, L. M. L. de.; VASCONCELLOS. V. M. R. de., **Infância e políticas de educação infantil: início do século XXI**. In: Vera - representante conselho tutelar Maria R. VASCONCELLOS (Org.). *Educação da infância: história e política*. Rio de Janeiro: DP& A, 2005. pp. 117-146.

Klaus, M. H., Kennell, J. H. & Klaus, P. H. (2000). *Vínculo: construindo as bases para um apego seguro e para a independência*. (M. R. Hofmeister, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Originalmente publicado em 1995).

KRAMER. S., (Org.). **Com a Pré-escola nas mãos: Uma alternativa curricular para a educação infantil**. São Paulo: Ática, 1991

LAKATOS. E. M., MARCONI, M. de A., **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEONTIEV. A. N., **O Desenvolvimento do Psiquismo**. Lisboa: Livros Horizontes, 1978b.

LIMA. L. P. de., **A Educação Infantil diante da violência doméstica contra a criança: compreendendo sentidos e práticas**. Ribeirão Preto - SP, 2008. Dissertação Mestrado.

LOPES. J.J.M., Grumetes, pajens, órfãos do rei...e outras crianças migrantes. *In*: V. VASCONCELLOS (coord.) **Educação da Infância: história e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LURIA. A. R., **Curso de Psicologia Geral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2 ed. Vol 1. N. 3. 1991 a. (Civilização Brasileira).

MARCÍLIO. M.L., **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec. 1998.

MARCÍLIO. M.L., Marginalidade, pobreza e abandono de crianças no Brasil: séculos XVIII e XIX. **Revista de Ciências Históricas**. Universidade Portucalense, vol. 11, pp. 163-173. 1996.

MINAYO, C. de S. SANCHES. O., Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, vol. 9 n. 3, pp. 239-262, jul/set, 1993.

MINAYO. M. C. S., **O desafio da pesquisa social**. *In*: Cecília de S. Sanches Minayo (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. pp. 9-29. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOLON. S. I., **Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

NEVES. J. L., Pesquisa Qualitativa: Características, usos e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa em Administração**. V. 1. n. 3. São Paulo, 2º sem./1996. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>. Acessado em janeiro de 2012.

NOGUEIRA. P. C., COSTA. L. F., **A criança, a mãe social e o abrigo: limites e possibilidades**. *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*. Vol. 15, n. 3, pp. 36-48. 2005.

OLIVEIRA. R. C., **A história começa a ser revelada: panorama atual do abrigamento no Brasil. Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação**. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006 (Coletânea Abrigar: 01).

OLIVEIRA. S. V. de., *et al.* A Vinculação Afetiva para Crianças Institucionalizadas à Espera de Adoção. **Ver. Psicologia Ciência e Profissão**. Vol. 30, n. 1, pp.62-84. 2010.

OLIVEIRA. Z. de M. R. de., **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ORIONTE. I. e, SOUZA, S. M. G., **O significado do abandono para crianças institucionalizadas**. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)* [online] vol. n.11, n.17, pp. 29-46, 2005. ISSN 1677-1168.

PARDAL. M., O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. V. VASCONCELLOS (org.). **Educação da Infância: história e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PASSETTI. E., Crianças carentes e políticas públicas. *In: DEL PRIORE (Org.). História das Crianças no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

PAULO. B. M., **Psicologia na Prática Jurídica: a criança em foco**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

POLIT. D. F.; BECK. C. T.; HUNGLER. B. P., **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PRESTES. A. B., **Ao Abrigo da Família: emoções, cotidiano e relações em instituições de abrigo de crianças e adolescentes em situação de risco social e familiar**. 1 ed. Curitiba/PR: CRV. *Psicologia em Estudo*, pp. 97-105, vol. 8. 2011.

PRIORE. M., (Org.). **História das Crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

REIS. J. R. T., **Família, emoção e ideologia**. *In: Lane Silvia, Wanderley Codo (Orgs.). Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

RIZZINI. I.. **O século Perdido: raízes históricas das Políticas para infância no Brasil**. 2. ed. ver. São Paulo: Cortez, 2008.

ROSSETTI-FERREIRA. M. C., *et al.* **Desafios metodológicos na perspectiva da rede de significações**. *Cadernos de pesquisa*. São Paulo, pp. 147-170, v. n. 38, n. 133, jan/abr. 2008.

ROSSETTI-FERREIRA. M. C., *et al.* **O acolhimento institucional na perspectiva da criança**. São Paulo: HUCITEC, 2011.

ROSSETTI-FERREIRA. M. C., *et al.* **Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTOS. J. D. F. dos., **As diferentes concepções de infância e adolescência na trajetória histórica do Brasil**. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, pp. 224-238, dez. 2007.

SILVA. D. M. P. da., **Psicologia jurídica no processo civil brasileiro: a interface da psicologia com o direito nas questões de família e infância**. Rio de Janeiro: Forense, 2009. pp. 204-205.

SILVA. E. R. A. da., AQUINO. L. M. C. de., **OS ABRIGOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA.** Rev. políticas sociais - acompanhamento e análise. 11 ago. 2005. Disponível no seguinte site em evidência abaixo citado: www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/.../ENSAIO3_Enid.pdf.

SILVA. E. R. A., da (Coord.). **Direito à convivência familiar comunitária: abrigos para crianças e adolescentes no Brasil.** Brasília: IPEA/CONANDA. 2004.

SILVA. M. H. D., **Crianças e jovens a cargo das instituições: Riscos reversíveis e irreversíveis.** Em M.H.D. Silva., A. C., Fonseca. L. A., M.M. Vilar. (Eds.), Crianças e jovens em risco: da investigação à intervenção. Coimbra: Almeida, 2004, pp. 83-113.

SILVA. R. da., **Do abrigo à família.** Rio de Janeiro: Terra dos Homens. 2002.

VECTORE. C., e CARVALHO. C., **Um olhar sobre o abrigamento: a importância dos** vínculos em contexto de abrigo. Revista Semestral da Assoc. Brasileira de Psicol. Esc. Educ. (ABRAPEE). pp. 441-449, Vol 12. n. 2. Julho/dezembro 2008.

VENÂNCIO. R. P., **Famílias abandonadas.** Campinas, SP: Papyrus, 1999.

VICENTE. C. M., **Abrigos: desafios e perspectivas.** Acesso: 13 set. 2006. Disponível no seguinte site: www.cefit.org/trabtemas/abandono1.htm. 2006.

VYGOTSKY. L. S., **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins, 1987.

ANEXO 1: Termo de consentimento

Prezado Sr. **JOÃO CARLOS GIRARDI**
Gestor do Centro Social Menino Jesus de Sinop-MT

Venho por meio desta, informar sobre a pesquisa intitulada: "**Crianças em situação de Acolhimento Institucional na Cidade de Sinop-MT: um estudo sócio-histórico**", que tem como proposta a realização de um estudo sobre vivências de crianças e adolescentes em situação de Acolhimento Institucional, sendo requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco, sob a orientação da professora Dra. Luciane.

O objetivo desta pesquisa é compreender como a Instituição de Acolhimento de Sinop-MT tem contribuído no acolhimento e para o desenvolvimento da "criança acolhida" resguardando seus direitos, enquanto criança e adolescente.

Para tal, utilizaremos de realizada entrevista aberta, que se será gravada e depois transcrita com autorização prévia dos participantes, não existindo riscos ou desconfortos associados a este projeto. Pois, todos os preceitos de normas de pesquisa com seres humanos serão seguidos, conforme a resolução 196/96.

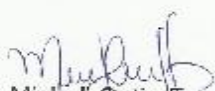
Os participantes e a Instituição terão garantido seu anonimato e não serão remunerados financeiramente pela sua participação neste estudo, autorizando a publicação dos resultados obtidos.

Tendo sido explicitados o objetivo e a metodologia da pesquisa em questão, solicito a autorização para realização das entrevistas no espaço físico da Instituição, bem como a seleção dos sujeitos a serem entrevistados dentre aqueles nela atendidos, sendo três colaboradores e três crianças.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos. (66)9999-9642

Sinop, 07 de julho de 2012

Atenciosamente

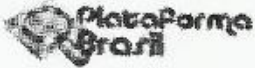

Michell Catia Favaretto
Aluna do Mestrado

*EU ESTOU DE ACORDO
COM A PESQUISA.*


João Carlos Girardi
Diretor

32.944.423/0001-56
**CENTRO SOCIAL MENINO JESUS
DE SINOP**
Rodovia BR 163 Km 015
Cidade 78000-000 - SINOP - MATO GROSSO

ANEXO 2: Autorização CEP

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO		
PROJETO DE PESQUISA		
Título: CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA CIDADE DE SINOP-MT: UM ESTUDO SÓCIO-HISTÓRICO		
Área Temática:		
Versão: 1		
CAAE: 05183512.2.0000.5162		
Pesquisador: MICHELI CATIA FAVARETTO		
Instituição: Universidade Católica Dom Bosco		
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP		
Número do Parecer: 93.118		
Data da Relatoria: 30/08/2012		
Apresentação do Projeto:		
A relatoria não vê riscos para as partes envolvidas na pesquisa		
Objetivo da Pesquisa:		
Avaliar o papel institucional no acolhimentos de adolescentes em centro especializado		
Avaliação dos Riscos e Benefícios:		
Os benefícios são potencialmente grandes e podem representar auxílio aos adolescentes, seus familiares e aos profissionais envolvidos com o trabalho.		
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:		
A pesquisa é relevante do ponto de vista psicológico e social. Nota-se que a proponente ainda carece de maturação redacional, o que se espera ocorrer com a redação do relatório respectivo. Confunde hipótese com problema, sem no entanto prejudicar a proposta de pesquisa.		
Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:		
Estão corretos		
Recomendações:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar hipótese como sentença afirmativa e não como pergunta 2. Organizar melhor as REFERÊNCIAS 		
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadaptações:		
A proposta de pesquisa pode ser aprovada, em nada contrária a Res. 196/96		
Situação do Parecer:		
Aprovado		
<p>Endereço: Av. Temandara, 8000 Bairro: Jardim Senário CEP: 79.117-900 UF: MS Município: CAMPO GRANDE Telefone: (673)312-3479 Fax: (673)312-3349 E-mail: pesq_saejus@ucdb.br; clinet@ucdb.br; ccsa@ucdb.br</p>		

UNIVERSIDADE CATÓLICA
DOM BOSCO



Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O COLEGIADO ACOMPANHA O VOTO DO RELATOR.

CAMPO GRANDE, 10 de Setembro de 2012

Assinado por:
Márcio Luis Costa

Endereço: Av. Tamandaré, 8000
Bairro: Jardim Seminário CEP: 79.117-900
UF: MS Município: CAMPO GRANDE
Telefone: (873)312-3479 Fax: (873)312-3349 E-mail: posquisapos@ucdb.br clainetbarbosa@ucdb.br

APÊNDICE

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1- Entrevistas com educadores

Dados de identificação

Data: ___/___/___

Horário: _____

Sexo: () masculino () feminino

Idade: _____

Escolaridade: _____

Questões

- 1- O que a instituição representa para o (a) senhor (a)?
- 2- Quando as crianças chegam à instituição, como elas são recepcionadas?
- 3- Como o (a) senhor (a) concebe as crianças que vivem aqui?
- 4- Como é a rotina das crianças?
- 5- O que o (a) senhor (a) acredita que poderia ser feito para melhorar as condições de desenvolvimento infantil das crianças que vivem aqui?
- 6- O (a) senhor (a) tem alguma sugestão para melhorias nesta instituição?

APÊNDICE B: Entrevista com: Gestor, representante do Juizado da Infância e da Juventude, representante da Promotoria da Infância e Adolescência, representante do Conselho Tutelar

Dados de identificação

Data: ___/___/___

Horário: _____

Sexo: () masculino () feminino

Idade: _____

Escolaridade: _____

Questões

- 1- O que a instituição representa para o (a) senhor (a)?
- 2- Como ocorre a retirada das crianças do meio familiar?
- 3- Qual é o acompanhamento, do seu setor, para as crianças que vivem na instituição após o acolhimento?
- 4- Qual a concepção que o (a) senhor (a) tem da criança acolhida?
- 5- O que o (a) Senhor (a) acredita que poderia ser feito para melhorar a rede de atendimento à Infância?
- 6- Em sua opinião como é o desenvolvimento infantil das crianças que vivem em situação de acolhimento?
- 7- O que poderíamos fazer para amenizar os problemas vivenciados pelas crianças em situação de acolhimento nesta instituição?
- 8- O (a) senhor (a) tem acompanhado os processos de adoção, a partir de casa acolhida? (somente juiz)

APÊNDICE C: Crianças que vivem na instituição**Dados de identificação**

Data: ___/___/___

Horário: _____

Sexo: () masculino () feminino

Idade: _____

Escolaridade: _____

Tempo em que vive na instituição:

Questões

- 1- Você sabe como veio para cá? Como aconteceu?
- 2- Você quer contar um pouco da sua história?
- 3- Quando você chegou aqui, como foi?
- 4- O que você faz no seu dia a dia? Fale sobre sua rotina.
- 5- Como é essa “casa” para você?
- 6- O que você mais gosta de fazer? O que você menos gosta?
- 7- O que você mais deseja? O que você mais gostaria hoje?
- 8- De quem você mais gosta aqui e por quê? De quem você menos gosta e por quê?
- 9- Como você se sente quando alguma criança chega para morar aqui? E, quando uma criança vai embora?

APÊNDICE D: Agrupamento das respostas das crianças

<p>Você quer contar um pouco da sua história?</p>	<p>João:</p> <p>Sou João, tenho oito anos. Estudo, moro aqui acho que tem uns seis meses. Minha Irma também mora aqui.</p>
	<p>Pedro:</p> <p>Tenho 12 anos, to aqui tem três meses e quinze dias. Tenho um irmão de quatro anos, que mora com minha mãe. Mas agora deve tá na creche. Morei sitio um ano assim mais ou menos, com meus avôs porque minha mãe não me que.</p>
	<p>Maria:</p> <p>Tenho 11 anos, tem um irmão meu que veio comigo e mora aqui. Eu morava com a mãe, pai e avó. Só meu pai trabalhava.</p>
<p>Você sabe como veio para cá? Como aconteceu?</p>	<p>JOÃO:</p> <p>Meu pai brigou com a minha mãe porque ele bebeu, bateu na minha mãe e também ele tava muito bêbado aí depois que a minha mãe “coisou” né, minha mãe fugiu, aí depois ele foi lá voltou aí a polícia parou lá perto da padaria, aí depois ele levou a gente pra cá.</p>
	<p>Pedro:</p> <p>É que a minha mãe não queria mais eu. Ai o conselho me levou para meus avôs. Que era meus avós que tavam com minha guarda. Porque eu tava morando com a minha mãe sem ela tá com a guarda, se eu ficasse mais um mês lá minha mãe ia presa, daí o conselho me trouxe eu pro sítio. Minha avó morreu e vim pra cá.</p>

	<p>Maria: Aconteceu uma briga á em casa e a gente veio para cá. Com a minha mãe e com os “homem” lá.</p>
<p>Quando você chegou aqui, como foi?</p>	<p>João:</p> <p>Não conhecia ninguém. A tia Sirlei, me recebeu. Primeiro eu conheci o Maiquel e o Eminem só, que depois eles foram embora.</p>
	<p>Pedro:</p> <p>Não sei, eu tava muito empolgado pra brincar nas coisas, eu nem consegui dormir quando eu cheguei aqui no primeiro dia.</p>
	<p>Maria:</p> <p>Fiz amizade. A Janaina me recebe, mostrou a casa eu me senti bem. Foi legal, foi ótimo.</p>
<p>O que você faz no seu dia a dia? Fale sobre sua rotina.</p>	<p>João:</p> <p>Vamos na escola. É... às vezes no sábado a gente tem visita e fica aqui, aí no domingo a gente lancha, fica aqui até... aí a gente dorme.</p> <p>Sim, limpar o pátio. Depois, Aí a gente joga um pouquinho. Joguinho, aí depois a gente volta, aí a gente vai tomar banho. Brinca de pega-pega.</p>
	<p>Pedro:</p> <p>Brinco, vem visita visitar nós, vem brincar com nós, pular no pula-pula, essas coisas.</p> <p>Das oito às cinco, fico na escola. Não, a gente almoça lá também, daí tem mais educação de manhã né, então se faz um projeto assim tipo judô, teatro, informática, essas coisas, mais educação, aí sexta educação física, daí tipo de manhã “nóis fica”</p>

	<p>assim, daí depois do almoço “nóis” vamos pra escola, aí é só educação física daí. ‘Nóis varre” o pátio, aí “nóis pega” e entra pra dentro pra tomar banho. “nóis entra” lá pra dentro e espera dar seis horas, daí “nóis janta”, aí depois nós come sobremesa, depois nós sobe lá pra cima, escova os dentes, assiste novela, depois dorme.</p>
<p>Como é essa “casa” para você?</p>	<p>Maria:</p> <p>Nós “brinca” e varre o quintal. Estuda. Nós “brinca” um pouco, depois nós “vai” tomar banho. De bola, de pula-pula e de esconde-esconde. Vai pra dentro, toma banho, janta, assiste e dorme.</p> <p>João:</p> <p>Um pouco bom.</p> <p>Pedro:</p> <p>Legal porque nós tem de tudo, tem roupa, calçado, comida, brinquedo pra brincar.</p> <p>Maria: Bem, ué.</p>
<p>O que você mais gosta de fazer? O que você menos gosta?</p>	<p>Gosta: Brincar. Brincar de pega-pega, massinha.</p> <p>Não gosta: não sei.</p> <p>Pedro:</p> <p>Legal porque nós tem de tudo, tem roupa, calçado, comida, brinquedo pra brincar.</p>

	<p>Maria:</p> <p>Gosta: brincar de pega-pega.</p> <p>Não gosta: hum gosto de fazer tudo.</p>
<p>O que você mais deseja? O que você mais gostaria hoje?</p>	<p>João:</p> <p>Hum... escolher... um serviço.</p>
	<p>Pedro:</p> <p>É... de ir embora daqui. Ir morar com outra pessoa.</p>
	<p>Maria:</p> <p>Não sei (risos). Trabalhar. Ir pra casa da minha madrinha.</p>
<p>De quem você mais gosta aqui e por quê?</p> <p>De quem você menos gosta e por quê?</p>	<p>João:</p> <p>A Tia Rose.</p> <p>Não gosta: Tia Maria, ela “briga”</p>
	<p>Pedro:</p> <p>A tia Sirlei. Ela é legal. Tipo, ela dá brinquedo pra nós, dá calçado pra nós, dá carrinho, dá roupa, essas coisa.</p> <p>Não gosta: A de ninguém, de todo mundo eu gosto.</p>
	<p>Maria:</p> <p>Todas. Mas a tia Sirlei, ela é legal, deixa a gente mexer no computador, no videogame.</p> <p>Não gosta: Gosto de todas.</p>
<p>Como você se sente quando alguma criança chega para morar aqui? E, quando uma criança vai embora?</p>	<p>João:</p> <p>Chega: me sinto bem</p> <p>Vai embora: Triste. Queira ir no lugar deles, voltar a morar com meus pais.</p>

Pedro:

Chega: A normal.

Vai embora: Eu fico triste porque eu queria também ir embora, só que eu não posso, daí tem que esperar.

Esperar o juiz lá fazer não sei o que. To grande, daqui uns dias ninguém vai querer me adotar.

Maria:

Chega: Bem.

Vai embora: Fico triste. É porque faz amizade e vai embora. Fico mal, porque sim.

ANEXO E: Agrupamento das entrevistas das cuidadoras

Dados pessoais das cuidadoras	<p>ROSA:</p> <p>Tem 39 anos de idade. Estudou até a terceira serie do Ensino Fundamental.</p> <p>Trabalho na instituição a aproximadamente 4 anos.</p>
	<p>CLARA:</p> <p>Tem 45 anos, estudou até a quinta serie do Ensino Fundamental.</p> <p>Trabalha na instituição há 2 anos.</p>
	<p>MARA:</p> <p>Tem 36 anos, estudou até a terceira série do Ensino Fundamental.</p> <p>Trabalha na instituição a aproximadamente 3 anos na Instituição.</p>
O que a instituição representa para o (a) senhor (a)?	<p>ROSA:</p> <p>É que nem a minha casa, eu me sinto muito bem aqui, é a mesma coisa de eu estar em casa. É muito importante, eu acho muito legal trabalhar aqui.</p>
	<p>CLARA:</p> <p>É assim muito importante né para as crianças ficar aqui, a gente cuida muito bem delas.</p>

	<p>MARA:</p> <p>Eu acho mais importante as criança né, tem que dar carinho pra eles né, dá educação, que eles não teve né, a gente tem que ser uma mãe aqui né, pra eles, a gente cuida deles com carinho, com amor, com tudo, é a mesma coisa de casa né.</p>
<p>Quando as crianças chegam à instituição, como elas são recepcionadas?</p>	<p>ROSA:</p> <p>A gente recebe elas muito bem recebida, conversa com elas, a gente fica assim meio assustada, daí a gente fala assim não fica assustada porque aqui a gente não vai maltratar vocês, o que a gente vai fazer, vai cuidar de vocês com muito carinho, e sempre a gente tenta receber as crianças com carinho.</p>
	<p>CLARA:</p> <p>Recebem muito carinho. A gente acolhe assim como se fosse o filho da gente. A gente pega eles e leva na casa, mostra tudo, fala como é que funciona, mostra os amiguinhos deles.</p>
	<p>MARA:</p> <p>A a gente conversa bastante com elas né, fala assim ó aqui tem horário pra dormir, tem horário pra almoçar, pra jantar, horário pra assistir, só que assim, a gente conversa e fala não pode fazer isso, na hora que a tia falar que é a hora de dormir vocês vai, daí assim, logo eles pega o ritmo né, basta 3, 4 dias porque vê os outros fazendo né, e logo eles entra no ritmo também.</p>
<p>Como o (a) senhor (a) concebe as crianças que vivem aqui?</p>	<p>ROSA:</p> <p>Uma pessoa bem importante pra mim, são crianças bem importante, como meus filhos. A mesma recepção que eu tenho pelos meus filhos eu tenho por elas, não tem diferença nenhuma.</p>

	<p>CLARA:</p> <p>Como nosso filho.</p>
	<p>MARA:</p> <p>Eu acho assim que eles ficam assim mais a vontade, não é tão a vontade porque você sabe né, longe da mãe e do pai não é bom né, mas só que aqui eles tem de tudo né.</p>
<p>Como é a rotina das crianças?</p>	<p>ROSA:</p> <p>Quando não tá na escola a gente deixa eles no pátio brincando né. Aí depois eles brincam, daí 10:40 a gente leva eles pra dentro, dá banho neles, aí desse pro almoço, aí a gente volta pra casa, escova o dente deles e coloca eles pra dormir. Aí 14:45, a gente acorda eles, lava o rostinho deles, penteia o cabelo deles pra descer pro refeitório pro lanchinho daí. Daí a gente solta eles no pátio pra brincar. Aí eles brinca aqui até 5 e meia por aí, daí a gente recolhe pra dentro, dá o banho neles de novo e vai todo mundo na sala assistindo televisão, aqueles que se comporta né, que se comporta assim na escola, tanto na escola como aqui, daí a gente deixa lá na sala assistindo televisão, agora quem não se comporta a gente fala assim ó: você não se comportou então você vai ficar sentadinho lá na cama, você não se comportou então você não vai ficar na sala assistindo televisão. Todo domingo eles vão na igreja.</p> <p>CLARA: Tem horário pra brincar, pra levantar, pra ir pra escola. Se a gente chama eles pra ajudar, eles ajuda a gente, tipo limpar o pátio, secar uma louça, tipo assim.</p> <p>MARA:</p> <p>Uma parte estuda de manhã. Daí eles pode tomar banho tudo, daí eles vão pra escola. Daí a hora que chega, vai busca e já vai direto pro almoço, que é 11 horas né, daí 1 hora, meio dia, a gente sobe, dá banho neles tudo, manda eles tomar banho, os que</p>

	<p>vai pra escola vão pra escola, e os que fica vão dormir, que daí o lanche só é 3 horas né, aí fala vai dormir pra descansar, até tem um que é meio teimoso não quer dormir né, daí eu falo ó, se você não dormir, vai ficar sem descer para as visita e pro lanche, ah quando olha lá já tá é dormindo, porque tem deles que às vezes não descer pra visita né, aí eles dorme, mas não dá trabalho, é assim porque eles acostuma né, com a rotina.</p>
<p>O que o (a) senhor (a) acredita que poderia ser feito para melhorar as condições de desenvolvimento infantil das crianças que vivem aqui?</p>	<p>ROSA:</p> <p>Já tá bom mas pra ficar mais melhor ainda, eu acho que assim pra eles, o que eles gosta muito, pede muito seria uma piscina né que eles pedem muito, eles falam tia quando que vai arrumar a piscina, eu falo o dia que Deus prometer.</p> <p>CLARA:</p> <p>Nada. Tá tranquilo.</p> <p>MARA:</p> <p>Eu acho que eles já tem o que é preciso né.</p>
<p>O (a) senhor (a) tem alguma sugestão para melhorias nesta instituição?</p>	<p>ROSA: Uma quadra de esporte também seria bom né, porque eles gosta muito de esporte, tanto os meninos quanto as meninas.</p> <p>CLARA:</p> <p>Nada.</p> <p>MARA:</p> <p>Ta bom assim.</p>

ANEXO F: Agrupamento das respostas com: Gestor, Representante do Juizado da Infância e da Juventude, Representante da Promotoria da Infância e Juventude, Representante do Conselho Tutelar.

<p>O que a Instituição representa para o (a) senhor(a)?</p>	<p>LUCAS:</p> <p>É fundamental no cuidado com pessoas, aqueles desamparados, vulneráveis, é quando você pensa o que eu posso fazer pelas pessoas, acho que o Centro Social Menino Jesus é isso, é o que ele faz, não o que ele é como instituição, o que ele faz é: acolhe, aquelas crianças num momento de risco, de vulneráveis, a gente tenta se colocar um pouquinho no lugar dessas crianças, acho que esse é um pouquinho do diferencial, ele é uma ação fundamental quando você tenta dentro do próprio segmento do evangelho, acolher crianças, seguir um pouquinho o projeto de cuidar, igualdade, que os direitos que eu tenho, que cada criança que está lá tenha também, fundamental mas que não deveria existir ao mesmo tempo, então ele representa uma sociedade que ainda tem problemas, que precisam ser resolvidos, isso que ele representa, mas nesse momento representa um local onde a gente pode acolher e cuidar dessas crianças.</p>
	<p>ANTONIO:</p> <p>A instituição é fundamental para assegurar os direitos das crianças que estão em situação de risco e que necessitam ser retirados da família originária, biológica, ou que a própria família biológica abandonou, ela é essencial para acolher essas crianças nessa situação de risco.</p>

	<p>CONSELHO:</p> <p>O que ele representa pra nós conselheiros é mais uma ajuda que a gente possa ter pras crianças que são abandonadas né, que sofre maus tratos e sofrem abandono de incapaz pelos pais.</p> <p>JUIZADO</p> <p>Bom, o Centro Social Menino Jesus, eu considero ele de fundamental importância no auxílio da justiça da infância e juventude com relação as crianças em situação de risco, é graças a existência desta instituição que nós temos condições de acolher as crianças, algumas crianças, quando em situação de risco por negligência, por omissão dos pais, é, questão de maus tratos, de abuso sexual e... enfim, outras práticas que colocam em risco às vezes até a vida né, ou a... o desenvolvimento de crianças né. Então, é de suma importância a existência da entidade para o poder judiciário pra que a gente possa trabalhar em parceria né, o trabalho da instituição com toda a equipe que ele quer que a instituição tem, juntamente com o judiciário pra gente buscar uma solução pra esses casos destas crianças.</p>
<p>Como ocorre a retirada das crianças do meio familiar?</p>	<p>LUCAS:</p> <p>Para a Instituição, não cabe essa retirada, ela é feita via judicial através de oficial de justiça, com inspetores de menores junto com o conselho ou pelo próprio conselho mediante as denúncias, isso cabe a justiça e ao conselho tutelar.</p> <p>ANTONIO:</p> <p>A regra geral é só por ordem judicial, entretanto, alguns casos, é, a criança está sendo tão violentada, de uma maneira tão forte, tão grave, que não dá tempo de fazer o pedido, de passar pro Antonio, pro Antonio analisar, pra decidir e ir pro juiz, então, o Conselho Tutelar mesmo já vai lá e já retira essa criança dessa</p>

situação de risco, já remete pro Centro Social e aí encaminha o caso pra gente fazer a atividade do processo, entrando com a ação contra os pais ou estar devolvendo pros pais no caso da retirada ter sido de maneira precipitada.

CONSELHO:

É feita através de denuncia, quando a denuncia é.. nós vamos até o local pra ver a Vera - representante conselho tutelaridade dos fatos, se for verdadeiro, se não há nenhum parente que a gente possa estar tirando daquela casa e abrigando em nenhum parente daí que o nosso caminho é levar ao Centro Social.

JUIZADO

Bom, depende de cada situação, de cada caso, de cada é circunstância né em que acontece o fato que desencadeia a retirada do meio familiar né. Via de regra, é através do conselho tutelar, porque é o primeiro a ser acionado em caso de maus tratos, de omissão, de negligência, é.. normalmente vizinhos ou conhecidos ou outros familiares que não os pais procuram o conselho tutelar para denunciar situações em que as crianças estão expostas a riscos, e o conselho tutelar uma vez constatando isto e vendo que é uma coisa urgente que não tem é como pedir a autorização judicial, então de imediato já faz a retirada da criança e logo em seguida comunica então a vara da infância pra que a gente possa acompanhar e regularizar juridicamente essa situação da retirada da criança. Eventualmente é... pode ser feito de outra forma, primeiro buscar a autorização do poder judiciário pra depois retirar a criança, mas como eu já disse, via de regra não há um tempo suficiente pra isso né, então o conselho tutelar recebe a denúncia, vai lá, constata o fato que realmente é grave, é urgente e já faz a retirada.

<p>Qual é o acompanhamento, do seu setor, para as crianças que vivem na Instituição?</p>	<p>LUCAS:</p> <p>A sustentabilidade. O que cabe a mim é cuidar pra que a instituição se mantenha do ponto de vista burocrático, que é a relação com a rede de apoio, conselho tutelar, CRAS, CREAS e principalmente de modo especial com o judiciário, esta parte cabe a mim como gestor, fazer toda essa papelada, essa parte burocrática e ao mesmo tempo organizando com a equipe a sobrevivência da instituição, através a angariação de recursos, projetos, campanhas, doações, fazer com que a instituição ela se mantenha, que ela consiga além daqueles convênios que tem com a prefeitura, com o governo municipal, que é só pra parte de pessoal, ela tem todas outras despesas e custos que precisam ser mantidos.</p>
	<p>ANTONIO:</p> <p>Esse acompanhamento, ele tem que ser feito não pela Antonioia, e sim por profissionais da assistência social e da psicologia, no momento essa, nós temos duas grandes falhas no acompanhamento de crianças lá, é essa é sem dúvida uma delas, há um buraco negro nesse meio, porque a gente não tem aqui conhecimento de que esse acompanhamento é feito, em que pés alguns órgãos da prefeitura, se não me falhe a memória, o CREAS, diga que esse acompanhamento é feito, eu não tenho conhecimento, se ele é feito, ele não chega pra mim, ele nunca chegou pra mim, ele só é feito, na verdade, aqueles que chegam pra mim, como a gente emite uma ordem ou através do MP mesmo ou através do judiciário, pra que eles façam o acompanhamento, só que daí, olha, a gente tem que suar pra que ainda assim saia, agora esse acompanhamento de maneira natural, não, esse eu não tenho conhecimento que é feito.</p>

CONSELHO:

O acompanhamento do conselho tutelar é só até aí então, porque assim, a partir do momento que a gente entrega uma criança lá no Centro Social Menino Jesus, é igual o Ministério Público fala pra gente, é um trabalho de formiguinha, você tem que ficar procurando, investigando, é, contatando família pra ver, pra ver o abrigo, porque a criança não vai ficar lá pro resto da vida, você tem que estar sempre trabalhando pra ver se localiza um parente ou pessoas que possa acolhe-las. Se tiver sofrendo maus tratos mesmo, se for um caso que dê pra.. conserto, vamos supor que as vezes foi só aquilo lá, nós vamos tá encaminhando a família pra uma assistente social, porque só uma assistente social e psicóloga que vai analisar, que nós não temos aqui né, não temos perfil, já tamo quase sendo psicóloga assistente social, só falta o curso né, mas aí a gente tá encaminhando a família, se persistir na denuncia aí a gente tira, tem até três tentativas de consertar pela família, se caso não deu certo não encontrou outra família, nenhuma família quer, daí a gente.. o último recurso é retirar.

JUIZADO

Nós temos um acompanhamento direto a vara da infância com a Instituição, então 24 horas depois do acolhimento ou até 24 horas tem que ser comunicado à vara da infância, uma vez recebida essa comunicação, nos já providenciamos o registro no sistema que nós temos que é vinculado ao Conselho Nacional de Justiça, porque o Conselho Nacional de Justiça tem o registro de todas as crianças do Brasil que estão acolhidas, então nós temos que lançar esses dados no sistema, porque tem esse controle de que a criança entrou em tal data, por qual motivo ela entrou, quanto tempo ela fica, então de imediato nós expedimos uma guia de acolhimento. Primeiro eles verificam se o caso é realmente é de deixar ela acolhida, ou é.. se

eventualmente o Conselho Tutelar tomou uma medida que não é adequada, mas então a gente constatando pelo relato do caso de que é isso, então a Vara da Infância vai expedir essa guia de acolhimento pra que fique constando nesse sistema, e o nosso trabalho já tem início ali, acionando a equipe do CREAS do município pra juntamente com a equipe lá do abrigo tá fazendo um plano de atendimento individual para a criança, começando a trabalhar a criança, verificando a questão dos pais, qual foi o motivo né da institucionalização, se tem que ser feito um trabalho com os pais, pra num futuro devolver a criança ou se de repente é um caso tão grave que não vai ser possível devolver né, enfim, daí que tem início então nesse trabalho. E com a equipe também do fórum, nós temos assistente social e psicólogo que vão fazer um estudo mais técnico do que aquele que Conselho Tutelar fez né, porque o Conselho Tutelar faz um relatório simples do que aconteceu, então é feito um estudo por técnicas né da Vara da Infância pra gente saber exatamente qual é a situação.

Qual a concepção que a concepção que o (a) senhor (a) tem da criança acolhida?

LUCAS:

Criança cuidada. Cuidado mesmo, acolher é cuidar, não precisa ser a instituição, quando você acolhe alguém que vem na sua casa, então você cuida, você conversa coisas felizes, você protege, dá pra comparar com uma visita que vem, e você fala pode vim que eu vou te acolher na sua casa, vou querer ele bem. Então criança acolhida, no meu ponto de vista é você querer bem por aquelas pessoas enquanto estão lá, cuidar, proteger, dar o melhor, uma boa alimentação e cuidado.

ANTONIO:

Sem dúvida, uma criança que passa por um órgão como o Centro Social Menino Jesus, ou seja, que é retirada da família, lógico que e;a terá em grau maior ou menor, sequelas psicológicas, lógico, é, agora, de repente são sequelas muito grandes e de repente não

muito grandes, o fato é que ela sai de um meio de um convívio familiar pra viver numa instituição, lógico, que daí por melhor que o pessoal lá possa ser, e aqui desde já fica um elogio pro pessoal que trabalha no Centro Social Menino Jesus, que no meu ponto de vista é a única instituição que funciona em Sinop na área da infância e adolescência e por sinal, uma das mais baratas pro poder público, é, eles lá fazem um grande trabalho, mas por melhor que seja o trabalho deles, eles estão numa instituição, não numa família, então lógico que gera consequências para essas crianças.

CONSELHO: Eu particularmente, eu morro de dó, eu não gosto de retirar, de levar pra lá, porque assim, por pior que a criança esteja na sua casa, mas é o convívio dela, é ali o lugar dela, entendeu? Então, você vai tirar do lugar e levar pra outro diferente, a criança sofre, vai sofrer problemas psicológico, eu tenho dó, eu não retiraria.

JUIZADO

Bom, pra mim criança acolhida é aquela criança que por é.. normalmente por via de regra por um ato negligente ou omissos dos pais ela necessita ser acolhida, ser recebida pelo poder público e ser encaminhada para uma instituição onde ela vai receber aquilo que ela deveria receber dos pais, e é... isso assim.. engloba a questão de que, da nossa obrigação do Poder Público de além de acolher a criança né, buscar saber os motivos, buscar tratar os pais quando necessário, pra que esse acolhimento seja provisório, pra que esse acolhimento seja breve, que dure o menor tempo possível, porque o ideal é que a criança permaneça com a família, com os pais, por mais que o abrigo seja um local onde ela tenha estrutura material, onde ela receba tudo aquilo que ela precisa pra ter um desenvolvimento saudável, o carinho, o afeto e a presença dos pais não é supérfluo.

<p>O que o senhor (a) acredita que poderia ser feito para melhorar a rede de atendimento à infância?</p>	<p>LUCAS:</p> <p>Primeiro, já melhorou muito, se a gente voltar um pouquinho era cada um pra si e parece que uns tinham inveja se outro setor andasse mais, hoje não, hoje tem uma grande afinidade, o fluxo de informação vai muito bem, conselho, instituição, judiciário, Antonioia, o próprio conselho tutelar reestruturado, tá funcionando bem, a assistência social não é a dona mais de tudo que é social, mas faz a parte dela. Talvez o que precisa ser melhorado é o atendimento antes de chegar numa situação em que a criança tem que ser tirada de casa, acho que é fundamental que a família seja assistida na própria casa, ou a criança na própria escola, tentar fazer com que essa sequencial que acaba culminando com a retirada da criança do lar não aconteça. Talvez melhorar um pouquinho quando surge uma denuncia no conselho tutelar, quando surge um vizinho dizendo que tá tendo problema ou essas questão de imprensa que surge dizendo tá maltratando isso e aquilo, que toda rede se concentre no sentido de tentar resolver o problema lá junto a família, as vezes é alguém pra intermediar só e que como não tem ninguém para fazer essa mediação, acaba culminando com a agressão, com a violência em si e aí tem que realmente pela justiça retirar e levar para a Instituição.</p>
	<p>O que nós precisamos de maneira urgente, urgentíssima é de uma psicóloga e uma assistente social designada só pra eles, pra fazer que trabalho? Primeiro: enquanto essas crianças estão lá institucionalizadas, no primeiro momento, nossa primeira tentativa é sempre devolver essas crianças aos pais, é, a gente nunca visa aqui na Antonio ia da infância a punição aos pais no sentido de separar os pais dos filhos, não, se tiver que ter punição vai ser outra, uma advertência, se praticou algum crime, em consequência vai punir criminalmente, mas a gente não vai buscar a separação dos pais e dos filhos, salvo claro em situações catastróficas, aí não tem jeito, não tem jeito, mas a nossa primeira ideia é fazer com que essa família que</p>

se desestabilizou e que fez com que essa criança fosse institucionalizada, que ela reúna condições para receber de volta essas crianças, e qual é o primeiro passo pra isso? É uma assistente social e uma psicóloga fazer um trabalho com essa família, e essa psicóloga e assistente social teria que num primeiro momento inclusive, fazer um trabalho de campo, de primeiro descobrir que é essa família, porque muitas vezes a mãe está meio que abandonada, mas descobre-se um tio, um primo, alguém que de repente acolha isso, e esse tipo de trabalho é do assistente social e do psicólogo, só que aqui em Sinop isso não é feito, de vez em quando, eu mesmo faço isso pessoalmente, eu pego algumas crianças que já estão no orfanato que a gente vê que não tem solução e eu começo a fazer um trabalho de telefone, de formiguinha, falo pra minha assessoria fazer, o último caso foi eu mesmo que descobri, eu pessoalmente que descobri, mas esse não é um trabalho meu, isso me sobrecarrega demais, não tem condições do Antonio fazer isso. Então a ... de um assistente social e de uma psicóloga é de primeiro, descobrir essa família, segundo estruturar essa família pra receber essa criança de volta e terceiro, aquilo que eu já falei, fazer um acompanhamento com essa familia depois da devolução dessa criança a eles. Então, o que eu acho que tem que melhorar e urgente na área de criança institucionalizada, não é da infância como um todo, senão a gente vai longe, que a prefeitura pague um assistente social e um psicólogo para ficar só a disposição da Instituição.

CONSELHO:

Tem que fazer os políticos tomar vergonha na cara né, e olhar um pouco mais pra esse lado né que são esquecido, que muitas vezes também a política aqui em Sinop, o Conselho Tutelar e nada é a mesma coisa, a gente fica lutando, sempre fica pedindo, pede pra um você vê, nenhum político aí tem nenhum projeto de uma casa de apoio para adolescente, tem mãe e pai que chega aqui com adolescente de 14 de 15 de 16 anos e fala tá aqui é seu, a gente vai

falar não fomos nós que fizemos, você vai ter que levar pra casa, que a gente não tem onde abrigar, aí as vezes é um drogadita tá envolvido já com drogas, ... volta pra rua e vai fazer a mesma coisa, aqui em Sinop se tivesse uma casa de apoio que pudesse tá envolvendo jovens, adolescentes pra tá fazendo um curso, alguma coisa, eu acho que melhoraria e muito.

JUIZADO:

Bom, pra mim criança acolhida é aquela criança que por é.. normalmente por via de regra por um ato negligente ou omissos dos pais ela necessita ser acolhida, ser recebida pelo poder público e ser encaminhada para uma instituição onde ela vai receber aquilo que ela deveria receber dos pais, e é... isso assim.. engloba a questão de que, da nossa obrigação do Poder Público de além de acolher a criança né, buscar saber os motivos, buscar tratar os pais quando necessário, pra que esse acolhimento seja provisório, pra que esse acolhimento seja breve, que dure o menor tempo possível, porque o ideal é que a criança permaneça com a família, com os pais, por mais que o abrigo seja um local onde ela tenha estrutura material, onde ela receba tudo aquilo que ela precisa pra ter um desenvolvimento saudável, o carinho, o afeto e a presença dos pais não é supérfluo.

Em sua opinião como é o desenvolvimento infantil das crianças que vivem em situação de acolhimento?

LUCAS:

Tem todo um programa, desde manhã cedo, onde a criança participa das atividades na escola, então são crianças que tem uma rotina dentro da instituição e essa rotina é baseada na educação, saúde, cuidados através de todos os aspectos né, e educacional, então, educação, saúde e alimentação, vamos colocar o cuidado em si na própria casa, desde manhã cedo quando acorda, aquelas que vão pra escola, já vão pra escola, e aquelas que permanecem tem todo um acompanhamento, no sentido de reforço escolar, temos a Grazi que daí vai pra Apae, tem toda uma atenção em cima disso, e

o cuidado pra que elas estejam felizes lá, não é o local de criança, não é o local pra ter nenhuma criança, mas que enquanto elas estão lá, não fiquem lembrando dos traumas, das situações vividas, mas que fiquem aguardando a definição judicial.

ANTONIO:

Cada um é cada um. Em termos físicos não me parece que tenha, pelo menos até hoje não chegou pra mim nenhum relato de complicações, em termos emocionais, nós temos de todas as espécies possíveis, como eu te disse, como nós não temos um acompanhamento pós saída de lá, eu não tenho um dado seguro pra te passar, mas pelo que chega ao meu conhecimento, hoje mesmo eu vou ter uma reunião com uma psicóloga tratando de um caso como esse, mas é um caso extremamente específico, é de um menino que foi adotado tardiamente, por volta de dez anos, se não me falhe a memória, e ele tá tendo seríssimos problemas de readaptação nessa família natural, e se a gente não conseguir resolver esses problemas ele tá fadado aí a voltar pra lá, e obviamente não ter mais família adotiva pra ele, e justamente por sequelas originadas de muito tempo que ele ficou lá dentro, é, ou seja, sem essa vivência dentro de uma família e sim uma vivência dentro de uma instituição, e nós temos outros casos, principalmente de crianças recém nascidas onde ela só passou por lá por pouco tempo, onde a sequela é praticamente zero, se é que não é zero, então, cada caso é um caso.

CONSELHO:

Pra falar bem a verdade, eu acredito que algumas crianças elas até desenvolvem com algo melhor, mas tem criança que ela regride, por isso que eu falei, é uma pena você tirar de um lugar e colocar num lugar novo, pra ela aquilo lá é novo, porque que é a regressão, a regressão por isso, as vezes não é todo mundo que tem

paciência, não é todo mundo que conversa, entendeu, então é um fato novo pra ela.

JUIZADO

Posso falar juridicamente porque não tenho o conhecimento técnico em psicologia pra dizer isso né, então posso falar assim pela minha experiência enquanto mãe talvez né, enquanto ser humano eu acredito que por mais que a gente procure suprir tudo aquilo que a criança precisa mas o desenvolvimento dela na situação de acolhimento eu acho que ele sempre vai deixar a desejar porque ele sempre vai faltar a companhia do pai, e uma coisa muito interessante né, a gente tem relatos de crianças que são abrigadas porque vivem numa situação assim de total falta de higiene, e falta de cuidado junto com os pais, é, situações que o Conselho Tutelar relata que encontrou as crianças imundas, às vezes sujas de "xixi", com comida estragada na casa, numa situação totalmente assim insalubre, e, às vezes mãe que é alcoólatra, não cuida, deixa a criança sozinha em casa, mas quando você vai no abrigo que você conversa com a criança, a primeira coisa que ela pergunta pra você é quando você vai devolver ela pra mãe, então aí que a gente vê né que esse vínculo de filho e mãe é muito forte, e por mais que haja negligência por parte dessa mãe a criança ela quer voltar sim. A gente tem o abrigo lá com higiene, com condições materiais boas, enfim com toda uma estrutura lá né, mas mesmo assim falta aquilo pra criança né.

O que poderíamos fazer para amenizar os problemas

LUCAS:

Algumas coisas podem ser melhoradas, por exemplo, enquanto elas estão lá, tem a visita familiar e muitas vezes, a visita que vem foi agressor até, então, o que a gente faz e procura melhorar a cada dia, monitorar essas pessoas que chegam lá, inclusive foi implantado agora um sistema de vigilância, monitorar

<p>vivenciados pelas crianças em situação de acolhimento, nesta Instituição?</p>	<p>essas pessoas, acompanhar as visitas, cada vez melhor, e óbvio, dentro do ponto de vista do que precisa ser melhorado, é que tenha lá uma psicóloga, uma assistente social num período integral, que possa fazer então esse acompanhamento com um olhar profissional, a gente faz com nosso olhar da prática, né do dia-a-dia, da Sirlei, do Colmar, das mães sociais que tem lá, as monitoras, mas um olhar de profissionais da área, talvez ajudaria até no próprio subsidio de informações ao ministério público, ao judiciário, então tendo esses dois profissionais talvez possa melhorar mais o que a gente já fez.</p>
	<p>ANTONIO:</p> <p>O que nós precisamos de maneira urgente, urgentíssima é de uma psicóloga e uma assistente social designada só pra eles.</p>
	<p>CONSELHO:</p> <p>Eu acredito assim que, acho que tudo vai pela educação, acho que é.. ter uma educação de qualidade, um envolvimento maior com a família para não tirar essas crianças e passar pra lá.</p>
	<p>JUIZADO:</p> <p>Bom, um trabalho que a gente pretende desenvolver, que inclusive foi orientação do Tribunal de Justiça né, pra que seja desenvolvido em todas as comarcas do estado é um projeto de padrinhos né, porque hoje a gente tem a questão do cadastramento pra adoção de casais inscritos já, pessoas inscritas pra adotar, mas muitas crianças lá do abrigo não estão em condições de ser adotadas porque ainda se deslumbra a possibilidade de talvez elas voltarem a convivência com os pais, então a gente tá fazendo esse trabalho pra tentar uma futura talvez uma devolução para os pais, então por isso ela não vai pra... pra... adoção né. Então esse projeto padrinhos é pra que a gente possa encontrar pessoas que... voluntárias que... tentem suprir um pouquinho desse carinho, desse</p>

	<p>amor de pai de mãe é que as crianças tem né, então seria esse trabalho de, um pouco de (...), porque tem pessoas que.. voluntárias, que já vão lá, já fazem esse trabalho, mas seria assim pra gente fazer isso de uma forma mais técnica, de ter um registro na Vara da Infância disso né, a gente fazer um estudo antes com as pessoas né, e eu acho que isso seria de fundamental importância, porque tem pessoas que elas tem vontade de ajudar, mas elas não querem assumir o compromisso da adoção também né, e dessa forma poderiam ajudar, ou financeiramente, materialmente, mas principalmente né com carinho, fazendo visitas e levando essas crianças pra passear. Então eu acho que o que nesse momento a gente poderia fazer, que a gente pretende fazer é esse encaminhamento desse projeto.</p>
<p>O (a) senhor (a) tem acompanhado os processos de adoção, a partir da casa de acolhida?</p>	<p>JUIZADO:</p> <p>Sim, é a lei da adoção prevê né o período do estágio de convivência, que então o juiz quando ele concede a adoção ele fixa um prazo que é. Esse estágio é tanto pra adaptação da criança ao lar como dos adotantes também para com a criança, e nesse período de estágio de convivência é feito um acompanhamento pelos técnicos da Vara da Infância, psicólogo e assistente social de visitas e relatórios pra gente estar vendo como que tá essa convivência né, como que tá sendo elaborado isso.</p>